

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RODRIGO SILVA DINIZ LEROY

Dependência do FMI e a Transparência Fiscal de países: análise sob a ótica da Nova
Economia Institucional

Uberlândia
2020

RODRIGO SILVA DINIZ LEROY

Dependência do FMI e a Transparência Fiscal de países: análise sob a ótica da Nova
Economia Institucional

Tese apresentada à Faculdade de Ciências
Contábeis da Universidade Federal de
Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Ciências
Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade
Financeira

Orientador: Prof. Dr. Lucimar Antônio Cabral
de Ávila

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a María del Carmen
Caba Pérez

Uberlândia
2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

L619 2020	<p>Leroy, Rodrigo Silva Diniz, 1991- Dependência do FMI e a Transparência Fiscal de países [recurso eletrônico] : análise sob a ótica da Nova Economia Institucional / Rodrigo Silva Diniz Leroy. - 2020.</p> <p>Orientador: Lucimar Antônio Cabral de Ávila. Coorientadora: María Del Carmen Caba-Pérez. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2020.675 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Contabilidade. I. Ávila, Lucimar Antônio Cabral de, 1969-, (Orient.). II. Caba-Pérez, María Del Carmen, 1966- , (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-Graduação em Ciências Contábeis. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 657</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1F, Sala 248 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3291-5904 - www.ppgcc.facis.ufu.br - ppgcc@facis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico Número 014- PPGCC				
Data:	24 de setembro de 2020	Hora de início:	14h00min	Hora de encerramento:	17:30
Matrícula do Discente:	11713CCT009				
Nome do Discente:	Rodrigo Silva Diniz Leroy				
Título do Trabalho:	Transparência Fiscal dos Países e sua Dependência junto ao FMI				
Área de concentração:	Contabilidade e Controladoria				
Linha de pesquisa:	Contabilidade Financeira				

Reuniu-se, por meio do sistema de web conferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, assim composta: Professores Doutores Ricardo Rocha de Azevedo - UFU; Robson Zuccolotto - UFES; Cláudia Ferreira da Cruz - UFRJ; Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade - UFU, Maria Del Carmen Caba Pérez - Universidad de Almería e Lucimar Antônio Cabral de Ávila - UFU, orientador do candidato. A Professora Maria Del Carmen Caba Pérez teve a participação epistolar.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Lucimar Antônio Cabral de Ávila, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

APROVADO

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título descrito na tabela acima. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Lucimar Antônio Cabral de Ávila, Presidente**, em 24/09/2020, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Rocha de Azevedo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/09/2020, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade, Professor(a) do Magistério Superior**, em 25/09/2020, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Robson Zuccolotto, Usuário Externo**, em 26/09/2020, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Ferreira da Cruz, Usuário Externo**, em 28/09/2020, às 21:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2232315** e o código CRC **ADBFF751**.

Dedico este trabalho à minha esposa, Gabriela,
e ao meu filho, Rafael.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por olhar por mim nesses anos, estando comigo para me proteger, na minha frente me conduzindo atrás de mim me guardando.

À minha esposa, Gabriela, que esteve comigo em todos os momentos, agradeço o amor, companheirismo e presença. Obrigado também por ter me incentivado a iniciar o doutorado lá em 2017, mesmo eu já tendo decidido que não iria fazer, apesar de ter sido aprovado.

A meu filho, Rafael, que mesmo sem saber ainda, me deu forças para continuar quando a situação ficava difícil.

A meus pais, Lucinéa e Riviene, e minha irmã, Ludmila, por terem sido a base do que me tornei hoje e por apoiarem minhas decisões, mesmo que às vezes não faziam ideia do que se tratava.

A todo o resto da família, que agora está orgulhosa do seu primeiro doutor.

A meus muitos amigos que tiveram papel importante especificamente no doutorado, que não quero nomear, para não ser injusto com ninguém.

A todos os amigos antigos e novas amizades que fiz nesse período, de Viçosa, Rio Paranaíba, Uberlândia e Almería.

A meu orientador, professor Lucimar, pela parceria durante todo o curso.

À minha coorientadora, professora Carmen, pela oportunidade que mudou a minha vida.

À banca examinadora, professores Robson, Ricardo, Cláudia e Maria Elisabeth, pelas contribuições ao trabalho em diversos momentos no decorrer de todo o doutorado, desde a concepção da ideia até o manuscrito final.

Ao Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante o Doutorado Sanduíche.

Aos servidores e terceirizados da UFU, por dar as condições para que tenhamos um ambiente propício para a promoção das atividades universitárias.

Aos meus colegas professores da UFV e pós-graduandos da UFU.

À UFV, universidade mais importante da minha vida, e ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, por permitir meu afastamento para que pudesse me dedicar plenamente ao doutorado.

RESUMO

Como princípio fundamental para a consolidação de um Estado democrático, a transparência possibilita aos cidadãos a interação e o controle de seus representantes. Dentre suas perspectivas analíticas, a abordagem orçamentária, também denominada transparência fiscal diz respeito à disponibilização dos dados fiscais e orçamentários dos governos, que devem ser reportados com clareza, confiabilidade, frequência, tempestividade e relevância. No âmbito de governos nacionais, destaca-se o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI) para promoção da transparência, uma vez que, além de financiar políticas públicas dos governos nacionais, o órgão é responsável pela criação de normas e padrões de transparência fiscal, aplicação e acompanhamento das ações nos países. Por outro lado, a literatura ressalta que a adoção de reformas nos países por iniciativa de atores externos nem sempre funciona para o real progresso de uma política. Portanto, o objetivo desse trabalho foi analisar a relação entre a dependência de recursos do FMI e a transparência fiscal em países democráticos. As análises foram realizadas sob a ótica da Nova Economia Institucional, considerando-se que o ambiente institucional em que está inserida a transparência fiscal nos países tende a se alterar, em conformidade ao compromisso assumido perante o FMI, conforme a eficiência de suas instituições. A tese desse estudo é que além dos fatores socioeconômicos, demográficos e políticos já consolidados pela literatura, a dependência dos países junto ao FMI melhora seus níveis de transparência fiscal; contudo, nem sempre ocorrem avanços democráticos a partir dessas relações com o Fundo, uma vez que dependem dos contratos e do ambiente institucional dos países. Como hipótese teórica, propôs-se que a dependência do FMI promove melhorias na transparência fiscal dos países democráticos, principalmente dos 'Em Desenvolvimento', com intensidade variáveis em função de seu ambiente institucional. Quanto aos procedimentos, optou-se pela utilização de métodos quantitativos, com utilização das técnicas de Análise Exploratória dos Dados, Regressão Linear Múltipla com dados em painel, em que a proxy de transparência foi o Open Budget Index (OBI), e análise da evolução das variáveis. Os resultados apontaram que melhores índices de transparência fiscal geralmente estão presentes em países desenvolvidos, mais ricos e com governos parlamentaristas, sendo relacionada à maior maturidade democrática e menores níveis de corrupção. Constatou-se que o nível de financiamento do FMI é mais alto quanto menor a transparência fiscal dos países 'Em Desenvolvimento' e que o desempenho conjunto de transparência e democracia varia em função das características dos países, havendo um representativo número de observações com

variações em direções opostas. A dependência do FMI tende a melhorar os níveis de transparência fiscal dos países, o que nem sempre resulta numa mudança institucional efetiva a ponto de promover seu fortalecimento democrático. As inferências desse trabalho preenchem a lacuna da literatura ao concluir que para que as melhorias nos índices de transparência tenham resultados efetivos no amadurecimento das instituições democráticas, é importante que a atuação do FMI nos países aconteça de maneira combinada às transformações sociais internas.

Palavras-chave: Transparência Fiscal. Dependência do FMI. Open Budget Index. Nova Economia Institucional.

ABSTRACT

As a principle for the democratic State's consolidation, transparency allows citizens to interact and control the politicians. Among transparency perspectives, the budgetary approach, called fiscal transparency, refers to the availability of fiscal and budgetary data from governments, which must be reported with clarity, reliability, frequency, timeliness, and relevance. Within the scope of national governments, we highlight the role of the International Monetary Fund (IMF) in promoting transparency, since they finance public policies of national governments and are responsible for creating norms and standards for fiscal transparency, application, and monitoring of countries' actions. On the other hand, the literature points out that the adoption of reforms in countries from the initiative of external actors does not work for the real progress of all the policies. Therefore, the aim of this thesis was to analyze the relationship between the IMF's resource dependence and fiscal transparency in democratic countries. We carried out the analyzes from the perspective of the New Institutional Economy, considering that the fiscal transparency's institutional environment in the countries tends to change in accordance with the commitment assumed before the IMF and the efficiency of its institutions. The thesis is that in addition to the socioeconomic, demographic and political factors already consolidated in the literature, the countries' dependence on the IMF improves their levels of fiscal transparency; however, democratic advances do not always occur from these relations with the Fund, since they depend on the contracts and the countries' institutional environment. The theoretical hypothesis is that the IMF dependence promotes improvements in the fiscal transparency of democratic countries, especially the Developing ones, with varying intensity depending on their institutional environment. We chose to use quantitative methods, using the techniques of Exploratory Data Analysis, Multiple Linear Regression with panel data, where transparency proxy was the Open Budget Index (OBI), and analysis of the evolution of the variables. The results showed that better rates of fiscal transparency are generally present in developed and richer countries, with parliamentary governments, greater democratic maturity and lower levels of corruption. We found that the level of IMF financing is higher the smaller the budget openness of the Developing countries and that the joint performance of transparency and democracy varies depending on the characteristics of the countries, with a representative number of observations with variations in opposite directions. The IMF's dependency tends to improve countries' levels of fiscal transparency, which does not always result in enough institutional change to promote their democratic strengthening. The inferences of this thesis fill

the gap in the literature by concluding that: in order for improvements in the transparency indexes to have effective results in the maturation of democratic institutions, it is important that the performance of the IMF in the countries happens in a combined way with the internal social transformations.

Keywords: Fiscal Transparency. IMF Dependence. Open Budget Index. New Institutional Economics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Interrelações dos níveis analíticos das instituições	27
Figura 2 – Mapas de evolução do OBI dos países avaliados.....	58
Quadro 1– Importantes marcos para a promoção da transparência fiscal	41
Quadro 2 – Definições das variáveis, fontes de dados e referências.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Artigos sobre transparência fiscal de países publicados em periódicos JCR (1999-2020).....	37
Tabela 2 – Quantidade de países com divulgação do Open Budget Index (OBI) – por região e por ano	46
Tabela 3 – Análise exploratória das variáveis do modelo – 117 países, de 2006 a 2019.....	55
Tabela 4 – Análise Exploratória do Open Budget Index.....	57
Tabela 5 – Médias do Open Budget Index, por região	59
Tabela 6 – Teste de igualdade de médias do OBI antes e depois do CTF/2014 – 84 países, de 2008 a 2019	61
Tabela 7 – Médias e resultados dos testes para igualdade de médias, em função do saldo de empréstimos.....	62
Tabela 8 – Caracterização dos países da amostra com saldo de dívida ao final dos exercícios, por ano.	62
Tabela 9 – Caracterização dos países da amostra com saldo de dívida ao final dos exercícios, por região.....	63
Tabela 10 – Caracterização dos países da amostra com saldo de dívida ao final dos exercícios, por região.....	65
Tabela 11 – Correlação entre obi x ln_pop.....	67
Tabela 12 – Teste para igualdade de médias do OBI por desenvolvimento	68
Tabela 13 – Correlação entre obi x pib_pc, 2006-2019	68
Tabela 14 – Teste para igualdade de médias/medianas do OBI por sistema de governo.....	69
Tabela 15 – Correlação entre Transparência Fiscal e Grau de Democracia - por região, por ano e totais.....	70
Tabela 16 – Correlação entre obi x democ, por região e total, 2006-2019	72
Tabela 17 – Modelo de regressão do estudo – 117 países, de 2006 a 2019	74
Tabela 18 – Modelos de regressão, países Desenvolvidos (33) e Em Desenvolvimento (84) – 2006 a 2019	76
Tabela 19 – Médias e testes de igualdade (valores de ρ) – Geral (85 países).....	78
Tabela 20 – Médias e testes de igualdade (valores de ρ) – países Em Desenvolvimento (N=62)	81
Tabela 21 – Médias, medianas e testes de igualdade (valores de ρ) – países Desenvolvidos (N=23)	83

Tabela 22 – Correlação entre Δobi x Δdemoc	84
Tabela 23 – Tabulação Cruzada entre Δobi e Δdemoc e resultado do teste Qui-Quadrado de Independência.....	85
Tabela 24 – Caracterização das observações da amostra em função do comportamento de Δobi e Δdemoc	85
Tabela 25 – Tabulação Cruzada entre Δobi e Δdemoc e resultados dos testes Qui-Quadrado de Independência, por grupo de dependência	87
Tabela 26 – Caracterização das observações da amostra em função do comportamento de Δobi e Δdemoc	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AED	Análise Exploratória dos Dados
BIS	<i>Bank for International Settlements</i>
corrup	Corrupção Percebida (variável)
CTF/2014	Código de Transparência Fiscal de 2014
d_desenv	Desenvolvimento (variável)
d_sistgov	Sistema de Governo (variável)
democ	Grau de Democracia (variável)
Δ democ	Variação anual do Grau de Democracia (variável)
dep_fmi	Dependência FMI (variável)
DI	<i>Democracy Index</i>
EIU	<i>Economist Intelligence Unit</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTE	<i>Fiscal Transparency Evaluations</i>
IBP	<i>International Budget Partnership</i>
ISI	<i>International Scientific Indexing</i>
JCR	<i>Journal Citation Reports</i>
JEDH	<i>Joint External Debt Hub</i>
JIF	<i>Journal Impact Factor</i>
ln_pop	População (variável)
MRL	Modelo de Regressão Linear Múltipla
OBI	<i>Open Budget Index</i>
obi	<i>Open Budget Index</i> (variável)
Δ obi	Variação anual do <i>Open Budget Index</i> (variável)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
pib_pc	PIB per capita (variável)
TI	<i>Transparency International</i>
UN	<i>United Nations</i>
WB	<i>World Bank</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	Vertente Econômica da Teoria Institucional	24
2.1.1	Nova Economia Institucional: A Economia dos Custos de Transação	26
2.1.2	Relação dos países com o FMI sob a ótica dos Custos de Transação	29
2.2	Revisão de Literatura	32
2.2.1	Determinantes da Transparência Fiscal	32
2.2.2	Transparência Fiscal em Países	36
2.3	Transparência Fiscal e a Regulação Internacional.....	41
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.1	Delineamento da Pesquisa	45
3.1.1	Definição da Amostra e a <i>proxy</i> de Transparência Fiscal	45
3.1.2	Variável de Teste: Dependência do FMI.....	47
3.1.3	Variáveis de Controle	48
3.2	Técnicas de Análise	50
3.2.1	Análise Exploratória dos Dados	50
3.2.2	Regressão Linear Múltipla.....	51
3.2.3	Análise da Evolução das Variáveis	53
4	RESULTADOS	55
4.1	Análise Exploratória dos Dados	55
4.1.1	Variáveis do Modelo	55
4.1.2	Variável Dependente: <i>Open Budget Index</i>	57
4.1.3	Variável Explicativa de Estudo: Dependência do FMI	61
4.1.4	Variáveis de Controle	67
4.1.4.1	População	67
4.1.4.2	Desenvolvimento	67
4.1.4.3	PIB per capita.....	68
4.1.4.4	Sistema de Governo	69
4.1.4.5	Democracia	70
4.1.4.6	Corrupção Percebida.....	72
4.2	Modelos Regressivos	74
4.2.1	Modelo Geral.....	74
4.2.2	Modelos por Grupo de Desenvolvimento.....	75

4.3	Evolução das Variáveis.....	78
4.3.1	Análise das Medidas de Tendência Central.....	78
4.3.2	Variações da Transparência e da Democracia.....	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS.....	95
	APÊNDICE A – BASE DE DADOS.....	106
	APÊNDICE B – GRUPOS DE OBSERVAÇÕES POR VARIAÇÃO CONJUNTA DE TRANSPARÊNCIA E DEMOCRACIA.....	126

1 INTRODUÇÃO

A transparência na administração pública teve suas origens no desenvolvimento das instituições de democracia representativa no século XVIII, derivada da necessidade social de mecanismos para monitoramento ativo e responsabilização pelos atos daqueles que eram eleitos para representar os interesses da população (BESSETTE, 2001). Tendo sido introduzido o termo “transparência” em seu sentido moderno de governança pelo filósofo inglês Jeremy Bentham, é somente ao final do século XX que o termo alcança maior significância, sendo discutido em ambientes empresariais e governamentais, mas frequentemente mais pregado do que praticado (HOOD, 2006).

Desde então, a temática tem sido debatida sob diversos enfoques na literatura internacional, tais como as transparências contábil, orçamentária, do processo de compras e midiática, a partir da preocupação social a respeito do controle sobre as iniciativas de gestores públicos, em que há interesse por parte dos cidadãos em saber informações sobre as políticas implementadas: o que, quando e quanto (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA; RICCIO, 2015). Assim, destaca-se que, num contexto democrático, para a efetivação desse controle é necessária a elaboração e divulgação de orçamentos e balanços públicos mais transparentes, denominado de transparência fiscal ou transparência orçamentária (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2014a).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) define transparência fiscal como a “informação disponível ao público sobre o processo de formulação de políticas fiscais do governo”, presentes em relatórios fiscais públicos e de acesso aberto, devendo ter as características de “clareza, confiabilidade, frequência, tempestividade e relevância” (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2018, p. 1). Assim, fornece visão abrangente do orçamento dos governos, além do resultado de políticas públicas, estimulando a boa governança e ajudando no combate à corrupção (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2016). Esses fatores, por sua vez, tendem a auxiliar no alcance da estabilidade financeira e econômica por meio do aumento da credibilidade do planejamento orçamentário e da confiança do mercado, com melhores resultados orçamentários, menores custos de endividamento e contabilidade “menos criativa” por parte dos governos (WEHNER; DE RENZIO, 2013).

Quanto à essa abordagem fiscal da transparência, pesquisadores têm apresentado reflexões sobre a responsabilidade financeira no setor público, evidenciando as pressões sofridas pelas administrações públicas no sentido de divulgar informações de alta qualidade, alcançando assim, o equilíbrio financeiro sustentável (PURON-CID; RODRÍGUEZ BOLÍVAR, 2018). Para cumprir esses requisitos de responsabilidade e transparência no setor

público, prover informações financeiras compreensíveis é uma forma relevante para o atendimento às demandas sociais (WANG, 2002). No entanto, tanto em contexto subnacional como no nacional, os ambientes em que estão inseridos os atores públicos podem ser complexos, fornecendo condições distintas para a promoção da transparência.

A academia tem se dedicado ao estudo dos determinantes contextuais da transparência fiscal, com focos nos fatores que podem ser relacionados à sua promoção. Assim, baseados em estudos anteriores, alguns trabalhos (ALCAIDE MUÑOZ; RODRÍGUEZ BOLÍVAR; LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2017; PURON-CID; RODRÍGUEZ BOLÍVAR, 2018; RODRÍGUEZ BOLÍVAR; ALCAIDE MUÑOZ; LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2013; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2017) fizeram um panorama do que a vasta literatura sobre a temática tem identificado como fatores convergentes que influenciam na divulgação de informações financeiras dos entes da administração pública, destacando-se, dentre outros, os determinantes sociais, econômicos, fiscais, políticos, organizacionais, institucionais, de acesso à informação e de níveis de governo.

No entanto, as contribuições empíricas até então produziram resultados mistos, não havendo consenso na literatura sobre a identificação dos reais determinantes da transparência fiscal (CICATIELLO; DE SIMONE; GAETA, 2017). Por outro lado, parece consensual que dentre os conhecimentos aprendidos pelos investigadores da área nos últimos 20 anos de pesquisa, é destacada a relação de dependência entre a eficácia da transparência e os contextos social e político, inferida a partir de comparações entre democracias e autocracias, dos baixos níveis de alfabetização e empoderamento, além dos efeitos inconsistentes de sua dependência de recursos (ALT, 2019).

Ademais, há que se destacar que a adoção de uma nova política por um governo democrático pode depender de muitos outros fatores, tais como a motivação dos atores, obstáculos para a inovação, recursos disponíveis para sua execução, presença de outras políticas com implicações semelhantes e forças externas à organização (BERRY; BERRY, 2007). Assim, a adoção de políticas de abertura *online* de dados dos governos, com disponibilização das informações pelos entes, pode ser motivada por pressões externas exercidas por indivíduos e organizações interessadas em usar as informações *online* e interagir com o governo (MA, 2014). Complementarmente, entende-se que a adoção de um governo aberto deve ser positivamente relacionada às pressões coercitivas para participação pública e aumento da influência de partes interessadas externas ao ente (GRIMMELIKHUIJSEN; FEENEY, 2017).

Portanto, com base no exposto, identifica-se a lacuna desse trabalho: ainda que os fatores já abordados pela academia sejam importantes, há um *gap* na literatura em relação às

investigações sobre a pressão exercida por organizações internacionais em governos nacionais para adoção de práticas de transparência fiscal. Entende-se que para “reduzir o déficit público, controlar as contas públicas e estabilizar o montante das dívidas interna e externa, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)” (BROCCO *et al.*, 2018, p. 143), os países sofrem pressão normativa para aderir às disposições destes órgãos. Isso se dá porque significativa parcela deles depende dos recursos provenientes desses fundos para promover a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, aumentar os níveis de emprego e o crescimento econômico sustentável, além de reduzir a pobreza (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2016).

É reconhecido pela literatura a dificuldade de identificação de apenas uma organização específica que exerça pressão à adoção de práticas de transparência pelos países, podendo se destacar, dentre outras: FMI, Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização para Segurança e Cooperação da Europa (OSCE) (CUNHA FILHO, 2019).

Nesse trabalho, optou-se especificamente pelo FMI, por ser um importante órgão para a promoção da transparência fiscal em nível internacional, que objetiva “fortalecer a supervisão fiscal, apoiar a formulação de políticas e melhorar a responsabilidade fiscal entre os países membros” (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2018, p. 1). O FMI aponta que a publicação dos relatórios orçamentários é uma “ação voluntária”, mas a considera fortemente recomendável, ou em seus próprios termos, “presume” que os países o façam (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2018, p. 123).

O Fundo tem uma função global de promoção da boa governança fiscal, incentivando a transparência fiscal entre os países. Dentre suas atribuições quanto à transparência fiscal, destaca-se a criação de normas e padrões, aplicação e acompanhando das ações dos países, bem como sua capacitação, baseado em documentos publicados por ele para padronização dos relatórios fiscais, tais como: o *Code of Good Practices on Fiscal Transparency*, publicado em 1998, reformulado em 2007 e revisto em 2014 e em 2019; os *Fiscal Transparency Evaluations* (FTE); e o *Fiscal Transparency Handbook*, de 2018 (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 1998, 2007, 2018, 2019a).

Ademais, pelas relações contratuais entre os países e o FMI para o financiamento de políticas públicas para o desenvolvimento, entende-se que os países devem se adequar às suas disposições sobre transparência fiscal. Uma vez que o país é dependente dos recursos financeiros do fundo, a adequação às boas práticas de transparência pode se dar por força de contrato (condicionalidade) ou apenas devido à lógica de racionalidade econômica, em que os

governos nacionais, pela necessidade de recursos (eventual ou efetiva), aderem às práticas recomendadas nos documentos emitidos. Portanto, para fins desse trabalho, entende-se que essa relação de dependência dos países será variável em função do saldo da dívida junto ao FMI e dos termos de cada contrato acordado entre eles.

Cabe ressaltar, por outro lado, que a adoção de reformas institucionais, por meio da adoção das chamadas “melhores práticas”, nem sempre funciona para a promoção do desenvolvimento dos países (ANDREWS, 2013). Por vezes, a adoção dessas reformas apenas cria a ilusão de progresso, visto que elas são criadas por atores externos que não levam em consideração os contextos locais, principalmente dos países em desenvolvimento (DE RENZIO; ANGEMI, 2012). A literatura aponta que há dúvidas de que iniciativas externas que impõem a prestação de contas fiscais possam alcançar real progresso em países onde a demanda interna por transparência é fraca (WEHNER; DE RENZIO, 2013), o que, no presente contexto, pode gerar uma “ilusão de transparência” (HEALD, 2006, p. 34).

Um exemplo é apresentado por Roberts (2006), que destaca o caso do Paquistão em 2002, à época conhecido como um dos países mais corruptos do mundo e que, como condição necessária e explícita para um empréstimo de 1,4 bilhão de dólares pelo FMI, adotou uma Lei de Acesso à Informação como parte de um programa anticorrupção que, segundo o autor, teve uma adoção apenas cerimonial.

Dessa forma, acredita-se que exista pressão para adoção de práticas de transparência fiscal, decorrente dos contratos (escritos e não escritos) entre os países e o FMI (responsável por emprestar recursos para financiar políticas públicas nos países). No entanto, mesmo que haja mecanismos que garantam a adoção dessas práticas e os países efetivamente melhorem seu desempenho da transparência fiscal, nem sempre essa pressão surte real efeito no amadurecimento democrático dos países, principalmente em democracias menos maduras, mais recorrentes países em desenvolvimento.

Portanto, considerando-se a transparência como prerrogativa fundamental em contextos democráticos, a dependência por recursos financeiros de muitos países perante o FMI e as disposições desse órgão para promoção da transparência fiscal a nível internacional, surge o seguinte problema de pesquisa: quais são as implicações da dependência junto ao FMI na transparência fiscal de países democráticos?

O objetivo desse trabalho é analisar a relação entre a dependência de recursos do FMI e a transparência fiscal em países democráticos.

Complementarmente, pretende-se: (i) investigar os determinantes demográficos, socioeconômicos e políticos da transparência fiscal; (ii) avaliar as implicações da dependência

do FMI nos níveis de transparência fiscal dos países ‘desenvolvidos’ e ‘em desenvolvimento’; (iii) analisar se avanços na transparência fiscal dos países são acompanhados de amadurecimento democrático.

De Renzio e Angemi (2012) destacam o crescente investimento de recursos por parte dos financiadores (*donors*) em políticas públicas para melhoria da transparência fiscal em países em desenvolvimento nas últimas décadas. No entanto, esse fato gerou dependência financeira dos governos para com os financiadores, o que nem sempre foi revertido no sucesso das políticas, por não estarem bem adaptados aos contextos locais ou pela pouca ênfase dos órgãos na melhoria do acesso do público às informações orçamentárias (DE RENZIO; ANGEMI, 2012).

Assim, parece sensato inferir que a dependência dos países perante organizações internacionais como o FMI faz com que as reformas sejam realizadas mais pela necessidade de adequação às suas disposições e atendimento aos contratos (racionalidade econômica), do que devido ao entendimento que as políticas públicas de promoção da transparência são importantes para o fortalecimento democrático interno.

Portanto, considerando-se a contextualização do tema, o problema e os objetivos, a tese desse estudo é: além dos fatores socioeconômicos, demográficos e políticos já consolidados pela literatura, a dependência dos países junto ao FMI melhora seus níveis de transparência fiscal; contudo, nem sempre ocorrem avanços democráticos a partir dessas relações com o Fundo, uma vez que dependem dos contratos e do ambiente institucional dos países.

O presente trabalho oferece inovação à literatura, uma vez acrescenta conhecimento às percepções sobre os determinantes da transparência fiscal, abrangendo maior número de países (117) e atualidade dos dados (2019). Além disso, acrescenta percepções em relação ao comportamento dos determinantes da transparência fiscal em países desenvolvidos e em desenvolvimento, aprofundamento ainda pouco presente na academia. De acordo com Cucciniello, Porumbescu e Grimmelikhuijsen (2017), apesar do crescimento da pesquisa em transparência nos últimos 25 anos, a maioria dos estudos transnacionais tendem a focar em nações desenvolvidas, havendo um considerável déficit de pesquisas focadas principalmente nos países da América Latina, África e Ásia.

Em relação às delimitações desse trabalho, ressalta-se que as análises foram realizadas sob a ótica econômica da Teoria Institucional, em que a análise do fenômeno é baseada nos seguintes argumentos: (i) o compromisso dos governos nacionais para se adequar aos padrões de transparência fiscal propostos pelo FMI são assumidos por relações contratuais entre eles, escritas ou não; (ii) a adoção das práticas é motivada pela lógica de racionalidade econômica,

principalmente em democracias mais frágeis, destacadamente em países ‘em desenvolvimento’; e (iii) esta adoção tende a promover mudanças variáveis conforme o ambiente democrático em que está inserida a transparência fiscal dos países, de acordo com suas matrizes institucionais.

Existem diversas perspectivas analíticas relacionadas à transparência, tais como contábil, orçamentária, do processo de compras, midiática, etc., que nos trabalhos acadêmicos são tratados de forma geral, sem delimitar o tipo ou classificação da transparência que se estuda (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA; RICCIO, 2015). Ressalta-se que esse trabalho se delimita à análise especificamente da perspectiva fiscal (ou orçamentária) da transparência. A delimitação por essa perspectiva da temática se dá uma vez que importantes organismos internacionais, como o FMI, têm dedicado atenção especial às melhores práticas da transparência fiscal (ALT; LASSEN; ROSE, 2006).

A escolha por um estudo transnacional foi motivada pelo fato de que a transparência fiscal tem sido tema central em debates sobre o desenvolvimento internacional, principalmente no âmbito de organismos reguladores (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014; OECD, 2002). No entanto, em relação à literatura acadêmica, identificou-se maior incidência de estudos sobre transparência a níveis regional e local (BAKAR; SALEH, 2015), em detrimento das investigações em nível transnacional, fator considerado surpreendente pela literatura e que motiva o aprofundamento nas discussões envolvendo os países (ALT, 2019; ARAPIS; REITANO, 2018; WEHNER; DE RENZIO, 2013). Seriam importantes discussões mais aprofundadas em nível transnacional, visto que as ações de promoção da transparência em nível subnacional tendem a ser derivadas de escolhas realizadas pelos governos centrais, que difundem internamente, por orientação ou *enforcement* práticas baseadas em disposições de organismos como o FMI (PIÑA; AVELLANEDA, 2019).

Este trabalho avança em relação à literatura, que até então abordou predominantemente a transparência fiscal entre os países apenas em algum ano específico, considerando-se: (i) a proposta de utilização de indicadores mais atuais (2019) em uma análise longitudinal, para verificar as variações temporais dentro dos países; (ii) comparações transnacionais adicionais, à medida em que mais países continuam adotando práticas de transparência; e (iii) análise dos efeitos da relação com o FMI não só sobre a transparência, mas também sobre o nível de democracia dos países.

Considera-se importante a realização desse estudo para acrescentar percepções à literatura nacional e internacional da transparência fiscal, destacadamente seus determinantes e a relação com a regulação de organismos internacionais entre os países. Assim, os resultados desse trabalho têm contribuição social, podendo ser utilizados para o direcionamento de

gestores na adequação da agenda de políticas públicas voltadas para a promoção da transparência e da democracia em âmbito nacional, direcionando as etapas de formulação, implementação, avaliação e ajustes dessas políticas.

Por fim, pondera-se que essa tese aborda uma discussão oportuna, considerando-se o atual cenário de significativos dispêndios emergenciais pelos governos nacionais, devido à pandemia da COVID-19, e à necessidade de sua divulgação completa e acessível, principalmente pelo impacto orçamentário desses gastos. Ademais, tem-se presenciado um cenário internacional de debates relacionados à importância das instituições para a promoção e amadurecimento democrático, o que reforça a oportunidade da presente pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, é relevante elucidar as motivações para o embasamento teórico escolhido para o desenvolvimento desse trabalho. Os estudos da transparência na administração pública podem se dar sob a ótica de discussões baseadas em algumas teorias, tais como a Institucional, a Democrática, da Agência, da Legitimidade, *Stewardship*, e do Interesse Público da Regulação.

Mesmo reconhecendo que a análise desse trabalho poderia ser embasada sob os pressupostos de outras teorias, para o objetivo proposto optou-se pela ótica da vertente econômica da Teoria Institucional, uma vez que se considera que há potencial de contribuição relevante desta tese para com essa teoria.

No próximo tópico será apresentado o embasamento teórico dessa tese, sendo abordada a vertente econômica da Teoria Institucional e elucidado o posicionamento do trabalho. Em seguida, é apresentada uma revisão da literatura sobre os fatores determinantes da transparência fiscal e, por fim, os aspectos relacionados à regulação internacional da transparência fiscal, em que é apresentada a hipótese dessa tese.

2.1 Vertente Econômica da Teoria Institucional

Dentre as principais perspectivas teóricas que buscam explicar o funcionamento e a evolução da sociedade enquanto organização, a teoria institucional se configura como uma das mais promissoras, mesmo que, considerando a atualidade deste consenso, seja presente nas pesquisas das ciências sociais desde o final do século XIX (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005).

Ressalta-se a existência de diferentes vertentes teóricas para essa teoria, provenientes da convergência de corpos teóricos das ciências política, social e econômica, em busca de inserir o conceito de instituições, nos quais indivíduos, grupos e organizações estão imersos, explorando padrões de comportamento, normas, valores, crenças e pressupostos (SILVA; GONÇALVES, 2006).

Nessa vertente da Teoria Institucional há duas correntes, que compartilham o interesse pelos temas de instituição e mudança institucional, mas com diferentes origens e raízes filosóficas: a Velha Economia Institucional (VEI) e a Nova Economia Institucional (NEI) (BURNS; SCAPENS, 2000). De maneira geral, elas propõem que os indivíduos estabelecem um comportamento regular e padronizado para permitir as interações sociais, uma vez que estes

calculam que, de maneira consciente ou não, é mais vantajoso agir conforme as normas (BUENO, 2004).

A VEI tem como principais representantes Thorstein Bunde Veblen, John Rogers Commons, Wesley Clair Mitchell e Clarence Edwin Ayres, enquanto a NEI tem por principais referências Ronald Harry Coase, Oliver Eaton Williamson, Douglass Cecil North e Mancur Olson (CAVALCANTE, 2007). Ainda segundo Cavalcante (2007, p. 77), quanto à relação entre a VEI e a NEI, “não existe definição única de instituição entre os autores”, “não há consenso quanto à existência de uma convergência teórica” e “distintas concepções de instituição geram conclusões diferentes no que concerne ao desenvolvimento econômico e às políticas necessárias para promovê-lo”.

No âmbito da VEI, Veblen (1898) criticava o paradigma neoclássico da Ciência Econômica à época, em oposição ao conceito de *homo economicus*, ressaltando que o comportamento econômico é sustentado por costumes e convenções, em que os agentes atuam num contexto social, partilhando normas e valores que moldam seus comportamentos. Nessa perspectiva, as unidades de análise são as próprias instituições, uma vez que as escolhas individuais são moldadas por instituições pré-existentes (BUENO, 2004). Assim, os contextos em que as organizações e agentes estão inseridos não são parciais e nem simplificados, conforme propunha a economia neoclássica, mas complexos.

Já a NEI rejeita os pressupostos das teorias clássica e neoclássica (HODGSON, 1989) e insere o conceito de custos de transação nas relações entre o mercado e as firmas, havendo contratos que regulam essa relação e os problemas de oportunismo e de necessidade de monitoramento e controle das firmas (WILLIAMSON, 1973).

Apesar de conceitualmente estar inserida no contexto da firma, as ferramentas analíticas da NEI podem ser aplicadas ao Estado e à sua burocracia, uma vez que, segundo Furubotn e Richter (2005, p. 471), o Estado pode ser interpretado como uma firma. Segundo os autores, ambos os contextos podem ser retratados como sistemas políticos em que indivíduos constroem relações sociais e tomadores de decisão têm objetivos conflitantes e capacidade cognitiva limitada, sendo pressuposta a existência de custos de transação.

Destaca-se que, no âmbito da NEI, além dos custos de transação, há uma abordagem alternativa relacionada à lógica da ação coletiva, em que Olson (1965) e seu seguidores introduzem ao estudo das instituições a dimensão política, o conceito de capital social e a possibilidade de ações coletivas e soluções cooperativas. Apesar de sua reconhecida importância para a NEI, no presente trabalho optou-se pelo direcionamento à abordagem dos

custos de transação, de Williamson (1985) e Douglass North (1990), por se entender que está é mais adequada à interpretação das relações entre governos nacionais e FMI.

2.1.1 Nova Economia Institucional: A Economia dos Custos de Transação

Primeiramente, cabe destacar que a NEI tem como mensagem central que as instituições importam para o desempenho econômico (*institutions matter*) (FURUBOTN; RICHTER, 2005; NORTH, 1990). Apesar da dificuldade em se propor uma “definição precisa, inequívoca e ao mesmo tempo suficientemente rica e restrita do próprio conceito de instituição” (MÄKI, 1993, p. 13), no presente trabalho o conceito adotado é o proposto por Douglass North (1990), que propõe que as instituições são as “regras do jogo”, ou seja, normas construídas pelos indivíduos para possibilitar todo e qualquer tipo de interação social e/ou política.

Complementarmente, baseou-se nos conceitos de Pondé (2005, p. 126), que as define como “regularidades de comportamento, social e historicamente construídas, que moldam e ordenam as interações entre indivíduos e grupos de indivíduos, produzindo padrões relativamente estáveis e determinados na operação do sistema econômico”; e de Bueno (2004, p. 368), que resume que “as instituições são restrições ao comportamento humano desenhadas para reduzir custos de transação”.

Segundo North (1990), essas normas podem ser classificadas como formais e informais, em que são exemplos das primeiras constituições, leis e direitos de propriedade, enquanto as últimas seriam costumes, tradições, tabus, sanções e códigos de conduta. Adicionalmente a essas regras, soma-se os mecanismos de controle (*enforcement*), que estruturam e limitam o relacionamento entre organizações e indivíduos (*social players*).

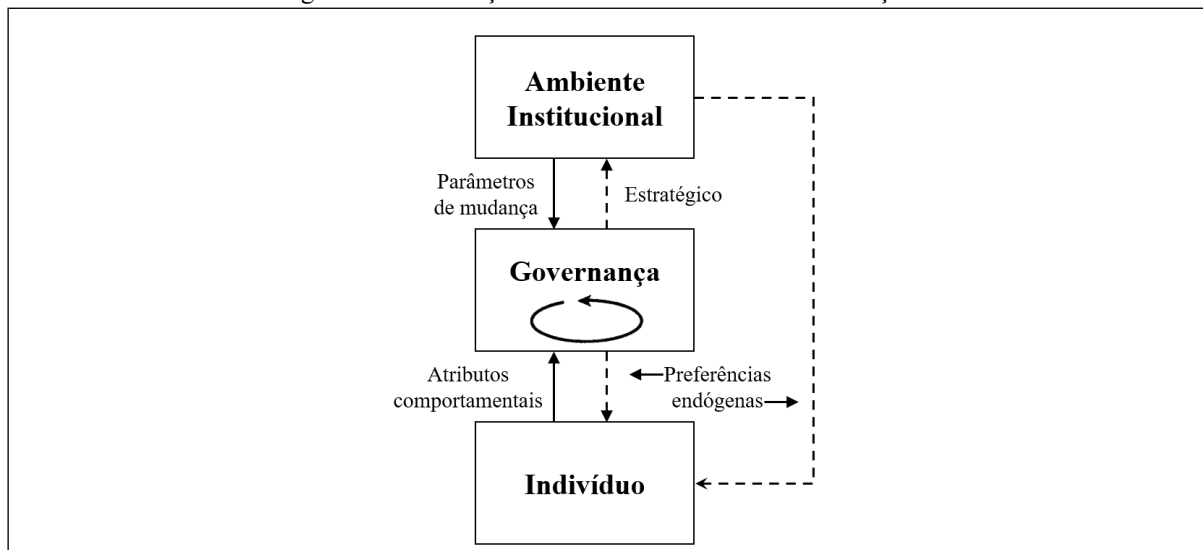
Relacionado a essas “regras do jogo”, Scott (2014, p. 57–70) propõe que as instituições possuem três pilares, que “provêm estabilidade e sentido à vida social”: (i) o regulativo, em que figuram as regras de comportamento e seu monitoramento, com introdução de sanções para influenciar as condutas, obrigando os atores sociais a analisar o custo/benefício de seu comportamento; (ii) o normativo, associado a valores e normas, que não partem da busca do interesse próprio, mas da tendência de se agir conforme o que é esperado; e (iii) e o cultural-cognitivo, representado por símbolos, crenças, representações e categorias, ou seja, a forma como é percebido e interpretado o mundo natural e social pelos atores.

Na estrutura institucional de uma economia capitalista há dois subsistemas: ambiente institucional e estruturas de governança. No presente trabalho, apropriou-se dos conceitos de Farina, Azevedo e Saes (1997) e Pondé (2005) para elucidar a distinção desses conceitos: (i) no

ambiente institucional o foco está na análise das normas gerais (macro instituições), avaliando mudanças das economias, como o conjunto de “regras do jogo” políticas, econômicas, sociais, morais e legais, que embasam as relações de produção, troca e distribuição numa economia capitalista; e (ii) nas estruturas de governança volta-se para as organizações e mercados (micro instituições), com interações entre compradores, vendedores e competidores (unidades econômicas) em processos de produção, troca e distribuição, com comportamentos subordinados a metas e objetivos específicos para aquela coletividade.

Esses níveis analíticos possuem relativa autonomia, mas interagem e estabelecem relações de influência mútua entre si e com os indivíduos e organizações, conforme modelo analítico proposto por Williamson (1993) (Figura 1).

Figura 1 – Interrelações dos níveis analíticos das instituições



Fonte: Williamson (1993, p. 113)

No esquema proposto por Williamson (1993), a estrutura de governança é influenciada pelo ambiente institucional e pelos indivíduos, em que: o primeiro provê normas gerais, estabelecendo os parâmetros de mudança de suas micro instituições; e o segundo influencia por meio de atributos comportamentais, que são considerados racionais e oportunistas. Além disso, a estrutura de governança também influencia os demais, uma vez que, as micro instituições têm o poder de modificar as macro, mudando as “regras do jogo” em um sistema “de baixo pra cima” (*bottom up*). Por fim, apesar dos indivíduos agirem de acordo com suas convicções e preferências, estes são influenciados por ambos os níveis de análise.

Em todos os níveis, as interações são regidas por contratos, escritos ou não, que objetivam mitigar os riscos de condutas oportunistas dos agentes envolvidos, especificando as funções, direitos e critérios de avaliação de desempenho, sendo o “nexo de contratos [...]” entre

proprietários de fatores de produção e clientes” a definição de “organização” (FAMA; JENSEN, 1983, p. 302).

Inserido nesse contexto, é preconizado pela teoria o conceito de custo de transação. Williamson (1993) aponta que, enquanto relação contratual, uma transação ocorre em condições de racionalidade limitada, num contexto previamente desconhecido e com incertezas sobre as condutas futuras e, por isso, nessa relação são incorridos custos *ex ante* e *ex post* referentes aos riscos contratuais da transação. Segundo o autor, os custos *ex ante* são referentes às garantias, mais presentes quando há dificuldade em se estabelecer condições contratuais prévias, e os *ex post* derivam de seu monitoramento, mais significativos quando é necessária a adaptação a novas circunstâncias.

Dessa forma, quanto maiores os riscos contratuais, maiores os custos de transação, o que diminui o número de acordos e, conseqüentemente, a riqueza produzida (BUENO, 2004). Nesse sentido, Williamson (1993) aponta que a diminuição dos custos de transação se dá quando há estruturas de governança apropriadas, a depender da especificidade dos ativos, da frequência da transação e do grau de incerteza. Para o autor, quando há recorrentes transações que envolvam ativos especializados, aumenta a confiança dos agentes; isso estimula o desenvolvimento de instituições sofisticadas, suavizando os custos de transação.

Portanto, abarcando os conceitos inerentes à NEI apresentados, Bueno (2004, p. 364) propõe, sobre as instituições, que:

[...] estas são criadas, por meio de complexos processos de negociação entre as partes envolvidas, para reduzir os custos contratuais que surgem quando agentes sujeitos à racionalidade limitada e propensos a agir de forma oportunista associam-se para realizar um empreendimento conjunto. Em uma palavra, os indivíduos aceitam restringir seu comportamento normalmente oportunista [...], para que os outros indivíduos se sintam confiantes o suficiente para fazer negócio com eles.

A partir do modelo de interação entre os níveis analíticos apresentados na Figura 1, destaca-se que os desenvolvimentos teóricos da abordagem dos custos de transação da NEI ocorreram em duas direções principais: o estudo da formação e modificações das estruturas de governança, cujo trabalhos seminais são Coase (1937) e Williamson (1985, 1996); e a análise das mudanças no ambiente institucional, que tem como trabalhos mais importantes os de Douglass North (1990, 1991, 1994).

Ressalta-se que, mesmo que reconhecida a complementariedade e a existência de interações dos níveis analíticos das instituições, no presente trabalho delimitou-se como linha de análise o ambiente institucional, ou seja, as instituições como forma de reduzir custos de transação em nível macro institucional.

Na perspectiva de ambiente institucional, insere-se o conceito de matriz institucional, que se trata do conjunto de “regras e normas formais e informais” e das “instituições que garantem a aplicação (*enforcement*) dessas regras”, sendo que a evolução da matriz ao longo do tempo (mudança institucional) ocorre geralmente de maneira incremental (*path dependence*) (BUENO, 2004, p. 375).

Em relação ao conceito de mudança institucional, North (1990) aponta que esta é provocada pela criação e evolução das instituições ao longo do tempo, sob influência de agentes políticos ou econômicos que tenham capacidade e poder de decisão. Na perspectiva de North (1990), a mudança institucional traz alterações nas regras: (i) formais, que são aquelas promovidas por meio de reformas legislativas, mudanças jurídicas resultantes de jurisprudência, modificações de normas e diretivas por órgãos reguladores e mudanças de dispositivos constitucionais; e (ii) informais, mais gradativas, promovidas por normas, convenções ou padrões individuais, contemplando “certa resistência por envolverem aspectos comportamentais, como desenvolvimento de padrões alternativos pelos indivíduos” (PASINI, 2015, p. 26–27).

Portanto, sintetizando a lente teórica desse trabalho, a presente tese foi desenvolvida sob a ótica da vertente econômica da teoria institucional, mais especificamente no âmbito da NEI em sua versão tradicional, ou seja, a economia dos custos de transação. Adotou-se as proposições de Douglass North quanto à definição de instituições (regras do jogo) e em relação à análise das mudanças no ambiente institucional, especificamente no nível macro institucional.

2.1.2 Relação dos países com o FMI sob a ótica dos Custos de Transação

No presente trabalho o foco é o estudo das relações contratuais formais estabelecidas entre governos nacionais e o FMI, que atua como financiador de políticas dos países (*donor*) e como agente regulador da transparência fiscal a nível internacional. Para mitigar os riscos de condutas oportunistas dos agentes nessa relação contratual, as partes incorrem em custos de transação referentes às garantias e monitoramento.

Entende-se que dentre os custos de transação incorridos nessa relação contratual, destaca-se principalmente: (i) o de monitoramento pelo FMI dos financiamentos concedidos aos países, que em geral se comprometem a dar publicidade à destinação dos recursos (transparência fiscal), obedecendo aos padrões de divulgação estabelecidos pelo *donor* (Código de Transparência Fiscal); (ii) o decorrente do compromisso assumido pelos países (formal ou informalmente) em relação à adequação a esses padrões de transparência fiscal, que muitas das

vezes incorre em alterações em suas regras formais (legislações e recomendações sobre transparência, por exemplo), sob influência de um agente importante.

Esse compromisso de adequação tende a impor mudanças na matriz institucional dos países, uma vez que tem como consequência a alteração de normas e das instituições de *enforcement*. Conforme o modelo de Williamson (1993) (Figura 1), devido à relação de influência mútua entre os níveis analíticos das instituições, essas mudanças provocam também alterações nas estruturas de governança (micro instituições) e no comportamento dos indivíduos, dado que o compromisso assumido pelos países em adequar a forma de dar transparência à gestão dos recursos públicos geralmente se materializa em forma de legislações nacionais, com adoção *top down*, em que toda a estrutura da administração pública precisa se adequar às novas “regras do jogo” (NORTH, 1990).

No entanto, conforme aponta Bueno (2004), a evolução da matriz institucional de uma sociedade (mudanças institucionais) é, em geral, *path dependent*, ou seja, ocorre muito mais de maneira incremental do que radical, pois dependem mais de restrições comportamentais informais. Segundo o autor, mudar normas formais (leis e regulamentos) é relativamente fácil, mas alterações realmente efetivas ocorrem devido aos códigos não escritos de comportamento (normas sociais e culturais), por isso a mudança institucional (democrática, por exemplo) nem sempre é rápida, mas gradual.

Desta forma, como os países têm estruturas institucionais distintas, com diferentes graus de eficiência das transações entre os agentes, a mudança institucional resultante das relações contratuais com o FMI ocorre com intensidades diversas, dependendo de seu desenvolvimento institucional. Em outras palavras, o ambiente institucional em que está inserida a transparência fiscal nos países tende a se alterar, em conformidade ao compromisso assumido perante o FMI, conforme o amadurecimento de suas instituições.

Portanto, conjugando o fato de que o desempenho da transparência fiscal dos países que estabelecem relações contratuais com o FMI depende de sua matriz institucional (regras e *enforcement*), ao de que geralmente uma mudança institucional se trata de um processo mais gradual, o resultado tende a ser que, em muitos deles, a adoção é mais lenta ou apenas cerimonial, não resultando em uma transformação democrática, que seria a finalidade macro da transparência.

Dado que os países têm níveis diversos de desenvolvimento do ambiente institucional, conjugado ao fato de que existem complexidades diversas em suas relações com o FMI, são variáveis também os riscos contratuais inerentes à essas relações e, conseqüentemente, os custos de transação associados. Assim, se as pressuposições teóricas básicas da teoria (‘informação

incompleta' para as transações e de 'comportamento oportunista dos agentes') tendem a ser mais intensas em sociedades com instituições menos eficientes, "não há muitas razões para otimismo acerca do ritmo de mudança institucional que as sociedades menos desenvolvidas serão capazes de promover no futuro" (BUENO, 2004, p. 412).

Portanto, para a proposta desse trabalho, acredita-se que a intensidade da mudança no ambiente institucional em que está inserida a transparência fiscal dos países varie conforme as peculiaridades de suas matrizes institucionais, o que inclui seu amadurecimento democrático. Dessa forma, considerando que devido às características de cada país, a mudança institucional ocorrerá (ou não) de diversas maneiras e em intensidades variáveis, as relações contratuais com o FMI tendem a resultar em diferentes implicações nos índices de transparência fiscal e grau de democracia dos países 'desenvolvidos' e 'em desenvolvimento'.

2.2 Revisão de Literatura

As literaturas nacional e internacional têm abordado a transparência fiscal a níveis local, regional e nacional, com estudos relacionados principalmente à avaliação dos entes sob essa ótica, bem como os fatores que os influenciam a ter melhores desempenhos, sendo destacados, além das suas características próprias, o contexto em que o ente está inserido.

Inicialmente, destaca-se que a relação entre a transparência e esses fatores se originou dos estudos que buscavam entender os determinantes das condições financeiras das organizações governamentais, tendo destaque, conforme ressaltado pela literatura (RODRÍGUEZ BOLÍVAR; ALCAIDE MUÑOZ; LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2013), trabalhos como Baber (1983), Evans e Patton (1983; 1987), Ingram (1984), Baber e Sen (1984), Robbins e Austin (1986), Ingram e DeJong (1987) e Giroux (1989), os quais abordavam os fatores institucionais e ambientais que afetavam a situação financeira dos órgãos públicos.

No entanto, “embora a década de 1990 tenha recebido maior atenção à informação, oportunismo, verificação e publicação” foi apenas a partir do fim dessa década que as instituições reguladoras e a academia mencionaram o termo "transparência" (ALT, 2019, p. 6). A partir daí, surgiram os diversos estudos sobre os determinantes contextuais da transparência, ou seja, os fatores que podem ser relacionados à sua promoção.

Será abordado no próximo tópico o que a literatura, como um todo, tem discutido sobre a transparência fiscal e seus fatores determinantes e, posteriormente, será apresentada uma breve análise cientométrica da literatura empírica aplicada a governos nacionais.

2.2.1 Determinantes da Transparência Fiscal

Dentre os pioneiros nos estudos sobre disponibilização eletrônica de dados orçamentários de governos e seus fatores determinantes, destaca-se primeiramente o trabalho de Bellver e Kaufmann (2005), que analisaram 194 países e construíram um índice de transparência com dois componentes, relacionados à transparência econômica/institucional e transparência política. Os achados desse trabalho consistiram em uma associação positiva entre a transparência e melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômico e humano, altos níveis de competitividade e baixa corrupção (BELLVER; KAUFMANN, 2005).

O trabalho de Alt, Lassen e Rose (2006) também se configura como importante referência contemporânea sobre as causas da transparência fiscal. Analisando dados dos estados americanos de três décadas (1972-2002), os autores investigaram conceitualmente e

empiricamente os determinantes da transparência fiscal, concluindo que tanto as variáveis políticas (competição política, compartilhamento de poder, polarização política) quanto as fiscais (condições fiscais passadas, desequilíbrios orçamentários) afetam os níveis de transparência fiscal dos estados (ALT; LASSEN; ROSE, 2006).

Analisando relatórios financeiros de 300 municípios norte-americanos de portes variados, Styles e Tennyson (2007) investigam sua disponibilidade e a acessibilidade, encontrando que as grandes cidades são mais proeminentes na prestação dos relatórios, bem como as de maior renda per capita e com maiores níveis de divulgação contábil. Quanto à acessibilidade dos dados financeiros informados, os autores concluem também que há relação positiva com o número de residentes, a renda domiciliar per capita, o nível de endividamento e a posição financeira do município (STYLES; TENNYSON, 2007).

Em nível local espanhol, Polo-Otero (2011) analisou 680 municípios da região da Catalunha, almejando identificar os fatores políticos, socioeconômicos e fiscais que determinam o nível de transparência fiscal em âmbito municipal, e Caamaño-Alegre *et al.* (2013) analisaram 33 municípios da região da Galícia, por meio de um questionário com perguntas baseadas no Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal (2007), publicado pelo FMI. Os resultados do trabalho de Polo-Otero (2011) permitiram concluir que tantos as variáveis políticas (competência eleitoral, participação política), como as sociodemográficas (porte populacional) e as fiscais (dívida per capita) afetam os níveis de transparência. Já Caamaño-Alegre *et al.* (2013, p. 203) confirmaram alguns achados já apontados pela literatura, mas ressaltaram outras novas relações de fatores com a transparência fiscal, tais como o desemprego e as relações negativas com as coalisões políticas e positiva com dívida fiscal, “sugerindo que os governos estão mais propensos a aumentar a transparência ao herdarem um pesado fardo fiscal (alto endividamento) e promulgar políticas sólidas de gasto (baixo déficit)”

No mesmo sentido das análises locais, mas aplicado ao Brasil, o trabalho de Cruz *et al.* (2012) analisou os portais eletrônicos de 96 municípios incluídos entre os 100 mais populosos do país, com o objetivo de verificar o nível de transparência das informações acerca da gestão pública divulgadas em seus portais eletrônicos e as características socioeconômicas que contribuiriam para explicar os valores encontrados. Além de constatar baixos níveis de transparência, diferentemente dos municípios espanhóis, os autores concluíram pela associação positiva entre esses e suas condições socioeconômicas, ou seja, “melhores condições socioeconômicas tendem a implicar maior nível de transparência por parte dos municípios” (CRUZ *et al.*, 2012, p. 173).

Numa análise municipal mais abrangente, utilizando-se de uma amostra de 1.710 localidades, Ribeiro e Zuccolotto (2014) identificaram “como fatores socioeconômicos e fiscais interferem no nível de transparência fiscal eletrônica” dos municípios brasileiros. Os achados desse trabalho permitiram inferir que a maior divulgação das informações pelos municípios está positivamente relacionada às variáveis arrecadação relativa, investimentos per capita em educação e saúde (fiscais), desenvolvimento educacional, condições de saúde e geração de emprego e renda (socioeconômicos) (RIBEIRO; ZUCCOLOTTO, 2014).

Abrangendo as pesquisas em nível de estados, Zuccolotto e Teixeira (2014c) investigaram as relações entre a transparência fiscal e três conjuntos de variáveis: fiscais presentes e passadas, socioeconômicas e políticas. Investigando os 26 estados e o Distrito Federal, os autores concluíram que as variáveis fiscais (receitas correntes, déficit/superávit e endividamento) e socioeconômicas (desenvolvimento da Educação, Saúde, e Emprego e Renda) explicam o nível de transparência, mas as variáveis políticas não se mostraram significativas, indicando a que a ideologia política parece não influenciar a divulgação de informações desses entes (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2014c).

Grimmelikhuijsen e Feeney (2017) investigaram as dimensões transparência, governo aberto, acessibilidade e participação e como as variáveis estruturais, culturais e ambientais as explicam em âmbito local norte-americano. Os resultados dessa pesquisa apontaram que, apesar de não existir uma única solução para promover as três dimensões mencionadas, uma vez que cada uma delas está sujeita a uma combinação de fatores, são determinantes da transparência: a estrutura organizacional, incluindo a capacidade tecnológica e organizacional; a mistura da cultura inovadora e participativa e as pressões externas afetam a acessibilidade; cultura flexível e inovadora; e a capacidade organizacional, que é preditora de características participativas (GRIMMELIKHUIJSEN; FEENEY, 2017).

Realizando sua pesquisa a nível de países membros da OCDE entre 2007 e 2013, com base em uma abordagem de cultura administrativa, Rodríguez Bolívar, Caba Pérez e López Hernández (2015) analisaram a utilização de novas tecnologias pelos governos centrais para melhorar sua responsabilidade e democracia e tornar os dados orçamentários transparentes para as partes interessadas. Confirmando que existem diferenças entre os países em diferentes culturas administrativas, os resultados do estudo apontam pela influência da região, de fatores políticos, institucionais e de níveis de governo na transparência fiscal dos países membros da OCDE (RODRÍGUEZ BOLÍVAR; CABA PÉREZ; LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2015).

Assim, destaca-se o trabalho de Alcaide Muñoz, Rodríguez Bolívar e López Hernández (2017), que reuniu, por meio de uma meta-análise, os resultados empíricos de diversos estudos

sobre os fatores que favorecem a divulgação das informações financeiras por um ente público, destacando alguns efeitos como cultura administrativa, regime contábil, nível de governo e impacto da mensuração das variáveis utilizadas. Além de destacar que a transparência das informações nos governos depende de fatores institucionais e ambientais e que esses são positivamente associados à divulgação de informações financeiras públicas, os autores apontam que as discrepâncias de resultados entre os estudos analisados foram determinadas principalmente pelos fatores estilo administrativo e nível de governo (ALCAIDE MUÑOZ; RODRÍGUEZ BOLÍVAR; LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2017).

Conforme apontam Lyrio, Lunkes e Taliani (2018), por meio de uma densa revisão de literatura dos trinta anos de estudos sobre transparência, responsabilidade e corrupção no setor público, identifica-se um aumento no interesse pelas pesquisas nessas temáticas, particularmente após o período em que ganha força a questão da governança do setor público.

Para consolidação do conhecimento sobre os determinantes da transparência, serão utilizados os trabalhos de Rodríguez Bolívar, Alcaide Muñoz e López Hernández (2013), Alcaide Muñoz, Rodríguez Bolívar e López Hernández (2017), Zuccolotto e Teixeira (2017) e Puron-Cid e Rodríguez Bolívar (2018). Segundo eles, pesquisas anteriores apontaram que os determinantes sociodemográficos que influenciam a transparência são compostos pelas variáveis população, idade, gênero, densidade demográfica e urbanização; já quanto às causas socioeconômicas, estas são representadas pelas condições e atividade econômicas, Produto Interno Bruto (PIB), recessão, renda per capita, educação, saúde e desemprego.

Em relação às variáveis fiscais e institucionais, os trabalhos levantados pelos autores apontaram que têm relação com a transparência fiscal: receitas fiscais, déficit, superávit e endividamento (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2017); condições financeiras e subsídios intergovernamentais recebidos (RODRÍGUEZ BOLÍVAR; ALCAIDE MUÑOZ; LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2013); além de capacidade de regulamentação, equilíbrio do orçamento público, viabilidade financeira, alavancagem financeira, regimes contábeis, recursos governamentais, finanças e orçamento, recursos humanos e ativos físicos (PURON-CID; RODRÍGUEZ BOLÍVAR, 2018).

Quanto às variáveis políticas, podem ser determinantes da transparência fiscal a competição política e os partidos políticos, abstenção, ideologia (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2017), grau de democracia, força política, taxa de participação, tamanho do governo (PURON-CID; RODRÍGUEZ BOLÍVAR, 2018).

Por fim, Puron-Cid e Rodríguez Bolívar (2018) destacam ainda os determinantes organizacionais (profissionalismo administrativo, redes organizacionais, gestão de desempenho

e administração geral), de acesso à informação (uso da *internet*, liberdade de informação, tradição jurídica e cultura administrativa), além dos níveis de governo (nacional, estadual ou municipal).

Portanto, ressalta-se que se deve levar em consideração todos os fatores apresentados pela literatura como determinantes para a transparência fiscal dos governos, sejam eles em âmbito local, regional ou nacional, e que estes devem ser tomados de maneira conjunta, dado que as características próprias e o contexto em que o ente está inserido contribuem de alguma forma para que a transparência seja promovida.

Assim, são fundamentadas as variáveis de controle desse trabalho, abordando a relação entre a transparência fiscal e o agrupamento de fatores determinantes. Portanto, identifica-se a oportunidade de se contribuir com a academia por meio da consolidação das percepções, abrangência das investigações para um maior número de países, incluindo aqueles em desenvolvimento, bem como a atualização dos dados a fim de oferecer considerações mais recentes à literatura.

2.2.2 Transparência Fiscal em Países

Uma das contribuições pioneiras sobre as principais questões em nível de países e o papel do FMI na sua promoção, Kopits e Craig (1998, p. 1) apontam a transparência fiscal como sendo “uma importante pré-condição para sustentabilidade fiscal macroeconômica, boa governança e retidão fiscal geral”, mostrando também a preocupação do Fundo no aumento da transparência fiscal dos países, por meio da *Declaration on Partnership for Sustainable Global Growth* (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 1996), para reduzir transações fora do orçamento e os déficits parafiscais, o que garantiria equilíbrio orçamentário, disciplina fiscal, estabilidade financeira e crescimento duradouro.

Em relação aos principais artigos empíricos sobre transparência fiscal dos países, um dos primeiros a se destacar foi o trabalho Bellver e Kaufmann (2005), que construíram um índice e relacionaram com indicadores de desenvolvimento socioeconômico e humano, competitividade e corrupção. Alt e Lassen (2006a, b) são também importantes referências, em que foram tratados os determinantes políticos (polarização, partidos) e econômicos (ciclo orçamentário, débito) em países da OCDE. Benito e Bastida (2009) também analisaram a relação da transparência variáveis políticas (participação) e econômicas (desempenho fiscal).

No entanto, destaca-se que desde Kopits e Craig (1998), são poucos os artigos empíricos sobre a temática publicados em periódicos com fator de impacto. Numa busca por trabalhos

publicados em periódicos indexados na *Journal Impact Factor* (JIF) (vinculados ao *Journal Citation Reports* (JCR), da *International Scientific Indexing* (ISI) *database*), foram encontrados apenas 52 artigos que abordam transparência fiscal de governos nacionais. A lista desses artigos, juntamente ao nome do periódico e seu fator de impacto na publicação mais recente do JCR (2019) se encontram na Tabela 1. Ressalta-se que foram encontrados outros trabalhos que atendiam ao requisito de ‘artigo empírico em transparência fiscal de países’, mas que foram desconsiderados, por não terem sido publicados em periódicos indexados na base ISI.

Tabela 1 – Artigos sobre transparência fiscal de países publicados em periódicos JCR (1999-2020)

n	Autores	Periódicos	JIF 2019
1	Heald (2003)	Public Administration	1,825
2	Gelos, Wei (2005)	Journal of Finance	6,813
3	Alt, Lassen (2006a)	European Economic Review	1,744
4	Alt, Lassen (2006b)	American Journal of Political Science	4,271
5	Kono (2006)	American Political Science Review	4,183
6	Siau, Long (2009)	Journal of Computer Information Systems	1,582
7	Benito, Bastida (2009)	Public Administration Review	4,063
8	Heald, Georgiou (2011)	Abacus-A Journal of Accounting Finance and Business Studies	1,975
9	Hollyer, Rosendorff, Vreeland (2011)	Journal of Politics	2,658
10	De Renzio, Angemi (2012)	Public Administration and Development	1,550
11	Wehner, De Renzio (2013)	World Development	3,869
12	Rodríguez-Bolívar, Alcaide-Muñoz, López-Hernández (2013)	International Public Management Journal	1,672
13	Seifert, Carlitz, Mondo (2013)	Journal of Comparative Policy Analysis	1,414
14	Rios, Benito, Bastida (2013)	Journal of Comparative Policy Analysis	1,414
15	Alt, Lassen, Wehner (2014)	British Journal of Political Science	3,811
16	Caba-Pérez, Rodríguez-Bolívar, López-Hernández (2014)	Transylvanian Review of Administrative Sciences	0,603
17	Harrison, Sayogo (2014)	Government Information Quarterly	5,098
18	Puron-Cid (2014)	Government Information Quarterly	5,098
19	Rodríguez-Bolívar, Caba-Pérez, López-Hernández (2015)	Administration and Society	1,564
20	Arbatli, Escolano (2015)	Fiscal Studies	1,149
21	Martí, Kasperskaya (2015)	Public Administration and Development	1,550
22	Williams (2015)	Journal of Comparative Economics	1,992
23	Jesus, Jorge (2015)	International Review of Administrative Sciences	2,129
24	Yang, Lo, Shiang (2015)	Journal of Information Science	2,410
25	Rodríguez-Bolívar, Navarro-Galera, Alcaide-Muñoz (2015)	Journal of Policy Modeling	1,486
26	Lourenço (2015)	Government Information Quarterly	5,098
27	Ríos, Bastida, Benito (2016)	American Review of Public Administration	2,168
28	Sáez-Martín, Rosario, Caba-Pérez (2016)	Social Science Computer Review	2,696
29	Aaskoven (2016)	Economics & Politics	1,828
30	Andreula, Chong (2016)	Economics of Governance	0,710
31	Alcaide-Muñoz, Rodríguez-Bolívar, López-Hernández (2017)	American Review of Public Administration	2,168

n	Autores	Periódicos	JIF 2019
32	Piotrowski (2017)	American Review of Public Administration	2,168
33	Bauhr, Grimes (2017)	Crime Law and Social Change	0,921
34	Cicatiello, De Simone, Gaeta (2017)	Economics of Governance	0,710
35	De Simone, Gaeta, Mourão (2017)	B E Journal of Economic Analysis & Policy	0,330
36	Veiga, Veiga, Morozumi (2017)	Electoral Studies	1,044
37	Bastida, Guillamon, Benito (2017)	International Review of Administrative Sciences	2,129
38	Rios, Benito, Bastida (2017)	Australian Journal of Public Administration	1,057
39	García-Tabuyo, Sáez-Martin, Caba-Pérez (2017)	Online Information Review	1,805
40	Arapis, Reitano (2018)	American Review of Public Administration	2,168
41	Brusca, Manes-Rossi, Aversano (2018)	Journal of Comparative Policy Analysis	1,414
42	McNab, Wilson (2018)	Applied Economics	1,103
43	Rios, Bastida, Benito (2018)	Administration & Society	1,564
44	Copelovitch, Gandrud, Hallerberg (2018)	International Studies Quarterly	2,146
45	Berliner, Bagozzi, (2018)	World Development	3,869
46	Citro, Cuadrado-Ballesteros, Beatriz (2019)	International Review of Administrative Sciences	2,129
47	Montes, Bastos, Oliveira (2019)	Journal of Computer Information Systems	1,582
48	Schnell, Jo (2019)	American Review of Public Administration	2,168
49	Cicatiello, De Simone, Ercolano, Gaeta (2020)	Socio-Economic Planning Sciences	4,149
50	Montes, Luna (2020)	Empirical Economics	1,308
51	ElBerry, Goeminne (2020)	Journal of Forecasting	1,570
52	Chen, Neshkova (2020)	Public Administration	1,825

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Nota: *JIF 2019* Fator de Impacto do periódico em 2019.

Pela análise da Tabela 1, percebe-se que o interesse por estudos sobre o tema se intensificou mais recentemente, com aumento real das publicações a partir de 2013. Uma possível razão para isso poderia ser a popularização do acesso à internet em todo o mundo em um período relativamente recente e um aumento do número de legislações sobre o acesso público às informações governamentais (MUELLER, 2019).

Sobre a autoria dos artigos, destaca-se a maior frequência de pesquisadores norte-americanos e espanhóis, o que indica para a importância desses centros de pesquisa em transparência. Nota-se também que alguns pesquisadores espanhóis específicos têm publicado mais frequentemente neste tópico como primeiro autor, mas se considerada em conjunto a nacionalidade de todos os autores, percebe-se que há mais pesquisadores dos EUA do que da Espanha, o que indica que os norte-americanos trabalham frequentemente em parceria com pesquisadores de outros países. Assim, pode-se dizer que, embora alguns pesquisadores espanhóis específicos estejam sempre publicando trabalhos sobre o assunto, a área concentra seus principais pesquisadores nos centros de pesquisa dos EUA.

Em relação aos periódicos, estaca-se a predominância das áreas de Administração Pública e Economia. A presença de revistas da Administração Pública era esperada, assim como

Ciência Política e Ciência da Informação, áreas importantes no campo da transparência (SÁEZ-MARTÍN; LÓPEZ-HERNANDEZ; CABA-PÉREZ, 2017).

Pela análise do conteúdo dos artigos, em si, nota-se que quase todos se utilizam de mais de um procedimento metodológico, havendo predomínio de pesquisas sobre a relação da transparência com outros elementos, com utilização de métodos quantitativos, destacadamente modelos regressivos.

As *proxies* de transparência fiscal utilizadas pela maioria dos periódicos são medidas indiretas, levantadas por algumas instituições, tais como IBP, FMI, OCDE e Banco Mundial. No entanto, dentre esses há um estudo que cria a medida da transparência fiscal dos países usando dados primários (COPELOVITCH; GANDRUD; HALLERBERG, 2018). Há também, dentre esses, um trabalho (DE SIMONE; GAETA; MOURÃO, 2017) que replicou a metodologia de outro (WANG; IRWIN; MURARA, 2015), analisando o índice proposto pelo primeiro.

Alguns dos trabalhos analisam temas diferentes, tais como acessibilidade da informação pública, regulação de acesso à informação e percepções e expectativas dos stakeholders, além de se utilizarem, em menor proporção, de métodos alternativos às análises de regressão. Como exemplos, destaca-se Piotrowski (2017), Garcia-Tabuyo, Sáez-Martin e Caba-Pérez (2016) e Seifert, Carlitz e Mondo (2013).

Em relação ao tipo de análise, destaca-se a representatividade dos estudos comparativos, tanto nas pesquisas quantitativas como nas qualitativas. Embora haja diversas e reconhecidas limitações em se comparar países (FREEMAN, 1967), principalmente por causa de suas diferenças culturais e institucionais (MADDEN, 2005), a maioria dos artigos dessa amostra compara diferentes aspectos relacionados às características dos governos nacionais, geralmente por meio de índices indiretos, havendo predominância comparações de países de todo o mundo, independentemente das diferenças entre eles.

Nesse aspecto, chama a atenção a escassez de trabalhos com foco em países em desenvolvimento, dado que, dentre os artigos comparativos, apenas dois são especificamente sobre eles (ELBERRY; GOEMINNE, 2020; GELOS; WEI, 2005) e dentre os não comparativos, apenas um (BERLINER; BAGOZZI; PALMER-RUBIN, 2018), que trata especificamente do México.

Portanto, em linha com Wehner e De Renzio (2013), Arapis e Reitano (2018) e Alt (2019), considera-se baixo o número de artigos em transparência fiscal de governos nacionais. Embora o final da década de 1990 tenha sido marcado por um movimento mundial pela

transparência fiscal (ALT, 2019), pesquisas empíricas vinculadas a periódicos com impacto científico começaram a publicar apenas em 2003, ainda com baixo número de artigos.

Essa carência de pesquisas no período inicial pode ser atribuída ao fato de o conteúdo sobre o assunto ainda ser incipiente e de alguns artigos importantes terem sido publicados em periódicos não pertencentes ao JCR. Dentre eles, destaca-se os artigos publicados como Working Papers de instituições como o FMI e o Banco Mundial que, apesar de serem amplamente citados, não estão vinculados na JCR, principal fonte conhecida pelos pesquisadores (ALVES; YANASSE; SOMA, 2016).

É importante destacar esse baixo número de artigos sobre a transparência fiscal dos países publicados em periódicos com fator de impacto, uma vez que o desenvolvimento das políticas nacionais de transparência não está sendo alvo de debates pela academia o quanto deveria. Considerando-se o papel social desse campo científico para o desenho e a melhoria de políticas públicas, o baixo número de artigos empíricos chama a atenção, dado que as contribuições científicas para a melhoria das políticas nacionais de transparência fiscal poderiam implicar em amadurecimentos democráticos, com níveis mais baixos de corrupção, maior *accountability* e melhor alocação de recursos públicos (DE RENZIO; WEHNER, 2017).

2.3 Transparência Fiscal e a Regulação Internacional

A transparência é um princípio fundamental para a consolidação de um Estado democrático, uma vez que possibilita aos cidadãos a interação e o controle de seus representantes, além do exercício do poder negativo ao fim do ciclo de representação (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2017). Mesmo que haja diversos conceitos na literatura, seu significado ainda permanece sem consolidação, o que pode ser devido, em partes, às diferentes abordagens relacionadas ao fluxo das informações, tais como a transparência sob as perspectivas orçamentária ou fiscal, contábil, institucional ou organizacional, social ou cívica, de contratos e convênios, midiática, dentre outras (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2017).

Nesse aspecto, devido às escolhas desse trabalho, ressalta-se que a abordagem adotada se delimita à transparência sob a perspectiva fiscal (também denominada orçamentária ou financeira), que é caracterizada pelo FMI como um elemento crítico para a gestão fiscal eficaz, uma vez que se refere à “informação disponível ao público sobre o processo de formulação de políticas fiscais do governo”, devendo os relatórios fiscais e as demais informações públicas ser disponibilizadas com “clareza, confiabilidade, frequência, tempestividade e relevância” (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2018, p. 1).

Desta forma, devido à importância do princípio da transparência para a promoção da democracia, visto que mune a sociedade de informações sobre a gestão dos recursos públicos e a promoção da *accountability*, diversos organismos internacionais, destacadamente o FMI, têm apresentado disposições que auxiliam na promoção da transparência fiscal entre os países (KOPITS; CRAIG, 1998). O Quadro 1 evidencia os importantes marcos relacionados à transparência em nível de países promulgados predominantemente pelo FMI.

Quadro 1– Importantes marcos para a promoção da transparência fiscal

Ano	Instrumento	Organizações
1998	Criação do <i>Code of Good Practices on Fiscal Transparency</i> . Primeira ferramenta de avaliação desse tipo	Fundo Monetário Internacional (FMI)
2001	Publicação das Melhores práticas em transparência da <i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i> (OECD) e criação da <i>Public Expenditure and Financial Accountability</i> (PEFA)	OCDE/FMI, <i>World Bank</i> e <i>European Commission</i>
2005	Publicação do <i>Open Government Index</i>	International Budget Partnership (IBP)
2007	Reforma do <i>Code of Good Practices on Fiscal Transparency</i> que derivou no <i>Fiscal Transparency Code</i>	FMI
2014	Revisão do <i>Fiscal Transparency Code</i> , acompanhado do <i>Fiscal Transparency Evaluations</i> ;	FMI
2018	Publicação, em março, do <i>Fiscal Transparency Evaluations</i> , com avaliações e sugestões de melhorias para 19 países e do <i>Fiscal Transparency Handbook</i> , em abril.	FMI
2019	Revisão do <i>Fiscal Transparency Code</i>	FMI

Fonte: adaptado de Reddick, Chatfield e Puron-Cid (2017), com modificações e atualizações.

Segundo a ONU (2019), o FMI é uma organização cujos objetivos declarados são, em nível internacional, promover a cooperação econômica, a estabilidade financeira, o comércio, o emprego, a estabilidade cambial, o crescimento econômico sustentável e a redução da pobreza no mundo. Para isso, atua no monitoramento do sistema monetário internacional, em empréstimos e na capacitação aos países membros.

O órgão máximo do FMI é o *The Board of Governors*, que consiste num colegiado de representantes dos 189 países membros, geralmente o ministro das finanças ou o presidente do banco central, que detém os poderes de decisão do Fundo, por meio de cotas e ações com direito a voto no referido conselho (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020b).

Os países-membros são signatários do *Articles of Agreement*, documento estatutário do Fundo, que estabelece seus objetivos, forma de organização, atribuições dos membros, dentre outros (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020a). Entre as disposições desse documento, destaca-se o Artigo VIII, que trata das obrigações gerais dos membros, em que consta seis principais atribuições, a saber: evitar restrições aos pagamentos correntes; evitar práticas monetárias discriminatórias; conversibilidade de saldos detidos por estrangeiros; fornecimento de informações; consulta entre membros sobre acordos internacionais existentes; obrigação para colaborar em relação às políticas sobre ativos de reserva (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020a).

Portanto, devido ao papel do FMI para a economia mundial, com interações com os ambientes institucionais dos países, principalmente em âmbito econômico, destaca-se as diversas constatações de interferências deste órgão em suas operações internas (BIRD; ROWLANDS, 2009; CHORAFAS, 2014; DEMIROGLU; KARAGOZ, 2016; IONESCU, 2014; JOHANSSON, 2010; ROMERO-BARRUTIETA; BULÍŘ; RODRÍGUEZ-DELGADO, 2015; SHANDRA; SHIRCLIFF; LONDON, 2011), apesar de não existir consenso na literatura quanto à eficácia do trabalho do FMI em relação ao risco moral, condicionalidade, liderança, governança e sustentabilidade das políticas (LI; SY; MCMURRAY, 2015).

Thacker (1999), por exemplo, aponta que fatores políticos afetam a probabilidade de um país receber empréstimos do FMI. Já Edwards (1989) e Abbot, Andersen e Tarp (2010) fazem uma avaliação crítica da atuação da entidade em países em desenvolvimento, apontando que há poucas evidências de sucesso dos programas do FMI, que impõe duras e desnecessárias políticas de ajuste e que, apesar de não ter poder impositivo em nenhum país, frequentemente aqueles que pedem assistência precisam concordar em seguir uma lista de políticas macroeconômicas fornecida pelo órgão.

Doyle (2012), por sua vez, estudou a pressão por privatizações em dezoito países da América Latina, entre os anos de 1984 e 1998, apontando que quando um país está em dívida com o FMI, a ideologia partidária dos líderes do executivo tem influência nas decisões sobre privatização, constatando que em épocas de governos de esquerda no poder, os incentivos eleitorais fazem com que seja ignorada a pressão do FMI, reduzindo os níveis de privatização.

Já Lombardi e Woods (2008) exploraram a questão do monitoramento que o FMI exerce sobre os países, fornecendo explicações teóricas sobre o funcionamento desse mecanismo em razão do poder de barganha e do comportamento cooperativo dos países. Por fim, Mukherjee e Singer (2010) tratam da abertura de capital por diversos países a partir da década de 1970, argumentando que este movimento foi fortemente influenciado pela estabilização fornecida pelo FMI, com altos valores de empréstimos para custear as reformas nos sistemas financeiros.

Assim, considerando os exemplos citados, a importância do FMI para o desenvolvimento dos países e sua influência no ambiente e em suas políticas internas, entende-se nesse trabalho que as disposições promulgadas pelo organismo têm implicações na promoção da transparência fiscal e, conseqüentemente, no amadurecimento democrático. Esse entendimento leva em consideração que, mesmo não havendo poder coercitivo nessa relação, é proeminente a dependência de recursos por parte dos países, o que gera pressões para adoção das disposições (CUNHA FILHO, 2019), dado a lógica de racionalidade econômica.

Portanto, a adoção dessas disposições se dá geralmente por meio de reformas institucionais que, por serem propostas por especialistas globais externos ao ambiente dos países, é criticada pela literatura (ANDREWS, 2013), que defende que elas tendem a não funcionar, principalmente nos países pobres. O autor aponta que essas reformas são criadas considerando um contexto padronizado e simplificado, não levando em conta as especificidades de cada local e sendo empurradas para adoção pelos países, não se encaixando às realidades principalmente daqueles em desenvolvimento (ANDREWS, 2013).

Assim, dos poucos trabalhos que tratam da relação entre essas disposições de normatizadores e a adoção de inovações quanto à disponibilização das informações orçamentárias, Grimmelikhuijsen e Feeney (2017) propuseram que a pressão coercitiva para a participação pública e a influência de atores normatizadores externos seriam positivamente relacionados à adoção do governo aberto pelos municípios norte-americanos.

No mesmo sentido, num estudo em nível de países, Arapis e Reitano (2018) apontaram que fatores fiscais externos, como a ajuda internacional ao desenvolvimento, também podem desempenhar um papel importante no nível de transparência fiscal de um país, uma vez que ela se tornou elemento chave para o fortalecimento dos laços entre o financiador e o país que recebe

ajuda. Por outro lado, De Renzio e Angemi (2012), apesar de concordarem com o fato de que há escassez de estudos relacionando ajuda estrangeira e a transparência orçamentária, ressaltando que ela é quase inexistente, apontam que esses fatores parecem ser inversamente correlacionados, quando considerados dados de 2008.

Ainda em relação às evidências empíricas em nível de países, Hollyer, Rosendorff e Vreeland (2011) apontaram que os programas de desenvolvimento do FMI aumentaram a transparência fiscal, o que não é corroborado por De Renzio e Angemi (2012), que encontraram em alguns países apenas um sucesso limitado dessas intervenções, em parte porque elas não estavam bem adaptadas aos contextos locais, e em parte porque os organismos deram maior ênfase à divulgação das informações orçamentárias em detrimento da melhoria do acesso público à elas. Com isso, considerando-se construção teórica e os achados na literatura, esse trabalho tem a seguinte hipótese teórica:

Hipótese A (H_a): a dependência do FMI promove melhorias na transparência fiscal dos países democráticos, principalmente dos ‘Em Desenvolvimento’, com intensidade variáveis em função de seu ambiente institucional.

As investigações já apresentadas pela literatura reforçam a importância dos organismos internacionais na promoção da transparência fiscal entre os países, mas os resultados empíricos são poucos e apontam para conclusões divergentes. Desta forma, justifica-se essa investigação, considerando-se a relevância da temática para a promoção de políticas públicas, a necessidade de consolidação dos resultados, a escassez de investigações, a inclusão da avaliação de novos países e a publicação recente de outros normativos internacionais, que geram a necessidade de novos estudos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Delineamento da Pesquisa

Epistemologicamente, essa proposta de tese se enquadra como pesquisa funcionalista, normativa, positivista e empírica, que almeja verificar a relação entre variáveis teóricas e operacionais, dado que a construção do conhecimento científico deve ser exposta na forma de teorias (variáveis teóricas) que se referem aos fatos (variáveis operacionais, observacionais ou empíricas) (VOLPATO, 2013). É pautada na crença justificada de que as disposições das organizações internacionais são um dos principais determinantes para a promoção da transparência entre os países, sendo a busca por esse conhecimento pautada numa abordagem tradicional ou evidencialista, em que a posse de provas, pela evidência consistente em experiências, torna a crença justificada (STEUP, 2018).

3.1.1 Definição da Amostra e a *proxy* de Transparência Fiscal

Para se obter maior alcance dos resultados, foram estudados nesse trabalho todos os países que têm divulgado o *Open Budget Index* (OBI), da instituição *International Budget Partnership* (IBP), listados no APÊNDICE A. Esse índice é mensurado a partir de um levantamento de dados dos países (*Open Budget Survey*), que avalia três componentes dos sistemas de prestação de contas orçamentárias: disponibilidade pública da informação orçamentária (Transparência); oportunidades de o público participar no processo orçamentário (Participação Pública); e o papel e a eficácia das instituições formais de fiscalização, incluindo o órgão legislativo e as instituições supremas de auditoria (Poder das Instituições de Fiscalização) (INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP, 2020).

Portanto, esse indicador é utilizado para avaliar a transparência orçamentária dos governos nacionais, em que, com base no montante e na pontualidade das informações orçamentárias que os governos disponibilizam publicamente, é atribuída uma pontuação que varia de 0 (menos transparente) a 100 (mais transparente), o que determina a classificação do país no OBI (INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP, 2020). Ressalta-se que já foram divulgados resultados do OBI para os anos de 2006, 2008, 2010, 2012, 2015, 2017 e 2019.

No presente trabalho, esse indicador é tratado como *proxy* de ‘transparência fiscal’ a nível de países, sendo a escolha por esse termo motivada pelo fato de ser a nomenclatura dada pela academia. Assim, a escolha especificamente do OBI para mensuração da transparência

fiscal dos países foi motivada pela busca de uma fonte já consolidada que investiga a abertura orçamentária (*budget openness*) (SEIFERT; CARLITZ; MONDO, 2013), e que se trata da *proxy* de ‘transparência fiscal’ de governos nacionais mais utilizada pela literatura¹.

São reconhecidas as limitações no OBI, tais como: a divulgação somente a cada dois anos; o número diferente de países a cada nova publicação; a falta de divulgação no ano de 2014 (o índice tinha como proposta inicial a divulgação a cada dois anos a partir de 2006, mas no ano de 2014 não houve sua publicação, sendo esta realizada no ano seguinte); e os problemas da não mensuração dos possíveis casos de “ilusão de transparência”, derivados da adoção cerimonial dos requisitos do índice (*checklist*), apenas para alcançar uma boa pontuação.

Por outro lado, mesmo que reconhecidas essas limitações, foi determinante para a sua escolha, além de ser a *proxy* mais difundida pela literatura, o fato deste não ser mensurado por uma agência reguladora das normas sobre transparência entre os países (FMI e OCDE, por exemplo), mas por pesquisadores independentes, com base nas recomendações desses órgãos, permitindo comparações de informações orçamentárias chave publicadas por governos de todo o mundo (DE RENZIO; MASUD, 2011).

Assim, a amostra desse trabalho está representada na Tabela 2, que evidencia a distribuição da quantidade de países com o índice OBI divulgado, segregados por ano e por região. O agrupamento por região foi adaptado da divisão feita pelo IBP em que, conjugando os critérios de proximidade geográfica e semelhanças no desempenho da transparência fiscal, os países foram divididos em sete grupos, a saber:

Tabela 2 – Quantidade de países com divulgação do *Open Budget Index* (OBI) – por região e por ano

Regiões (OBI)	2006	2008	2010	2012	2015	2017	2019
África Subsaariana	14	22	24	26	27	35	36
América Latina e Caribe	12	15	16	16	16	17	18
Centro-Leste e Norte da África	4	7	8	10	10	10	10
Leste da Ásia e Pacífico	7	12	13	14	14	16	16
Leste Europeu e Ásia Central	12	17	18	19	20	21	21
Oeste Europeu, EUA e Canadá	5	6	9	9	9	10	10
Sul da Ásia	5	6	6	6	6	6	6
Total	59	85	94	100	102	115	117

Fonte: Adaptado do *International Budget Partnership* (IBP)

Definida a amostra e a *proxy* de transparência fiscal, nos próximos subtópicos serão exploradas as variáveis de teste e as variáveis de controle utilizadas no decorrer do trabalho.

¹ São exemplos de artigos que se utilizam desse indicador como *proxy* de transparência fiscal, publicados em periódicos com fator de impacto: De Renzio e Angemi (2012); Wehner e De Renzio (2013); Harrison e Sayogo (2014); Arbatli e Escolano (2015); Marti e Kasperskaya (2015); Ríos, Bastida e Benito (2016); Bastida, Guillamon e Benito (2017); Ríos, Benito e Bastida (2017); Cicatiello, De Simone e Gaeta (2017); Arapis e Reitano (2018); Brusca, Manes-Rossi e Aversano (2018); McNab e Wilson (2018); Ríos, Bastida e Benito (2018); Citro, Cuadrado-Ballesteros e Bisogno (2019); Montes, Bastos e Oliveira (2019); Chen e Neshkova (2020); Montes e Luna (2020); ElBerry e Goeminne (2020); Cicatiello, De Simone e Ercolano (2020).

3.1.2 Variável de Teste: Dependência do FMI

Nesse trabalho optou-se pela dependência dos países especificamente junto ao FMI, devido à importância desse órgão para a promoção da transparência fiscal em nível internacional, tentando promovê-la por meio de instruções e acompanhamento, com base em publicações para padronização dos relatórios fiscais dos países. Ressalta-se que todos os países da amostra estão entre os 189 membros do FMI, sendo também participantes do *The Board of Governors* e signatários do *Articles of Agreement*. No entanto, não são todos os países membros que aceitaram três das obrigações do Artigo VIII: evitar restrições aos pagamentos correntes; evitar práticas monetárias discriminatórias; e conversibilidade de saldos detidos por estrangeiros (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020b). Nesse trabalho, dos 117 países da amostra, 11 não constam como os que aceitaram as referidas obrigações².

Em relação à literatura, apesar de outros trabalhos tratarem da dependência dos países junto a diversos órgãos que concedem financiamentos (*donors*) (DE RENZIO; ANGEMI, 2012), a opção pelo FMI nesse trabalho se justifica: pelo compromisso assumido pelos países em fornecer suas informações financeiras ao Fundo (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020a); pelas relações contratuais entre os países e a instituição para o financiamento de políticas públicas para o desenvolvimento; e pelo fato de que eles potencialmente dependem de uma avaliação positiva de sua transparência, em conformidade ao Código de Transparência Fiscal (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2019a), para a concessão de recursos (ROBERTS, 2006).

Assim, para mensurar a dependência junto ao FMI foi criada uma variável para ser utilizada como *proxy*, que se trata da dívida de um país junto ao FMI ao final de um exercício sobre sua geração total de riquezas naquele ano, mensurada pelo Produto Interno Bruto (PIB). A dívida anual do país junto ao FMI, foi obtida no banco de dados *Joint External Debt Hub* (JEDH), desenvolvido conjuntamente pelo *Bank for International Settlements* (BIS), FMI, OCDE, e Banco Mundial e representa o “total de empréstimos pendentes e outros passivos para o FMI no final do período de referência” (JOINT EXTERNAL DEBT HUB, 2020, p. 1). Já os valores do PIB foram coletados no banco de dados do Banco Mundial.

Portanto, os valores atribuídos aos países em cada ano da variável ‘dependência do FMI’ são resultado da divisão do saldo da dívida com o FMI no fim do período pelo seu PIB anual.

² Afeganistão, Angola, Bósnia e Herzegovina, Burundi, Iraque, Libéria, Mianmar, Nigéria, São Tomé e Príncipe, Somália, Sudão do Sul.

3.1.3 Variáveis de Controle

Complementarmente, para investigar os determinantes sociodemográficos, socioeconômicos e políticos da transparência fiscal, foram utilizadas as seguintes variáveis: população, desenvolvimento, PIB per capita, sistema de governo, grau de democracia e corrupção percebida. Os valores dessas variáveis para cada observação estão disponibilizados no APÊNDICE A. Um resumo da descrição, fonte dos dados e a referência de todas as variáveis utilizadas no presente trabalho é evidenciada no Quadro 2.

Quadro 2 – Definições das variáveis, fontes de dados e referências

	Classe	Variáveis	Descrição	Sigla	Fonte	Referência
Dependente	Transparência Fiscal	Open Budget Index	Índice de Transparência Fiscal, varia de 0 a 100 , baseado em três componentes dos sistemas de prestação de contas orçamentárias: Transparência, Participação Pública e Poder das Instituições de Fiscalização.	obi	IBP ^a	-
		Dependência FMI (PIB)	Total de empréstimos pendentes e outros passivos do País para com o FMI no final do período, dividido pelo seu PIB.	dep_fmi	WB ^{b,c}	De Renzio e Angemi (2012)
Controlador	Caract. Demográficas e Socioeconômicas	População	Logaritmo natural dos números absolutos das populações dos países	ln_pop	UN ^d	Schnell e Jo (2019)
		Desenvolvimento	Variável binária (<i>dummy</i>) de classificação do desenvolvimento dos países, sendo atribuído 1 para os classificados como “desenvolvidos” ou “em transição”, e 0 para aqueles “em desenvolvimento”.	d_desenv	UN ^e	ElBerry e Goeminne (2020)
		PIB per capita	PIB total do país dividido pelo número de habitantes	pib_pc	WB ^c	Bellver e Kaufmann (2005)
	Características Políticas	Sistema de Governo	Variável binária (<i>dummy</i>) relacionada ao sistema de governo do país, sendo atribuído 1 para países de sistemas parlamentaristas e 0 para os presidencialistas.	d_sistgov	WB ^f	Cheibub (2006)
		Grau de Democracia	<i>Democracy Index</i> (DI), varia de 0 a 10 , baseado nas características dos sistemas democráticos dos países: (a) processo eleitoral e pluralismo, (b) liberdades civis, (c) funcionamento do governo, (d) cultura política e (e) participação política.	Democ	EIU ^g	Harrison e Sayogo (2014)
		Corrupção Percebida	<i>Corruption Perceptions Index</i> (CPI), varia de 0 a 100 , classificando os países pelos níveis percebidos de corrupção do setor público (0: altamente corrupto; 100: sem indícios).	corrup	TI ^h	Brusca, Manes-Rossi e Aversano (2018)

Fonte: ^a *International Budget Partnership, Open Budget Survey*; ^b *The Joint External Debt Hub, Debt of Loans and other credits, Line 07 IMF*; ^c *World Bank national accounts data.*; ^d *United Nations Population Division (World Population Prospects)*; ^e *Country classification (World Economic Situation and Prospects)*; ^f *Database Of Political Institutions*; ^g *Economist Intelligence Unit*; ^h *Transparency International*.

A variável ‘População’ será aqui representada pelo logaritmo natural do número absoluto das populações dos países, sendo a fonte desses dados a base *World Population Prospects*, das ONU. A transformação da variável utilizando seu logaritmo natural se deu para fins padronização dos dados e controle da variabilidade inerente aos números absolutos. O uso dessa variável demográfica é motivado pela necessidade de controle do tamanho dos países, sendo esperado que haja uma correlação positiva com a transparência fiscal, conforme Schnell e Jo (2019).

Para mensurar ‘Desenvolvimento’, optou-se pela utilização de uma variável binária (*dummy*), a partir da classificação proposta no *World Economic Situation and Prospects*, também da ONU, sendo atribuído 1 para os países classificados como ‘desenvolvidos’ ou ‘em transição’ e 0 para aqueles ‘em desenvolvimento’. A expectativa teórica em relação a essa variável é que, dado que países em desenvolvimento apresentam uma credibilidade orçamentária insatisfatória (ELBERRY; GOEMINNE, 2020), seus níveis de transparência fiscal tendem a ser mais baixos. Portanto, por ser atribuído 1 para países ‘desenvolvidos’, espera-se uma correlação positiva desse índice com o OBI.

A variável ‘PIB per capita’ será utilizada para fins de controlar a geração total de riquezas dos países, sendo escolhida a opção por habitante, também para controle da variabilidade da variável e sua padronização de acordo com o porte populacional. Dentre os diversos trabalhos que se utilizaram da relação dessa variável com a transparência, destaca-se Bellver e Kaufmann (2005), um dos primeiros e mais importantes artigos na temática, que constataram que países mais ricos tendem a ter orçamentos mais transparentes.

Para mensurar as diferenças institucionais entre os países, foi proposta a variável ‘Sistema de Governo’, que também é uma *dummy*, em que foi atribuído 1 para países de sistemas parlamentaristas e 0 para os presidencialistas e demais sistemas, segundo a *Database of Political Institutions*, do Banco Mundial. Optou-se por esse tipo de mensuração, mesmo que haja limitações de uma variável binária para captar esse contexto, pois é reconhecida a existência de diversos arranjos institucionais dentro desses sistemas. Baseado nos achados de Cheibub (2006), que propôs uma pesquisa sobre presidencialismo, variáveis políticas e balanços orçamentários em contextos democráticos, espera-se no presente trabalho que países presidencialistas apresentem índices de transparência fiscal mais baixos, principalmente quando se trata de democracias menos desenvolvidas.

Considerando-se a transparência como um pré-requisito para a consolidação democrática de uma sociedade, julga-se necessário incluir nas análises o ‘Grau de Democracia’ dos países, *Democracy Index* (DI), mensurado pelo *Economist Intelligence Unit*. Segundo

Harrison e Sayogo (2014), o grau de democracia tem relação positiva com o transparência, sendo esse o comportamento esperado nesse trabalho, uma vez que a melhoria nos níveis de transparência deveria resultar em maior maturidade democrática dos países.

Por fim, a variável ‘Corrupção Percebida’, *Corruption Perceptions Index* (CPI) mensurada pelo *Transparency International*, é uma das *proxies* de corrupção no setor público mais difundidas na literatura e, apesar de reconhecer a existência de diversas outras, essa escolha foi motivada por ter uma ampla mensuração anual a nível de países e o indicador de corrupção mais utilizado no mundo (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2020). Teoricamente, pelas características dos indicadores utilizados nessa amostra (OBI: do menos transparente para o mais transparente; CPI: do mais corrupto para o mais limpo), espera-se uma relação positiva as *proxies* de transparência e corrupção do país, dado que um governo mais transparente facilita o controle social e, conseqüentemente, o controle da corrupção (BRUSCA; MANES ROSSI; AVERSANO, 2018; HAMEED, 2005).

3.2 Técnicas de Análise

Para alcançar os objetivos desse trabalho, foram realizadas as seguintes análises quantitativas: Análise Exploratória dos Dados (AED); análise das relações entre variáveis, pelo cruzamento do *Open Budget Index* (OBI) dos países com as demais variáveis determinantes; Regressão Linear Múltipla, com dados em painel, com as variáveis independentes relacionadas às características dos países; e testes de diferença de médias das variáveis entre todos os anos.

3.2.1 Análise Exploratória dos Dados

Na AED foi realizada a estatística descritiva, com medidas de tendência central e dispersão das variáveis relacionadas à Transparência Fiscal, Dependência junto ao FMI, Características Sociodemográficas, Condições Socioeconômicas e Características Políticas. De acordo com Triola (2008), a AED tem por finalidade investigar o conjunto de dados para se compreender suas características importantes, sendo um exame prévio que almeja organizá-los e sintetizá-los, para familiarizar-se com eles e, assim, entender o seu comportamento.

Posteriormente, foram realizadas análises relacionando o índice de transparência fiscal com determinadas características demográficas, socioeconômicas e políticas dos países da amostra, valendo-se de testes estatísticos, paramétricos e não paramétricos, conforme características dos dados da amostra. Os procedimentos estatísticos utilizados no presente

trabalho foram os testes para igualdade de medidas de tendência central (média/mediana) e análise de correlações.

Para testar a igualdade das médias, foi utilizado o Teste *t*, que avalia amostras independentes, a partir da distribuição *t* de *Student* ao nível α de probabilidade, tendo como Hipótese Nula (H_0) que as médias populacionais são estatisticamente iguais e como Hipótese Alternativa (H_1), no presente trabalho, que são estatisticamente diferentes (TAVARES, 2014).

Ressalta-se que, quando os grupos a serem comparados têm menos de 30 observações, o Teste *t* exige que tenham distribuição normal (BRUNI, 2013). Assim, quando um grupo apresentou menos de 30 observações, a normalidade das variáveis foi verificada pelo teste *Shapiro-Wilk*. Naquelas em que esse pressuposto foi violado, utilizou-se como alternativa ao Teste *t* a comparação das medianas, por meio do teste não paramétrico de soma de postos de *Wilcoxon* (também conhecido como estatística de duas amostras de *Mann-Whitney*).

Para algumas variáveis foi realizada também a análise de correlação, que representa uma medida numérica que expressa a relação linear entre duas variáveis, sendo a amostra formada por um conjunto de pares de valores (BRUNI, 2013). Nesse trabalho, optou-se pela utilização do Coeficiente de Correlação ρ de *Spearman*, devido à sua não sensibilidade a assimetrias na distribuição, nem à presença de outliers, sendo aplicável populações com distribuição não normal (LIRA, 2004). Tem como Hipóteses $H_0: \rho = 0$ e $H_1: \rho \neq 0$.

3.2.2 Regressão Linear Múltipla

Foi utilizado também o Modelo de Regressão Linear (MRL) Múltipla, de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) com dados em painel desbalanceado, devido à natureza dos dados. Essa técnica foi utilizada por ser conveniente por facilitar a compreensão da dependência de uma variável em relação a uma ou mais variáveis no decurso dos períodos analisados, para “estimar e/ou prever a média (da população) ou o valor médio da dependente em termos dos valores conhecidos [...] das explicativas” (GUJARATI, 2000, p. 4).

Para construção desse modelo, baseou-se nas variáveis evidenciadas como determinantes da transparência no setor público em estudos anteriores sobre a temática, evidenciados na revisão da literatura (ALCAIDE MUÑOZ; RODRÍGUEZ BOLÍVAR; LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2017; ARAPIS; REITANO, 2018; PURON-CID; RODRÍGUEZ BOLÍVAR, 2018; RODRÍGUEZ BOLÍVAR; ALCAIDE MUÑOZ; LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2013; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2017). As variáveis a serem utilizadas, bem como as expectativas teóricas e as fontes de dados estão disponibilizadas no Quadro 2.

Além disso, em relação ao período de análise, utilizou-se o lapso temporal de 2006 a 2019, visto que nesse período podem ser analisados seis índices bienais de transparência do IBP, quais sejam os anos de 2006, 2008, 2010, 2012, 2015, 2017 e 2019.

A equação da regressão com dados em painel é a seguinte:

$$\begin{aligned} obi_{i,t} = & \alpha_i + \beta_1 dep_fmi_{i,t} + \beta_2 \ln_pop_{i,t} + \beta_3 d_desenv_{i,t} + \beta_4 pib_pc_{i,t} \\ & + \beta_5 d_sistgov_{i,t} + \beta_6 democ + \beta_7 corrup_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \end{aligned} \quad (1)$$

Em que:

i : países;	$pib_pc_{i,t}$: PIB per capita de i em t ;
t : períodos 2006, 2008, 2010, 2012, 2015, 2017 e 2019	$d_sistgov_{i,t}$: Dummy para Sistema de Governo de i ;
$obi_{i,t}$: Open Budget Index de i em t ;	$democ_{i,t}$: Grau de Democracia de i em t ;
$dep_fmi_{i,t}$: Dependência FMI de i em t ;	$corrup_{i,t}$: Corrupção Percebida de i em t ;
$\ln_pop_{i,t}$: População de i em t ;	α_i : Termo específico da regressão. Características não observáveis da amostra;
$d_desenv_{i,t}$: Dummy para Desenvolvimento de i ;	$\varepsilon_{i,t}$: Erro da regressão.

Segundo Wooldridge (2013), o painel se trata de modelos que envolvem dados provenientes de várias seções cruzadas (*cross-sections*) ao longo do tempo, tendo como principal vantagem a possibilidade de se medirem separadamente a heterogeneidade individual, além da possibilidade de avaliação da evolução das características de uma observação ao longo do tempo. Como a amostra é composta pela soma do número de países em todos os anos (Tabela 2), resultando em 672 observações, a MRL é caracterizada como painel desbalanceado, por não haver o mesmo número de observações em todos os períodos.

Alguns procedimentos específicos devem ser seguidos para a escolha do modelo adequado às características dos dados da amostra e, assim, permitir a adequada interpretação dos resultados. Há alguns modelos possíveis de serem utilizados, sendo a distinção básicas entre eles a existência de efeitos fixos ou aleatórios, havendo também a possibilidade de utilização, dentre outros, do modelo *pooled* (FÁVERO, 2013).

Portanto, para a escolha do modelo, utiliza-se de testes estatísticos específicos, quais sejam: (i) teste LM de *Breusch-Pagan*, para a escolha entre efeitos aleatórios e modelo *pool*; (ii) teste F de *Chow*, para o teste de adequação dos efeitos fixos ou modelo *pool*; e (iii) teste de *Hausman*, que auxilia na escolha entre efeitos fixos ou aleatórios (FÁVERO, 2013).

Além disso, são necessários também os testes de diversos pressupostos, a fim de se testar: (i) Normalidade, utilizando o teste *Shapiro-Wilk*; (ii) Multicolinearidade, por meio do *Variance Inflation Factor* (VIF); (iii) Heterocedasticidade em grupo, utilizando o teste de *Wald*; (iv) Homocedasticidade, por meio do teste *Breusch-Pagan*; (v) Autocorrelação, com o teste de

Wooldridge; e (vi) Endogeneidade, utilizando o teste de *Hausman* (FÁVERO, 2013; GUJARATI, 2000; WOOLDRIDGE, 2013). Ressalta-se que foi utilizado o *software Stata*® 15, para a escolha do modelo de efeitos, o teste dos pressupostos e a equação da regressão.

3.2.3 Análise da Evolução das Variáveis

Para verificar a igualdade das médias das variáveis nos anos analisados, foi utilizado novamente o Teste *t* de *Student*. Foi avaliada a evolução da média de cada variável durante os anos, sendo todos eles comparados entre si, de forma cruzada. Especificamente nessa análise foi delimitado o lapso temporal de 2008 a 2019, sendo desconsiderado o ano de 2006, uma vez que esse intervalo compreende as publicações das três edições do Código de Transparência Fiscal (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2007, 2014, 2019a). Além disso, foram comparadas as variáveis de 85 países, uma vez que esse é o número da amostra do OBI 2008 e que têm dados da variável de transparência para todos os anos, permitindo a comparação das observações entre si.

Dessa amostra, foram feitos os testes para o grupo total de países (N=85) e, posteriormente testes adicionais para os grupos ‘Em Desenvolvimento’ (N=62) e ‘Desenvolvidos’ (N=23). Ressalta-se que, como o grupo ‘Desenvolvidos’ têm menos de 30 observações, nas variáveis em que o pressuposto de normalidade foi violado, utilizou-se do teste não paramétrico de *Wilcoxon*.

Portanto, para comparação da igualdade das médias (ou medianas) de duas amostras independentes, de variâncias não iguais, foram utilizados o Teste *t* de *Student* e o Teste de *Wilcoxon*, ao nível de significância de 95%.

Foi realizada também a análise da variação das variáveis de transparência fiscal (Δobi) e de democracia (Δdemoc), por meio da correlação ρ de *Spearman* e do teste Qui-Quadrado de independência. Para construção dessas variáveis, foram considerados apenas os países que tiveram mais de uma publicação em ambos os índices, sendo comparado o desempenho dos índices em determinado ano com o ano imediatamente anterior. Foram desconsideradas os primeiros anos publicados de cada um, por não terem dados precedentes, resultando em 555 observações.

Por não terem sido reportados seus índices de grau de democracia, São Tomé e Príncipe (2008-2019), Somália (2017-2019) e Sudão do Sul (2017-2019) foram desconsiderados. Isso resultou em 548 observações que, após realizado o Teste de *Shapiro-Wilk*, não seguem

distribuição normal para nenhuma das novas variáveis (Δobi e Δdemoc) e, portanto, foi calculado o coeficiente de correlação ρ de *Spearman*.

Além disso, para a última análise, as variáveis foram transformadas em três categorias, conforme o comportamento de sua variação: “<0”, para variações negativas; “=0”, para variações nulas; e “>0” para variações positivas. Assim, foi possível fazer a tabulação cruzada dessas variáveis (Δobi e Δdemoc), para explorar o comportamento conjunto de suas variações.

Assim, para verificar a relação de dependência entre as categorias, foi realizado o teste Qui-Quadrado de independência. Esse teste se trata de uma medida de discrepância entre frequências observadas e esperadas, sendo usado como teste de aderência, independência ou homogeneidade (GUJARATI, 2000). O teste Qui-Quadrado de independência tem como Hipótese Nula (H_0) que as variáveis em questão são independentes entre si. Ressalta-se que o cálculo das frequências esperadas, inerente ao teste, deriva do valor que se espera encontrar em cada cruzamento das variáveis, proporcionalmente a seus totais.

A partir das frequências observadas na tabulação, foram formados nove grupos (APÊNDICE B), com base na variação anual conjunta de transparência e democracia (Δobi , Δdemoc): (i) <0, <0; (ii) <0, =0; (iii) <0, >0; (iv) =0, <0; (v) =0, =0; (vi) =0, >0; (vii) >0, <0; (viii) >0, =0; e (ix) >0, >0. Esses grupos foram analisados de acordo com as variáveis usadas nesse estudo (Quadro 2), a fim de caracterizá-los em função das variações de transparência e democracia.

Essas mesmas análises (tabulação cruzada, Qui-Quadrado e AED) foram feitas novamente após as observações serem divididas em dois grupos: (i) países sem saldo de dívida com o FMI durante todo o período de análise; e (ii) países com saldo de dívida com o FMI em pelo menos um dos anos de análise (mesmo que tenha quitado durante o período). Assim, foi possível capturar as características dos países que negociaram com o FMI em algum momento e dos que não contraíram dívida junto ao Fundo por todo o período analisado.

4 RESULTADOS

Para o alcance dos objetivos desse trabalho, os resultados são apresentados em três principais tópicos, com base nos tipos de análises realizadas: (i) análise exploratória dos dados secundários utilizados e análises das relações entre a *proxy* de transparência fiscal e seus determinantes; (iii) modelos de regressão linear múltipla; e (iv) análise da evolução das variáveis.

4.1 Análise Exploratória dos Dados

Para atender ao objetivo de investigar os determinantes demográficos, socioeconômicos e políticos da transparência fiscal, foi feita uma ampla Análise Exploratória dos Dados (AED).

Para fins didáticos, essa seção foi subdividida em quatro subseções. Primeiramente, são exploradas conjuntamente todas as variáveis utilizadas nesse trabalho (Quadro 2), com apresentação e análise de seu comportamento, considerando todos os anos de análise. Posteriormente, são exploradas separadamente as variáveis *Open Budget Index* (OBI), *proxy* de transparência fiscal escolhida nesse trabalho, e Dependência do FMI, variável explicativa a ser testada nesse estudo. Por fim, são analisadas separadamente todas as variáveis de controle.

4.1.1 Variáveis do Modelo

Nessa seção é analisado conjuntamente o comportamento das variáveis utilizadas no modelo (Quadro 2), explorando suas características de tendência central e dispersão, conforme Tabela 3. Ressalta-se que as variáveis binárias (*dummies*) não foram incluídas na análise de normalidade, pelas características próprias desses tipos de variáveis.

Tabela 3 – Análise exploratória das variáveis do modelo – 117 países, de 2006 a 2019

Variável	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Normalidade ^f
obi ^a	672	43,1444	23,6620	0	93	Não
dep_fmi ^b	663	0,7750	1,6814	0,0000	12,6059	Não
ln_pop	672	16,7181	1,5039	12,0501	21,0581	Não
d_desenv ^c	672	0,2827	0,4507	0	1	-
pib_pc	664	10075,24	15426,06	208,07	92556,32	Não
d_sistgov ^c	672	0,3300	0,4718	0	1	-
democ ^d	662	5,6184	1,9116	1,13	9,93	Não
corrup ^e	664	38,5422	17,1813	8	96	Não

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: *obi* Open Budget Index; *dep_fmi* Dependência FMI; *ln_pop* População; *d_desenv* Desenvolvimento; *pib_pc* PIB per capita; *d_sistgov* Sistema de Governo; *democ* Grau de Democracia; *corrup* Corrupção Percebida;

^a valores inteiros, entre 0 e 100; ^b Libéria desconsiderada nessa variável, por se tratar de um *outlier*; ^c valores binários (*dummies*); ^d valores inteiros, entre 0 e 10; ^e valores inteiros, entre 0 e 100; ^f teste de *Shapiro-Wilk*.

Primeiramente, nota-se que o número de observações não é homogêneo entre as variáveis, uma vez que, se somado o total da amostra distribuída pelos anos (Tabela 1), resulta em 672 observações.

Na variável ‘Dependência do FMI’ falta uma observação, derivada da exclusão do dado referente à Libéria no ano de 2008, por se tratar de um *outlier*. O valor encontrado foi de 47,9760%, que significa que o saldo da dívida desse país para com o FMI no ano de 2008 ($\cong 858$ bi de dólares) representou quase 48% de seu PIB naquele ano ($\cong 1,8$ tri). Considerando-se que o segundo maior valor dessa amostra pertence a Portugal, no ano de 2012 (12,6059%) e 99,25% dos dados válidos da amostra estão abaixo dos 10%, a inclusão desse *outlier* aumentaria desproporcionalmente a média, o que enviesaria a interpretação dos dados.

Além desse *outlier*, por não terem sido reportados dados referentes ao PIB de alguns países em determinados anos na base do Banco Mundial, não foram considerados na análise da variável ‘Dependência do FMI’, e pelo mesmo motivo também excluídos da ‘PIB per capita’, as observações: Somália (2017 e 2019), Sudão do Sul (2017 e 2019), Venezuela (2015, 2017 e 2019) e Iêmen (2019).

Por fim, as variáveis ‘Grau de Democracia’ e ‘Corrupção Percebida’ têm menos variáveis também devido à falta de dados reportados pelas organizações que as divulga. Quanto à primeira, faltam dados de três países da África Subsaariana: São Tomé e Príncipe (2008, 2010, 2012, 2015, 2017 e 2019), Somália (2019) e Sudão do Sul (2019). Já na *proxy* de corrupção, faltam dados de Fiji (2008, 2010, 2012, 2015, 2017 e 2019), Guiné Equatorial (2017) e Suazilândia (2017).

Pela análise da distribuição dos dados, as variáveis não possuem distribuição normal. Essa constatação pode ser justificada por sua variabilidade, uma vez que possuem coeficientes de desvio padrão significativamente altos, em relação às médias. No entanto isso não invalida as percepções deste estudo, considerando-se que o tamanho da amostra e a lógica do Teorema do Limite Central (WOOLDRIDGE, 2013) apoiam sua operacionalização.

Além da generalizada alta variabilidade das variáveis, se destaca alguns outros pontos a partir da análise da Tabela 3: o OBI médio considerado insuficiente (*obi*), conforme classificação do IBP; maior incidência de países ‘em desenvolvimento’ do que ‘desenvolvidos’ (*d_desenv*); maior incidência de países com sistema presidencialista, em detrimento de parlamentaristas (*d_sistgov*); e média do grau de democracia (*democ*) enquadrado como *Hybrid regime*, conforme *The Economist Intelligence Unit* (2020); e com significativo grau de corrupção percebida, de acordo com a escala do *Transparency International* (2020).

Essas constatações preliminares sugerem que a população do estudo é majoritariamente composta por governos nacionais em situação de baixos níveis de transparência, classificados como países em desenvolvimento, presidencialistas, de democracia frágil e com corrupção presente no setor público.

4.1.2 Variável Dependente: *Open Budget Index*

O OBI é um índice utilizado para avaliar o sistema de prestação de contas orçamentárias dos governos nacionais, com base em sua transparência, participação pública e poder das instituições de fiscalização, tendo sido publicados resultados dos anos de 2006, 2008, 2010, 2012, 2015, 2017 e 2019. Na Tabela 4 são apresentadas as medidas de tendência central e dispersão para o índice, separadas por ano de análise.

Tabela 4 – Análise Exploratória do Open Budget Index

OBI	Países	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
2006	59	46,0169	45	22,2304	3	89
2008	85	39,7294	43	25,1876	0	88
2010	94	42,2128	47	24,5260	0	92
2012	100	42,6800	47	24,2216	0	93
2015	102	45,3627	46	21,5419	0	88
2017	115	41,8696	45	24,7994	0	89
2019	117	44,6410	46	22,7802	0	87

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em *International Budget Partnership* (2020).

Num primeiro momento, percebe-se um significativo aumento no número de países avaliados ao longo do tempo, resultado de maiores esforços dos pesquisadores (IBP) na avaliação indireta dos países, o que também coincide com o crescimento do interesse nessa área de pesquisa, conforme apontado por Lyrio, Lunkes e Taliani (2018).

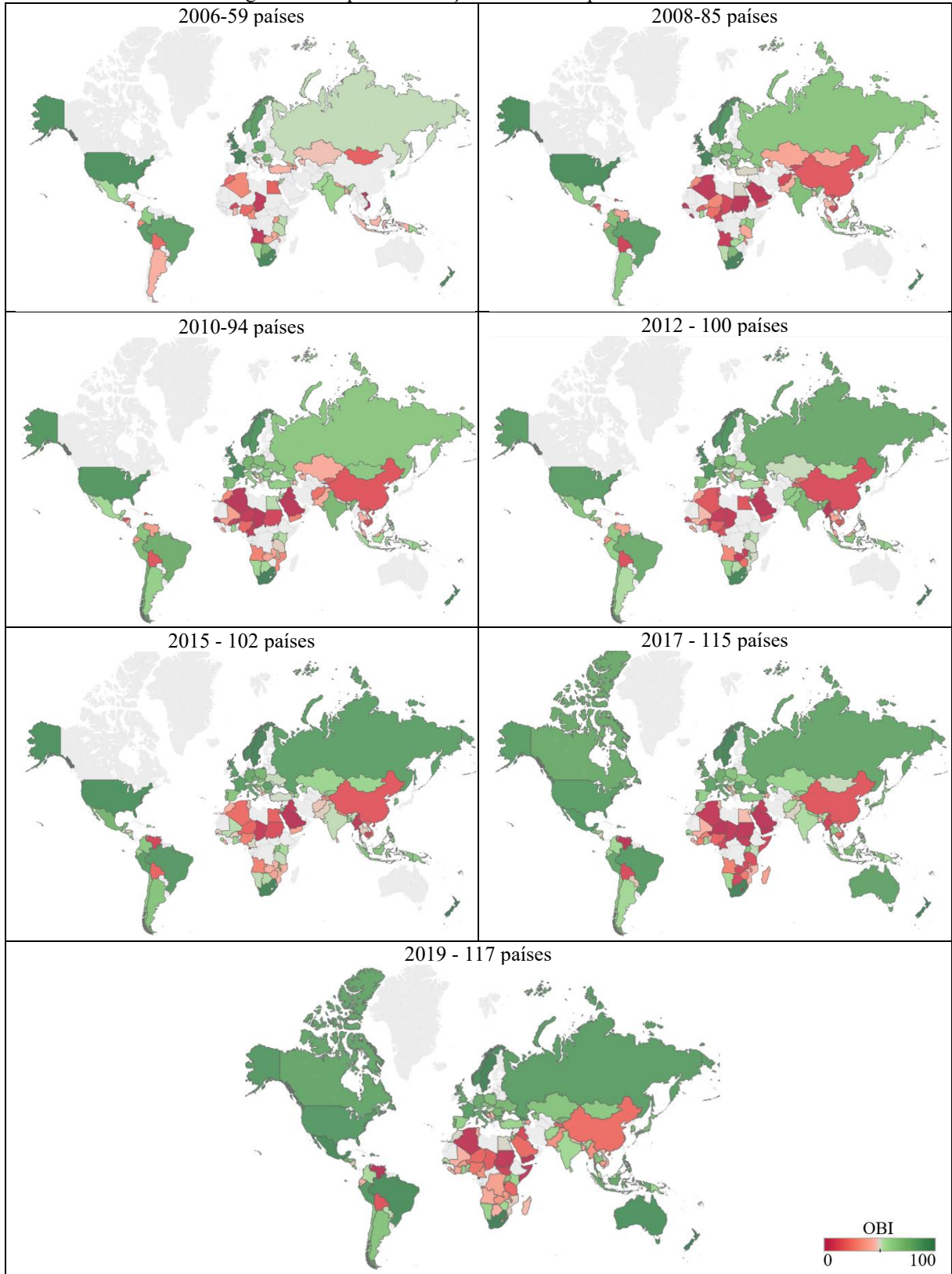
Nota-se que os valores de média e mediana se encontram próximos em todos os anos, o que é indicativo de distribuições levemente assimétricas. Quanto aos valores encontrados para desvio padrão, pode-se dizer que são relativamente altos, sempre representando em torno de 50% e 60% da média, o que indica uma heterogeneidade dos dados, que estão amplamente espalhados, com alta dispersão em torno da média.

Além disso, percebe-se certa estabilidade nessa distribuição, uma vez que tanto a média como o desvio padrão, além dos valores mínimo e máximo, têm comportamentos relativamente estáveis ao longo dos anos, com variações à medida em que aumenta o número de países.

De posse das informações sobre o comportamento dos dados do OBI pelos anos, optou-se pela elaboração de mapas para ilustrar os resultados do indicador em cada um dos anos, conforme Figura 2, em que os níveis de transparência (0-100) variam de acordo com a paleta

de divergência das cores vermelha-verde, em que: quanto mais próximos a 0, mais escuro o tom de vermelho e quanto mais próximo a 100 mais escuro o tom de verde.

Figura 2 – Mapas de evolução do OBI dos países avaliados.



Fonte: elaborado pelo autor utilizando o software Tableau®, com base em dados do *International Budget Partnership* (2020).

Dentre as diversas análises possíveis de serem realizadas a partir da Figura 2, é possível notar principalmente a concentração geográfica de comportamentos homogêneos do índice de transparência, além da evolução de determinados países ao longo do tempo.

Quanto à distribuição geográfica, percebe-se que a inclusão de mais países durante o período possibilita melhores análises regionais. Nesse aspecto, chama atenção a constância de baixos desempenhos dos países da África, Oriente Médio e sul da Ásia, enquanto os países da Europa e do norte da Ásia permanecem com índices mais altos durante todo o período.

Em relação ao comportamento de países específicos ao longo do tempo, destacam-se alguns exemplos. A Rússia (norte da Ásia) chama atenção visualmente, uma vez que, além do seu tamanho, o país melhorou os indicadores de transparência. Além dela, apesar de ser quase imperceptível visualmente nos mapas, a Geórgia (interseção Europa-Ásia) foi o país que apresentou a mais significativa melhoria no índice, variando de 34 em 2006 para 81 em 2019.

Por outro lado, como destaques negativos, destaca-se dois países africanos: Botsuana (sul da África), que alcançou 65 em 2006 mas foi diminuindo o índice a cada ano, até chegar a apenas 8 em 2017; e Tanzânia (litoral sudeste da África), que chegou a 48 em 2006, mas caiu para 17 em 2019.

Para complementar a análise dos mapas, foi elaborada a Tabela 5, com a evolução do desempenho do OBI, segundo a divisão regional proposta pelo IBP.

Tabela 5 – Médias do Open Budget Index, por região

Regiões (OBI)	2006	2008	2010	2012	2015	2017	2019
África Subsaariana	37,14	25,05	27,79	30,92	39,37	24,63	31,08
América Latina e Caribe	44,08	39,87	42,75	46,94	49,63	49,76	50,56
Centro-Leste e Norte da África	29,00	24,14	23,25	18,10	20,90	19,80	21,80
Leste da Ásia e Pacífico	46,43	39,50	41,62	39,07	40,57	46,75	52,88
Leste Europeu e Ásia Central	49,42	50,06	51,94	51,53	53,70	54,90	55,38
Oeste Europeu, EUA e Canadá	81,20	79,83	74,33	74,78	74,33	73,00	71,60
Sul da Ásia	45,20	42,50	47,67	55,50	41,67	46,33	41,83
Total	46,02	39,73	42,21	42,68	45,36	41,87	44,64

Fonte: elaborado pelo autor, com base em *International Budget Partnership* (2020).

Pela análise da Tabela 5, destaca-se alguns pontos sobre o desempenho médio do OBI dos países da região. Como já esperado, o grupo ‘Oeste Europeu, EUA e Canadá’ apresenta as maiores médias em todo o período. Esse grupo contém os países mais ricos, mais desenvolvidos, com maior grau de democracia e menor corrupção percebida, dentre outras questões que, segundo a literatura (MONTES; BASTOS; OLIVEIRA, 2019), tendem a ser positivamente relacionados com o nível de transparência. Além disso, percebe-se também que com a inclusão de mais países nesse grupo (Tabela 2), os valores médios de OBI estão caindo.

No outro extremo, encontra-se o grupo ‘Centro-Leste e Norte da África’, com os menores valores médios durante todo o período de análise. Na mesma linha da constatação

anterior, nesse grupo encontram-se os países com as menor gerações de riqueza, menor desenvolvimento e baixos amadurecimento democrático, o que tende a ser relacionado com os baixos níveis de transparência (DE SIMONE; GAETA; MOURÃO, 2017).

Nesse mesmo sentido de análise, cabe ressaltar o desempenho da ‘África Subsaariana’, grupo dessa amostra onde se encontra o maior número de países em todo o período (Tabela 2), e que apresenta também um baixo nível médio de transparência fiscal. Além disso, é o que apresenta os maiores níveis de corrupção percebida.

De maneira geral, houve variações positivas no índice nos países da ‘América Latina e Caribe’, ‘Leste da Ásia e Pacífico’ e ‘Leste Europeu e Ásia Central’, enquanto a média caiu nas demais regiões no período de análise. Destaca-se também a preocupação em relação à predominância de baixos índices médios, considerando-se que, de acordo com o IBP, uma pontuação de 61 ou mais indicaria que “um país provavelmente está publicando material suficiente para apoiar um debate público informado sobre o orçamento” (INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP, 2020, p. 1). Em linha com o IBP, pode-se dizer que a maioria dos países pesquisados pontuam em níveis insuficientes de transparência orçamentária.

Essas variações ao longo do período de avaliação têm motivações diversas, tais como a inclusão de novos países na amostra e a adoção (ou não) de políticas para a promoção da transparência orçamentária.

De acordo com North (1990), adicionalmente às normas formais e informais que moldam as interações entre organizações e indivíduos estão os mecanismos de controle (*enforcement*). Entende-se que no presente contexto, a adoção de políticas de transparência em alguns países pode ter sido derivada de contratos (escritos ou não) com o FMI, em que se condiciona a adoção de práticas em conformidade com suas orientações. Essas orientações têm sido dadas pelo Fundo e são denominadas Código de Transparência Fiscal, que preconiza condutas recomendadas para que os países alcancem boas práticas de transparência fiscal.

Desta forma, como o documento teve edições publicadas em 2007, 2014 e 2019 (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2007, 2014, 2019a), e considerando o lapso temporal dos dados disponíveis do OBI, analisou-se o comportamento da transparência fiscal dos países que foram avaliados antes e depois da publicação Código de Transparência Fiscal de 2014 (CTF/2014). Como a versão do CTF/2014 apresentou novos direcionamentos para as práticas de transparência fiscal entre os países, optou-se por analisar a diferença de médias do OBI após a primeira publicação do Código (2007) até a última versão (2019). Portanto, foram utilizados os indicadores relativos a três divulgações antes e três depois da publicação do CTF/2014 (2008, 2010, 2012, 2015, 2017 e 2019).

Para o cálculo da igualdade de médias, foi utilizado o Teste *t* de *Student*, que tem como Hipótese Nula (H_0) que os grupos têm médias estatisticamente iguais. O resultado do teste, referente aos 84 países com avaliações realizadas nos seis anos, é disponibilizado na Tabela 6.

Tabela 6 – Teste de igualdade de médias do OBI antes e depois do CTF/2014 – 84 países, de 2008 a 2019

	N	Média	Estatística do Teste	
2008, 2010 e 2012	252	42,3175	<i>t</i>	-1,9708
2015, 2017 e 2019	252	46,4444	Valor de P	0,0493**

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Nota: **significativo a 5%

Pelos resultados do teste, rejeita-se a hipótese nula de igualdade das médias, o que permite a inferência de que há diferença nas médias do índice antes e depois da publicação do CTF/2014, considerando-se os 84 países com dados da avaliação disponíveis para os seis anos.

Portanto, pode-se inferir que, pelo menos a curto prazo, há um aumento estatisticamente significativo no desempenho da transparência fiscal dos países após a publicação do CTF/2014. Considerando-se que o FMI recomenda fortemente que os países publiquem relatórios orçamentários em conformidade com os Códigos, adicionado ao fato de que muitos deles são seus membros signatários e/ou dependem financeiramente dos recursos, entende-se que a melhoria nos índices de transparência fiscal pode ter se dado em razão da aderência às instruções publicadas CTF/2014, que figura aqui como mecanismo de restrição ao comportamento humano para reduzir os custos de transação (BUENO, 2004).

Ressalta-se que essa inferência não se refere a uma questão causal, mas apenas um indicativo, visto que apenas com o teste de médias não é possível inferir que o CTF/2014 surtiu efeitos na transparência fiscal dos países. Além disso, essa é uma conclusão baseada apenas na *proxy* OBI e um número restrito de países. Para avaliação mais detalhada da variação do desempenho da transparência fiscal dos países em função do CTF/2014, seria necessária uma investigação qualitativa da conformidade de suas práticas. Essa avaliação tem sido realizada pelo FMI desde 2013, com a publicação dos FTEs.

4.1.3 Variável Explicativa de Estudo: Dependência do FMI

Optou-se por analisar com métodos diversos a relação entre a Dependência do FMI e as demais variáveis desse trabalho. Inicialmente, as observações foram divididas em dois grupos, referentes ao saldo de empréstimos dos países, sendo que em um o país havia dívida com o FMI ao fim do período e no outro não. A Tabela 7 evidencia as médias de cada um dos grupos para todas as variáveis do modelo (Quadro 2), bem como o resultado do Teste *t* de *Student* para

verificar se os países que tinham saldo de empréstimos junto ao FMI ao fim do ano (Positivo) têm médias das variáveis estatisticamente iguais àqueles sem saldo de dívida (Zero).

Tabela 7 – Médias e resultados dos testes para igualdade de médias, em função do saldo de empréstimos.

Saldo	N	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
Positivo	289	34,4637	1,8247 ^a	16,4962	0,1834	2459,45	0,1661	4,7327	30,7924
Zero	378	50,3042	0,0000	16,8857	0,3624	15837,44	0,4656	6,2904	44,9216
Valor de P		0,0000*	0,0000*	0,0006*	0,0000*	0,0000*	0,0000*	0,0000*	0,0000*

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: *obi* Open Budget Index; *dep_fmi* Dependência FMI; *ln_pop* População; *d_desenv* Desenvolvimento; *pib_pc* PIB per capita; *d_sistgov* Sistema de Governo; *democ* Grau de Democracia; *corrup* Corrupção Percebida;

^a Libéria (2008) desconsiderada nessa variável, por se tratar de um *outlier*; *significativo a 1%.

Pelos resultados da Tabela 7, rejeita-se a hipótese nula de igualdade de médias em todas as variáveis, ou seja, há diferença nas médias dos grupos de países com saldo zero e com saldo positivo de empréstimos junto ao FMI para todas as variáveis do modelo. Essas constatações permitem traçar os perfis dos países com e sem saldo de dívida com o FMI ao final dos exercícios.

Percebe-se que os países com dívida junto ao Fundo ao final do exercício apresentam índices médios inferiores aos que fecharam os períodos com saldo de financiamento. Países com saldo positivo, em média, são menos transparentes (*obi*), menos populosos (*ln_pop*), geralmente fazem parte do grupo ‘Em Desenvolvimento’ (*d_desenv*), menos ricos (*pib_pc*), não parlamentaristas (*d_sistgov*), menos democráticos (*democ*) e mais corruptos (*corrup*).

Se comparados aos valores médios de todos os países conjuntamente (Tabela 3), percebe-se que os grupos de países se distanciam proporcionalmente das médias gerais em direções opostas. Além disso, o fato da amostra ser composta por países com realidades tão distintas motiva a variabilidade dos dados constatada a partir da Tabela 3.

A fim de caracterizar esses países que negociam com o FMI, a Tabela 8 apresenta os dados relativos às variáveis desse trabalho, apresentados por ano de estudo.

Os dados da Tabela 8 permitem uma análise mais aprofundada dos valores médios reportadas na Tabela 7. O número de países com saldo de empréstimo com o FMI ao final dos anos analisados aumentou no período analisado em proporção aproximada ao aumento de países da amostra durante o período de análise (Tabela 2), representando entre 40% e 46% desse total.

Tabela 8 – Caracterização dos países da amostra com saldo de dívida ao final dos exercícios, por ano.

Ano	N	Des.	Parl.	Médias					
				obi	dep_fmi	ln_pop	pib_pc	democ	corrup
2006	27	5	5	35,9630	0,5335	16,6312	2439,33	5,0574	28,3333
2008	35	5	4	27,0000	1,0458 ^a	16,4982	2004,06	4,5994	27,5714
2010	42	8	8	31,8333	1,9621	16,5320	2414,90	4,6924	27,5952
2012	46	11	10	36,0000	2,1659	16,4168	2903,96	4,8504	33,2391
2015	43	9	7	41,6744	1,8654	16,5639	2613,45	4,8481	32,5349
2017	47	8	7	32,5745	2,2132	16,4648	2364,74	4,6845	31,9787
2019	49	7	7	35,2653	2,2550	16,4346	2366,68	4,5115	32,2245

Total	289	53	48	34,4637	1,8247	16,4962	2459,45	4,7327	30,7924
--------------	-----	----	----	---------	--------	---------	---------	--------	---------

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: *Des.* países desenvolvidos; *Parl.* sistemas parlamentaristas; *obi* Open Budget Index; *dep_fmi* Dependência FMI; *ln_pop* População; *d_desenv* Desenvolvimento; *pib_pc* PIB per capita; *d_sistgov* Sistema de Governo; *democ* Grau de Democracia; *corrup* Corrupção Percebida;

^a Libéria (2008) desconsiderada nessa variável, por se tratar de um *outlier*.

Percebe-se a predominância de países do grupo ‘Em Desenvolvimento’, pelo baixo número de países ‘Desenvolvidos’ (entre 9% e 20%), e que são minoria os países com sistema parlamentarista (entre 8% e 20%). Há relativa estabilidade nos valores médios das variáveis no decorrer dos anos, tendo destaque o aumento na média do endividamento junto ao FMI em relação ao PIB (*dep_fmi*) e as melhorias nos índices de corrupção percebida (*corrup*) do início ao fim do período de análise.

Se consideradas as classificações propostas pelas entidades que divulgam os índices de transparência orçamentária (INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP, 2020), grau de democracia (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2020) e corrupção percebida (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2020), os valores médios desses países os enquadra como de baixa transparência, democracias imaturas e com percepção de corrupção elevada.

Por fim, complementando a caracterização dos países que negociam com o FMI, na Tabela 9 são evidenciados os dados relativos às variáveis desse trabalho, apresentados segundo a divisão regional proposta pelo IBP.

Tabela 9 – Caracterização dos países da amostra com saldo de dívida ao final dos exercícios, por região.

Região (OBI)	N	Des.	Parl.	Médias					
				obi	dep_fmi	ln_pop	pib_pc	democ	corrup
África Subsaariana	140	0	2	27,7857	1,9374 ^a	16,4820	1073,84	4,3388	30,0929
América Latina e Caribe	23	0	1	36,0435	1,2989	16,0361	3465,33	5,9130	29,5652
Centro-Leste e Norte da África	26	0	8	30,1923	1,5485	16,6251	3866,12	4,0254	31,8077
Leste da Ásia e Pacífico	9	0	0	32,6667	0,9019	15,9961	2529,89	5,2367	30,2222
Leste Europeu e Ásia Central	54	50	27	45,9630	2,9301	15,9192	4541,01	5,2409	34,0000
Oeste Europeu, EUA e Canadá	3	3	3	64,0000	8,4170	16,1564	22245,33	7,8500	63,3333
Sul da Ásia	34	0	7	43,7647	1,1618	17,8458	1298,20	4,7885	25,9118
Total	289	53	48	34,4637	1,9827	16,4962	2459,45	4,7327	30,7924

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: *Des.* países desenvolvidos; *Parl.* sistemas parlamentaristas; *obi* Open Budget Index; *dep_fmi* Dependência FMI; *ln_pop* População; *d_desenv* Desenvolvimento; *pib_pc* PIB per capita; *d_sistgov* Sistema de Governo; *democ* Grau de Democracia; *corrup* Corrupção Percebida;

^a Libéria (2008) desconsiderada nessa variável, por se tratar de um *outlier*.

Algumas constatações importantes para esse trabalho podem ser extraídas da Tabela 9. Primeiramente, dentre os países e no lapso temporal analisado, destaca-se que o FMI concedeu empréstimos principalmente a países da região da ‘África Subsaariana’, que figura como a região mais pobre (*pib_pc*) e menos transparente (*obi*) da amostra. O número de 140 observações representa 48,44% do total de observações de países com saldo de empréstimos junto ao FMI ao final dos exercícios, além de representar 76,09% das 184 observações

referentes à região (Tabela 1). Assim, para os dados da amostra, constata-se que os financiamentos do FMI se concentram nos países da África Subsaariana, sendo que a maioria deles recorre ao Fundo, corroborando Jinadu (2018).

Destaca-se também a região ‘Leste Europeu e Ásia Central’ que, em contraponto às características dos demais países, predominam países ‘Desenvolvidos’, em sua maioria com sistemas parlamentaristas. Das 128 observações dessa região, 42,19% fecharam os exercícios com saldo de empréstimos junto ao FMI, referentes a 13 países distribuídos entre os anos de análise. Essas observações representaram quase a totalidade (50 dos 53) das referentes aos países desenvolvidos da Tabela 9.

As outras três observações do grupo ‘Desenvolvidos’ são referentes a Portugal, pertencente à região ‘Oeste Europeu, EUA e Canadá’, nos anos de 2012, 2015 e 2017. O país destoa das médias das demais regiões, uma vez é mais transparente, menos populoso, mais rico, mais democrático e com menor corrupção percebida.

No ‘Sul da Ásia’, que tem os maiores níveis de corrupção, 34 das 41 observações referentes a essa região (82,93%) fecharam os anos com saldos de empréstimos com o FMI. Essa região é composta por apenas seis países (Afeganistão, Bangladesh, Índia, Nepal, Paquistão e Sri Lanka), sendo que apenas um deles (Índia) não tem saldo de dívida com o FMI durante os sete períodos de análise.

Das 107 observações referentes à ‘América Latina e Caribe’, 23 (21,50%) fecharam os exercícios com saldo positivo de empréstimos junto ao FMI. Dentre eles, destaca-se a Argentina, que em 2019 fechou o ano com endividamento de aproximadamente 10,09% do PIB. Ademais, dos países que constam na amostra com saldos em mais de um ano, República Dominicana e Honduras quitaram seus financiamentos em 2016, Equador está em crescente aumento no saldo da dívida até 2019 e Nicarágua têm diminuído seu saldo devedor desde o início do período de análise. O Brasil não consta na amostra.

Assim, conjugados os resultados das Tabelas 7, 8 e 9, pode-se dizer que eram esperadas as constatações referentes ao perfil dos países que contratam dívidas junto ao FMI, uma vez que, na sua declaração expressa de objetivos, o Fundo “promove a estabilidade financeira internacional e a cooperação monetária, [...] facilita o comércio internacional, promove o emprego e o crescimento econômico sustentável e ajuda a reduzir a pobreza global” (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2019b, p. 1). Portanto, por ter esse objetivo de auxiliar os países em maior vulnerabilidade econômica, era esperado que se encontrasse essas características das variáveis do estudo.

Independentemente de haver contratos multilaterais de empréstimos entre o FMI e os países membros, espera-se que as boas práticas de transparência sejam difundidas entre eles, considerando-se que todos são membros do *The Board of Governors* e, conseqüentemente, signatários do em um mecanismo contratual (*Articles of Agreement*), que tem dentre as disposições de seu Artigo VIII o fornecimento de informações (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020a).

Por outro lado, pelo fato de 11 dos países da amostra não serem signatários de três cláusulas desse Artigo VIII (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020b), considera-se importante analisá-los separadamente. A Tabela 10 apresenta os dados dos países.

Tabela 10 – Caracterização dos países da amostra com saldo de dívida ao final dos exercícios, por região.

Países	Região (OBI)	Anos	Médias					
			obi	dep_fmi	ln_pop	pib_pc	democ	corrup
Afganistão	Sul da Ásia	2008-2019	38,1667	0,5619	17,2995	541,45	2,6917	13,1667
Angola	África Subsaariana	2006-2019	21,4286	0,5863	17,0495	3478,98	3,3029	20,2857
Bósnia e Herzegovina	Leste Europeu e Ásia Central	2008-2019	41,5000	2,1038	15,0740	5242,68	5,1150	36,3333
Burundi	África Subsaariana	2017-2019	6,5000	2,7677	16,2290	211,11	2,2400	20,5000
Iraque	Centro-Leste e Norte da África	2010-2019	3,8000	1,0458	17,3602	5301,38	4,0020	17,4000
Libéria	África Subsaariana	2008-2019	33,0000	12,7196	15,2662	534,89	5,1500	32,3333
Mianmar	Leste da Ásia e Pacífico	2015-2019	9,2500	0,0000	17,7834	1379,60	3,4675	24,0000
Nigéria	África Subsaariana	2006-2019	19,2857	0,0000	18,9457	2290,25	3,9243	25,5714
São Tomé e Príncipe	África Subsaariana	2008-2019	19,0000	2,4482	12,1703	1184,43	-	38,8333
Somália ^a	África Subsaariana	2017-2019	5,5000	-	16,5242	-	-	9,0000
Sudão do Sul ^a	África Subsaariana	2017-2019	6,0000	-	16,2121	-	-	12,0000

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: Os valores não reportados na tabela são devidos à falta de dados;

Des. países desenvolvidos; Parl. sistemas parlamentaristas; obi Open Budget Index; dep_fmi Dependência FMI; ln_pop População; d_desenv Desenvolvimento; pib_pc PIB per capita; d_sistgov Sistema de Governo; democ Grau de Democracia; corrup Corrupção Percebida;

^a apesar de Somália e Sudão do Sul haver saldo de empréstimos junto ao FMI em 2017, não foram reportados pelo Banco Mundial dados sobre o PIB em nenhum dos anos.

Apesar de não serem signatários de cláusulas específicas do *Articles of Agreement*, apenas dois dos países da Tabela 10 não possuem saldo de dívida junto ao FMI em todo o período de análise. A maior parte deles está no continente africano, com baixos valores médios de transparência (obi), riqueza gerada por habitante (pib_pc), grau de democracia (democ) e percepção da corrupção (corrup), o que permite inferir que, em média, eles têm orçamentos opacos, são mais pobres, democracias imaturas e com alta corrupção percebida.

Destaca-se o alto valor médio de ‘dep_fmi’ da Libéria que, conforme já apontado, foi afetado pelo saldo de dívida em 2008 (47,976%). Se desconsiderado esse ano, a média do saldo de dívida junto ao FMI desse país para os demais anos seria 5,8635% do PIB. De acordo com

a organização internacional não governamental *Human Rights Watch* (2008), após 14 anos de conflito armado no país, que chegaram ao fim com um Acordo de Paz em 2003, diversos *donors* atuaram como parceiros internacionais para a reconstrução e reestruturação institucional da Libéria, sendo suas prioridades a criação de mecanismos para combater a corrupção e garantir a gestão adequada de seus recursos naturais, destacadamente as reservas de diamantes do país.

Portanto, apenas na Tabela 10 esse valor foi mantido, para exposição do desempenho especificamente da Libéria, sendo desconsiderado nas demais, por se tratar de um *outlier* que afetaria desproporcionalmente a média das outras observações.

Bósnia e Herzegovina é o único país do grupo ‘Desenvolvidos’ que consta como não assinante dessas cláusulas. O país não tinha saldo de dívida no fechamento de 2008, havendo um aumento em 2010 e 2012, chegando a 3,7221% do PIB e uma redução gradual em 2015, 2017 e 2019, em que a dívida fechou em 0,8519% do PIB. Segundo dados da base *Joint External Debt Hub*, do Banco Mundial, esse saldo de dívida se iniciou no terceiro quadrimestre de 2009, em meio à crise econômica e financeira mundial de 2008-2009, atingindo o pico no terceiro quadrimestre de 2014 e suavizando nos anos seguintes, até o fechamento de 2019.

Assim, entende-se que, ainda que não sejam signatários de cláusulas específicas do *Articles of Agreement*, esses 11 países dependem também financeiramente do FMI.

Além disso, o fornecimento de informações não está incluso nessas cláusulas não assinadas. Isso quer dizer que todos os 117 países da amostra do presente trabalho assumiram contratualmente o compromisso de fornecer informações relacionadas a câmbio, ouro, mercadorias, balança de pagamentos, investimentos internacionais, renda nacional e índices de preços (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020a).

Esse fornecimento de informações, que se dá também por meio da adoção efetiva de boas práticas, em conformidade com o CTF (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2019a), tende a variar de país para país, dado que: em razão de seu comportamento oportunístico, os diferentes agentes (indivíduos tomadores de decisão nos países) envolvidos nessas relações tendem a calcular ‘se’ e ‘em que medida’ vale a pena a adoção dessas práticas, dependendo dos mecanismos de monitoramento da relação contratual (WILLIAMSON, 1993).

Tanto o monitoramento pelo FMI quanto o compromisso assumido de efetiva adoção das práticas pelos países vão incorrer em custos de transação, que terão sua magnitude variável conforme os riscos contratuais assumidos e as estruturas de governança.

Segundo os preceitos da Nova Economia Institucional, ambientes institucionais com melhores estruturas de governança tendem a apresentar menores riscos contratuais (BUENO, 2004; WILLIAMSON, 1993). Portanto, como o nível de transparência fiscal dos países varia

conforme a adoção dessas boas práticas, países mais desenvolvidos institucionalmente tendem a ter orçamentos mais transparentes. Assim, nos próximos tópicos serão analisadas as variáveis de controle desse trabalho, referentes às características demográficas, socioeconômicas e políticas dos países.

4.1.4 Variáveis de Controle

A fim de explorar a relação da *proxy* de transparência fiscal e as variáveis de controle do modelo (Quadro 2), foram realizados alguns testes, verificando o comportamento do índice conforme as características dos países. Ressalta-se que a escolha dos testes a serem realizados foi feita com base nas características de cada variável.

4.1.4.1 População

A primeira variável de controle a ser analisada é a população dos países e sua relação com a transparência fiscal. Por se tratar de duas variáveis escalares, optou-se pela utilização da Correlação ρ de *Spearman* (Tabela 11). Importante destacar que foi utilizado o logaritmo natural da variável população, a fim de padronizar os dados e diminuir a influência de *outliers*.

Tabela 11 – Correlação entre *obi* x \ln *pop*

Teste utilizado	N	Coefficiente	Significância
Correlação ρ de <i>Spearman</i>	672	0,1675	0,0000*

Fonte: Resultado da Pesquisa

Nota: * significativo a 1%.

Pelos resultados da Tabela 11, ao nível de significância de 5% rejeita-se a Hipótese H_0 de que $\rho = 0$. Assim, é possível inferir que há correlação positiva e significativa entre as variáveis OBI e população, mas com coeficiente indicando uma correlação fraca.

Ou seja, é possível inferir que, mesmo que haja um relação positiva entre o OBI e a população, essa variável parece não ser um determinante importante para o nível de transparência fiscal dos países, considerando-se o baixo coeficiente de correlação. Esse resultado vai ao encontro com os achados de Schnell e Jo (2019).

4.1.4.2 Desenvolvimento

Em relação à segunda variável de controle, ressalta-se que os países foram classificados em dois grupos, de acordo com a classificação dos países realizada pela ONU e publicada no

World Economic Situation and Prospects, em que os países são classificados como desenvolvidos (*developed*), em transição (*in transition*) e em desenvolvimento (*developing*). Ressalta-se que nesse trabalho os países classificados como ‘em transição’ foram reagrupados para o grupo ‘Desenvolvidos’, por se tratar de poucas unidades e pela iminência de que em breve, segundo a publicação, tendem serem reclassificados para esse grupo.

Para realizar a análise do comportamento da transparência fiscal dos países que compõem cada um dos grupos, foi utilizado o Teste *t* de *Student* para verificar a igualdade estatística das médias do OBI. O resultado do teste se encontra na Tabela 12.

Tabela 12 – Teste para igualdade de médias do OBI por desenvolvimento

Desenvolvimento	N	Média	t	Graus de liberdade	valor de P
Desenvolvidos	190	61,2579	15,6474	430,7722	0,0000*
Em Desenvolvimento	482	36,0041			

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Nota: * significativo a 1%.

A partir dos resultados da Tabela 12, rejeita-se a hipótese nula (H_0) de igualdade das médias dos grupos, constatando a existência de diferença nas médias do OBI entre os grupos de países ‘Desenvolvidos’ e ‘Em desenvolvimento’, com valores significativamente superiores no primeiro grupo.

Essa constatação vai ao encontro da expectativa teórica desse trabalho, baseado na literatura anterior (ARAPIS; REITANO, 2018; BELLVER; KAUFMANN, 2005), em que já se esperava que países em desenvolvimento apresentassem menores valores de OBI, enquanto países desenvolvidos têm maiores escores de transparência.

4.1.4.3 PIB per capita

Para análise da quarta variável de controle, uma vez que se trata de variáveis escalares, foi utilizada a técnica de Correlação ρ de *Spearman*, que tem como hipótese H_0 que $\rho = 0$. Ressalta-se que essa variável foi retirada do Banco Mundial, no banco de dados das contas dos governos nacionais (*World Bank National Accounts Data*). O coeficiente de correlação e a estatística do teste estão disponibilizados na Tabela 13.

Tabela 13 – Correlação entre obi x pib_pc, 2006-2019

Teste utilizado	N	Coefficiente	Significância
Correlação ρ de <i>Spearman</i>	664	0,5350	0,0000*

Fonte: Resultado da Pesquisa

Nota: * significativo a 1%.

É possível inferir que há uma correlação significativa entre as variáveis, visto que se rejeita a hipótese nula. Assim, pode-se dizer que a transparência fiscal e o PIB per capita são positivamente correlacionados, com uma intensidade moderada.

Assim como a variável desenvolvimento, também já era esperado que houvesse relação entre a riqueza gerada pelo país, por habitante, e seus níveis de transparência (ARAPIS; REITANO, 2018; BELLVER; KAUFMANN, 2005). Desta forma, pode-se dizer que países mais ricos tendem a apresentar orçamentos públicos mais transparentes.

4.1.4.4 Sistema de Governo

A fim de investigar o comportamento da transparência fiscal dos países conforme variável de controle sistema de governo, por se tratar de comparações entre grupos, foram realizados testes de igualdade das médias (ou medianas) do OBI de países presidencialistas e parlamentaristas, um para cada ano e o total.

Foram realizados Testes *t* de *Student* quando ambos os grupos apresentaram número de observações maior do que 30 ou distribuição normal, e Teste de *Wilcoxon* quando não atendidos ambos os requisitos. A Hipótese Nula (H_0) dos testes é que os grupos têm medidas de tendência central (média ou mediana) estatisticamente iguais. O resultado é disponibilizado na Tabela 14.

Tabela 14 – Teste para igualdade de médias/medianas do OBI por sistema de governo

		2006	2008 ^a	2010	2012	2015	2017	2019	Total
N	Presid.	42	57	61	67	68	76	77	448
	Parlam.	17	28	33	33	34	39	40	224
	Total	59	85	94	100	102	115	117	672
Médias / Medianas	Presid.	39,1429	36	36,1311	36,8209	41,9706	36,5000	39,8312	39,1522
	Parlam.	63,0000	58	53,4545	54,5758	52,1471	52,3333	53,9000	54,0938
Teste	Estatística	-4,1943	1176,5	-3,4026	-3,5553	-2,1464	-3,3493	-3,4133	-7,7359
	Valor de P	0,0002*	0,0004*	0,0012**	0,0007*	0,0362**	0,0013*	0,0010*	0,0000*

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: ^a foi utilizado a mediana e o Teste de *Wilcoxon*, pois um dos grupos tem $N < 30$ e não atende ao pressuposto de normalidade; * significativo a 1%; ** significativo a 5%.

Pelos resultados evidenciados, rejeita-se as hipóteses nulas de igualdade de médias/medianas em todos os anos e na soma total, o que permite inferir que as médias da transparência fiscal são estatisticamente distintas entre os países com diferentes sistemas de governo, sendo os valores médios do OBI maiores em países com sistema parlamentarista.

A constatação sobre a relação especificamente entre a transparência fiscal e o sistema de governo dos países não havia sido encontrada na literatura até o presente momento. No entanto, em trabalhos como o de Cheibub (2006) constata-se que, devido ao fato da relação

entre eleitores e governo ser estruturada de forma diferente nos dois sistemas de governo, os mecanismos de controle externo (social ou institucional) também são exercidos de diferentes maneiras, influenciando nos graus de incentivo em se manter o orçamento sob controle.

É preciso destacar que os países são institucionalmente diferentes e, nesse contexto, a proposta de trazer para discussão uma *dummy* relativa aos sistemas de governo pode contribuir, mesmo que tenha reconhecidas limitações. Dentro desses sistemas de governo existem diversos arranjos institucionais que, muitas das vezes, os torna significativamente diferentes, mesmo que estejam enquadradas dentro do mesmo grupo (parlamentarista ou presidencialista).

De toda forma, mesmo que reconhecidas as limitações inerentes à mensuração dessa variável em forma binária (*dummy*), no presente trabalho se optou por incluir o sistema de governo na discussão para servir como variável de controle que capta, em alguma medida, as características político-institucionais dos países.

4.1.4.5 Democracia

A variável de controle ‘Democracia’ se trata de um dos mais importante aspectos desse trabalho, dado que, considerando-se que uma é pré-requisito da outra, a melhoria da transparência fiscal dos países deveria implicar, necessariamente, em um amadurecimento democrático.

Para mensuração do grau de democracia foi utilizado a *proxy Democracy Index* (DI), índice publicado pelo *The Economist Intelligence Unit*, que varia de 0 (menos democrático) a 10 (mais democrático) e se baseia em cinco fatores avaliados por país: (i) processo eleitoral e pluralismo; (ii) liberdades civis; (iii) funcionamento do governo; (iv) cultura política; e (v) participação cívica (THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT, 2020). Ressalta-se que esse índice apresenta dados de 168 países, avaliados nos anos de 2006 a 2019. Para esse estudo foram utilizados apenas os países e os anos com ambos os índices (OBI e DI) divulgados, sendo desconsiderados os demais.

Assim, para verificar a relação entre a transparência fiscal e o grau de democracia dos países, foram calculadas as correlações ρ de *Spearman* entre estas variáveis, por região, por ano e totais, dispostas na Tabela 15.

Tabela 15 – Correlação entre Transparência Fiscal e Grau de Democracia - por região, por ano e totais

Região (OBI)	2006	2008	2010	2012	2015	2017	2019	Total
África Subsaariana	0,893*	0,660*	0,792*	0,549*	0,720*	0,514*	0,565*	0,650*
América Latina e Caribe	0,550	0,456	0,581**	0,545**	0,542**	0,404	0,200	0,452*
Centro-Leste e Norte da África	0,333	0,857**	0,108	0,341	0,375	0,628	0,286	0,374*

Leste da Ásia e Pacífico	0,786**	0,825*	0,764*	0,807*	0,829*	0,789*	0,820*	0,801*
Leste Europeu e Ásia Central	0,726*	0,847*	0,665*	0,601*	0,454**	0,518**	0,356	0,554*
Oeste Europeu, EUA e Canadá	-0,900**	-0,771	0,191	0,611	0,483	0,372	0,328	0,285**
Sul da Ásia	0,700	0,771	0,928*	0,319	0,257	-0,290	0,086	0,423*
Total	0,765*	0,792*	0,796*	0,712*	0,720*	0,703*	0,680*	0,729*

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: *significativo a 1%; **significativa ao nível de 5%.

Percebe-se pela Tabela 15 que em todos os anos analisados, considerando-se todos os países conjuntamente, os coeficientes de correlação entre os indicadores foram significativos, positivos e fortes (entre 0,680 e 0,796), o que também ocorre quando considerados os dados de todos os períodos de forma agregada (0,729). Essa primeira constatação corrobora a literatura prévia, que aponta que em uma sociedade munida de informações sobre os recursos públicos, o controle social tende a ocorrer de maneira mais efetiva (HARRISON; SAYOGO, 2014).

Considerando-se as correlações dos países em cada região, observa-se que em muitas delas os coeficientes não foram significativos em alguns dos anos, destacadamente nos grupos “América Latina e Caribe”, “Centro-Leste e Norte da África”, “Sul da Ásia” e “Oeste Europeu, EUA e Canadá”. Essa não significância das correlações é explicada em boa parte pela pequena quantidade de países integrantes desses grupos (Tabela 2), o que não permitiu a realização de inferências estatísticas.

Analisando-se os grupos que tiveram períodos com correlações significativas, percebe-se que na maior parte deles o coeficiente foi considerado forte (entre 0,7 e 0,9) ou moderado (entre 0,5 e 0,7). Nota-se também, considerando-se a correlação total por região, que os grupos com alta heterogeneidade interna estão apresentando maiores coeficientes de correlação, como o caso de “Leste da Ásia e Pacífico” e “África Subsaariana”, que apresentam alta diversidade de valores, conjugado com as maiores correlações.

Essa constatação pode subsidiar a explicação de que em grupos menos homogêneos parece haver maiores correlações, uma vez que se encontra neles países com diferentes características, tanto relacionadas à transparência fiscal quanto ao grau de democracia.

Outro exemplo que corrobora essa explicação é o grupo “Oeste Europeu, EUA e Canadá”, em que está presente o único coeficiente de correlação negativo significativo. Mesmo se for considerado que no ano em questão (2006) foram avaliados apenas cinco países desse grupo (Tabela 2), percebe-se que no geral sua variabilidade interna é baixa, tanto para o OBI quanto para o DI, e que estes apresentam as maiores médias para ambos os índices. Ou seja, como os países que compõem esse grupo têm os mais altos índices de transparência fiscal e de grau de democracia, com baixa variabilidade interna, parece sensato concluir que a partir de

determinado grau de democracia, não há diferença entre os índices de transparência fiscal dos países.

Assim, analisando-se os coeficientes de correlação conjuntamente às características dos grupos, é possível inferir que, em geral, existe correlação positiva e forte entre transparência fiscal e grau de democracia, principalmente quando estão presentes e bem distribuídos na região países com desempenhos diversos.

4.1.4.6 Corrupção Percebida

Por fim, a *proxy* de corrupção utilizada nesse trabalho é também uma variável contínua, que assume valores inteiros numa escala de 0 a 100, em que valores próximos a 0 representam países ‘altamente corruptos’ (*Highly Corrupt*) e os próximos a 100 os países ‘muito limpos’ (*Very Clean*) (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2020).

Para análise, foi calculada a correlação entre as variáveis, de forma geral e por região, considerando-se as observações referentes a todos os anos da análise (Tabela 16). Foram desconsiderados dessa análise os países sem valores reportados para índice de corrupção percebida (Fiji, Guiné Equatorial e Suazilândia), totalizando 664 observações.

Tabela 16 – Correlação entre obi x democ, por região e total, 2006-2019

Regiões (OBI)	N	obi		corrup		Correlação ρ de Spearman	
		Média	Desvio	Média	Desvio	Coefficiente	Significância
África Subsaariana	182	30,65	21.98	31,59	11.40	0.4867	0.0000*
América Latina e Caribe	110	46,47	19.47	34,72	10.97	0.3610	0.0001*
Centro-Leste e Norte da África	59	21,64	19.91	36,29	13.23	0.1871	0.1560
Leste da Ásia e Pacífico	86	45,76	23.94	40,63	20.00	0.5419	0.0000*
Leste Europeu e Ásia Central	128	52,72	14.80	39,05	11.58	0.5478	0.0000*
Oeste Europeu, EUA e Canadá	58	74,86	9.77	73,33	12.60	0.5250	0.0000*
Sul da Ásia	41	45,83	12.26	27,71	8.27	0.2613	0.0990***
Total	664	43,48	23.54	38,54	17.18	0,5645	0,0000*

Fonte: Resultado da Pesquisa

Notas: *significativo a 1%; ***significativo a 10%.

Corroborando a expectativa teórica (BRUSCA; MANES ROSSI; AVERSANO, 2018; HAMEED, 2005), e considerando-se as características dos indicadores utilizados nessa amostra, há correlação positiva entre transparência e percepção da corrupção. Em um contexto democrático, um governo mais transparente facilita os mecanismos de controle externo e social e, conseqüentemente, viabiliza o controle da corrupção.

Percebeu-se que essa relação só não é estatisticamente significativa para o grupo ‘Centro-Leste e Norte da África’. No grupo ‘Sul da Ásia’, apesar de significativa (a 10%), a correlação é considerada fraca. Em todas as demais regiões, as correlações foram estatisticamente significativas, ao nível de 1% de significância, em intensidades diversas.

Destaca-se que os maiores índices de correlação estão nos países da Europa, América do Norte e Centro-Leste da Ásia ('Leste da Ásia e Pacífico', 'Leste Europeu e Ásia Central' e 'Oeste Europeu, EUA e Canadá'), enquanto os menores estão na América Latina e Sul da Ásia.

Excetuando o grupo 'Oeste Europeu, EUA e Canadá', que são em média os mais transparentes e menos corruptos, chama atenção a variabilidade no comportamento dessas variáveis nas outras regiões. 'Leste Europeu e Ásia Central', por exemplo, apesar de ter a segunda maior média de transparência fiscal (obi), não apresenta um bom desempenho de percepção da corrupção (corrup). Por outro lado, o 'Sul da Ásia' tem, na média, os países mais corruptos, mas o índice de transparência ainda supera o de outras três regiões.

No geral, além da alta variabilidade dessas variáveis na maior parte das regiões, destaca-se que, baseado nas classificações propostas pelas organizações que mensuram os índices (INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP, 2020; TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2020), no geral a ampla maioria dos países apresenta baixos níveis médios de transparência orçamentária e com setores públicos altamente corruptos.

4.2 Modelos Regressivos

Para atender ao objetivo específico de avaliar as implicações da dependência do FMI nos níveis de transparência fiscal dos países ‘desenvolvidos’ e ‘em desenvolvimento’, procedeu-se à operacionalização dos modelos de Regressão Linear Múltipla, por Mínimos Quadrados Ordinários, com dados em painel, caracterizado como desbalanceado por não ter todos os dados da amostra para todos os anos. As variáveis da equação estão no Quadro 2.

4.2.1 Modelo Geral

Primeiramente, foram testados os pressupostos, que indicaram que os dados não apresentam distribuição normal, conforme Tabela 3, o que pode ser amenizado pelo teorema do limite central e o tamanho da amostra (GUJARATI, 2000). Além disso, identificou-se a presença de heterocedasticidade e autocorrelação, que foram corrigidos com a aplicação dos erros padrões robustos de *White*. Identificou-se ainda a não ocorrência de multicolinearidade, segundo os valores dos VIF menores do que 5.

Além desses, foram operacionalizados os testes de *Chow*, LM de *Breusch-Pagan* e *Hausman* e, considerando-se seus resultados, verificou-se que os efeitos fixos são preferíveis para os dados desse trabalho. No Modelo de Efeitos Fixos, a equação da regressão ($Y_{i,t} = \alpha_i + \beta X_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$) trata os interceptos (α) como variáveis aleatórias não observadas e correlacionadas com alguma variável explicativa (X).

Os resultados da equação geral proposta são apresentados na Tabela 17.

Tabela 17 – Modelo de regressão do estudo – 117 países, de 2006 a 2019

Variáveis	Coefficientes	Desvios padrão robustos dos erros	t	Probabilidades
dep_fmi	-0,660	0,112	-5,87	0,000*
ln_pop	22,671	9,038	2,51	0,014**
d_desenv	0	(omitido) ^a		
pib_pc	0,0001	0,0005	0,21	0,835
d_sistgov	0	(omitido) ^a		
democ	0,150	1,813	0,08	0,934
corrup	0,394	0,169	2,33	0,021**
C	-353,174	151,354	-2,33	0,021**
Prob. F		0,0000		
R ²		0,0716		
Erros padrões robustos		Sim		
Efeitos		Fixos		
Número de observações		650		

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: Variável dependente: *obi* Open Budget Index; Variável de teste: *dep_fmi* Dependência FMI;

Variáveis de controle: *ln_pop* População; *d_desenv* Desenvolvimento; *pib_pc* PIB per capita; *d_sistgov* Sistema de Governo; *democ* Grau de Democracia; *corrup* Corrupção Percebida;

*significativo a 1%; **significativo a 5%; ^a Omitido devido à colinearidade.

Primeiramente, com base no resultado do teste F de significância global e no valor do R^2 , é possível afirmar que podem ser feitas inferências a partir desse modelo geral, uma vez que a regressão como um todo é significativa, e que as variações das variáveis explicativas predizem 7,16% da variação na variável dependente.

Inicialmente, considerando a variável de teste Dependência FMI (*dep_fmi*), verificou-se que há uma relação negativa e significativa entre ela e a transparência fiscal dos países (*obi*). Isso aponta que o nível de financiamento do FMI tende a ser mais alto em países com orçamentos menos transparentes. Considerando-se os próprios objetivos do Fundo, além da AED feita para essa variável, era esperado que houvesse relação negativa, uma vez que dentre as suas prioridades está o auxílio financeiro às economias emergentes, que tem como condicionalidades ações em prol da sustentabilidade fiscal macroeconômica, boa governança e retidão fiscal geral dos países (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 1996).

Quanto às variáveis de controle, constatou-se relações significativas do OBI apenas com o porte populacional e o índice de corrupção percebida.

Em linha com Schnell e Jo (2019), que também usaram o logaritmo da população como variável de controle e encontraram uma relação positiva e significativa com a transparência orçamentária, pode-se inferir para o modelo proposto, ao nível de 5% de significância, que o porte populacional (*ln_pop*) tem poder de predição do índice de transparência fiscal (*obi*) dos países, com relação diretamente proporcional.

A variável corrupção percebida também guarda relação positiva e estatisticamente significativa com a transparência fiscal, a 5% de significância, em linha com os resultados encontrados na análise das correlações entre as variáveis (Tabela 16).

Brusca, Manes-Rossi e Aversano (2018) também encontraram uma relação positiva e significativa, a 1%, entre os índices OBI e CPI. Segundo os autores, esses resultados suportam as recomendações internacionais de organizações como o Banco Mundial, FMI e OCDE, sobre como melhorar a transparência e a *accountability* no setor público dos países pode implicar num amadurecimento interno que os fortalecerá no combate à corrupção.

4.2.2 Modelos por Grupo de Desenvolvimento

Em relação ao desenvolvimento dos países, representado pela variável binária (*dummy*) de sua classificação (*d_desenv*), nota-se que na equação geral (Tabela 17) seus valores foram omitidos devido a problemas de colinearidade. No entanto, por se tratar de um importante

determinante para a transparência fiscal dos países (ARAPIS; REITANO, 2018; BELLVER; KAUFMANN, 2005; DE RENZIO; ANGEMI, 2012), optou-se nesse trabalho pela proposição de dois modelos de regressão adicionais, sendo um para o grupo de países classificados como “Em Desenvolvimento” (*developing*) e outro para aqueles do grupo “Desenvolvidos” (*developed / in transition*), conforme classificação da ONU (UNITED NATIONS, 2019).

Ressalta-se que após testados os pressupostos, estes foram corrigidos com a aplicação dos erros padrões robustos de *White* quando identificada presença de heterocedasticidade ou autocorrelação. Não houve problemas de multicolinearidade. A partir dos testes de *Chow*, LM de *Breusch-Pagam* e *Hausman*, o modelo de efeitos fixos foram preferíveis para os grupo “Em Desenvolvimento” e “Desenvolvidos”. Os resultados das equações estão na Tabela 18.

Tabela 18 – Modelos de regressão, países Desenvolvidos (33) e Em Desenvolvimento (84) – 2006 a 2019

Variáveis	Em Desenvolvimento		Desenvolvidos	
	Coefficientes	Probabilidades	Coefficientes	Probabilidades
dep fmi	-0,6568	0,000*	-0,7317	0,124
ln_pop	24,1966	0,011**	57,5443	0,122
pib_pc	-0,0007	0,387	-0,0007	0,269
d_sistgov	0	(omitido) ^a	0	(omitido) ^a
democ	-0,0387	0,984	2,0809	0,673
corrup	0,1729	0,432	0,7709	0,009*
C	-381,4507	0,017**	-921,5348	0,138
Prob. F	0,0000		0,0776	
R ²	0,0451		0,1618	
Erros padrões robustos	Sim		Sim	
Efeitos	Fixos		Fixos	
Número de observações	460		190	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: Variável dependente: *obi* Open Budget Index; Variável de teste *dep fmi* Dependência FMI;

Variáveis de controle: *ln pop* População; *d desenv* Desenvolvimento; *pib_pc* PIB per capita; *d_sistgov* Sistema de Governo; *democ* Grau de Democracia; *corrup* Corrupção Percebida;

*significativo a 1%; **significativo a 5%; ^aOmitido devido à colinearidade.

O resultado das regressões apresentadas na Tabela 18 evidenciam que é permitida a realização de inferência somente no modelo relativo aos países ‘Em Desenvolvimento’, uma vez que apenas nele se rejeita a hipótese H_0 do teste F de significância global. Portanto, para os países ‘Em Desenvolvimento’, o valor do R^2 indica que a equação proposta tem poder de predição de 4,51% das variações do OBI.

Pelos resultados apresentados, duas das três variáveis significativas coincidem com as encontradas na equação geral, sendo possível concluir que houve influência dos países ‘Em Desenvolvimento’ (Tabela 18) nos resultados referentes ao total de observações (Tabela 17). Além disso, pode-se inferir que a dependência do FMI tem baixo poder de predição no desempenho da transparência fiscal nos países ‘Em Desenvolvimento’, não tendo sido encontradas evidências dessa constatação no grupo de países ‘Desenvolvidos’.

A única variável de controle significativa foi a referente ao porte populacional, ao nível de 5% de significância, o que torna possível a constatação sobre a relação desta com o OBI apenas em países ‘Em Desenvolvimento’.

Nesse aspecto, o presente trabalho contribui para literatura ao adicionar constatações sobre as relações do OBI com a dependência do FMI e com o porte populacional dos ‘Em Desenvolvimento’, sendo possível inferir que países com orçamentos menos transparentes tendem a ter níveis mais altos de financiamento junto ao FMI e ser menos populosos.

Isoladamente essas constatações não respondem satisfatoriamente à proposta dessa pesquisa, uma vez que aponta para uma relação entre as variáveis, mas apresenta baixo poder de predição. Para complementar a análise dos modelos regressivos, é importante a análise das variações dos índices, destacadamente do OBI e do CPI, uma vez que contribuiria com melhores respostas sobre a influência do FMI na transparência fiscal de governos democráticos. No próximo tópico serão analisadas as variações das *proxies* utilizadas nesse trabalho.

4.3 Evolução das Variáveis

Para cumprir o objetivo de analisar se avanços na transparência fiscal dos países são acompanhados de amadurecimento democrático foi realizada a análise das variações das variáveis. Optou-se primeiramente pela avaliação da evolução de seus valores médios, para entender o comportamento das *proxies* ao longo do tempo, que será abordado no próximo subtópico. Já no segundo subtópico, é analisado o comportamento das variações anuais de transparência e corrupção dos países.

4.3.1 Análise das Medidas de Tendência Central

Foram levantadas as médias das variáveis contínuas (excluídas as binárias) para cada ano de análise, a partir de 2008, sendo elas comparadas entre si, de maneira cruzada, a fim de verificar se as diferenças nos valores médios são estatisticamente significativas, por meio do Teste *t* de *Student* (Tabela 19).

Tabela 19 – Médias e testes de igualdade (valores de ρ) – Geral (85 países)

Variáveis	Médias					
	2008	2010	2012 ^a	2015	2017	2019
obi	39,7294	41,9176	44,4286	46,3412	44,3059	47,2118
dep_fmi	0,4233 ^b	0,9339	0,8981	0,6210	0,7051	0,8146
ln_pop	16,7054	16,7360	16,7588	16,8118	16,8402	16,8668
pib_pc	9006,71	8906,79	9317,12	9438,97	9688,37	9942,89
democ	5,6274	5,4742	5,5676	5,5644	5,4394	5,3808
corrup	35,7143	35,4000	39,1786	39,000	39,2941	39,0824

	Valores de ρ						Valores de ρ				
	2008	2010	2012	2015	2017		2008	2010	2012	2015	2017
2010	0,5692	-	-	-	-	obi	0,0304**	-	-	-	-
2012	0,2130	0,5019	-	-	-	dep_fmi	0,0211**	0,8979	-	-	-
2015	0,0675***	0,2161	0,5832	-	-	2015	0,2825	0,2379	0,2467	-	-
2017	0,2336	0,5307	0,9737	0,5676	-	2017	0,1551	0,4047	0,4396	0,7186	-
2019	0,0426**	0,1470	0,4344	0,7967	0,4240	2019	0,0717***	0,6786	0,7520	0,4374	0,6730
2010	0,8990	-	-	-	-	2010	0,9637	-	-	-	-
2012	0,8255	0,9249	-	-	-	2012	0,8892	0,8517	-	-	-
2015	0,6586	0,7526	0,8264	-	-	2015	0,8477	0,8105	0,9568	-	-
2017	0,5757	0,6649	0,7363	0,9060	-	2017	0,7646	0,7278	0,8704	0,9135	-
2019	0,5031	0,5863	0,6554	0,8193	0,9121	2019	0,6841	0,6482	0,7855	0,8282	0,9136
2010	0,6086	-	-	-	-	2010	0,9062	-	-	-	-
2012	0,8409	0,7587	-	-	-	2012	0,1868	0,1496	-	-	-
2015	0,8324	0,7669	0,9914	-	-	2015	0,2272	0,1856	0,9465	-	-
2017	0,5286	0,9089	0,6725	0,6804	-	2017	0,1759	0,1407	0,9643	0,9127	-
2019	0,4176	0,7632	0,5455	0,5525	0,8497	2019	0,1993	0,1603	0,9701	0,9753	0,9347

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas. *obi* Open Budget Index; *dep_fmi* Dependência FMI; *ln_pop* População; *d_desenv* Desenvolvimento; *pib_pc* PIB per capita; *d_sistgov* Sistema de Governo; *democ* Grau de Democracia; *corrup* Corrupção Percebida;

^a Sudão desconsiderado, por não ter sido divulgado o OBI em 2012; ^b Libéria desconsiderada nessa variável, por se tratar de um *outlier*. **significativo a 5%; ***significativo a 10%.

Percebe-se pelos resultados da Tabela 19 que há um crescimento nos valores médios dos indicadores, destacadamente de transparência fiscal (*obi*), dependência do FMI (*dep_fmi*), PIB per capita (*pib_pc*) e corrupção percebida (*corrup*). No entanto, pelos resultados dos testes de igualdade de médias, os valores são significativamente diferentes apenas para as variáveis ‘*obi*’ (2008 x 2015 / 2008 x 2019) e ‘*dep_fmi*’ (2008 x 2010 / 2008 x 2012 / 2008 x 2019).

Para as demais variáveis não se rejeita a hipótese H_0 de igualdade das médias, o que significa que os valores são considerados estatisticamente iguais, ou seja, os aumentos dos valores médios observados na Tabela 19 não representam diferenças significativas estatisticamente.

Explorando a transparência fiscal média dos países da amostra, percebe-se que no ano de 2008 os países apresentaram a menor média do índice nos anos analisados. Esse ano, além de ter acontecido a segunda divulgação do OBI, foi o imediatamente posterior à divulgação do primeiro CTF (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2007) (Quadro 1), sendo um marco direcionador para as boas práticas de transparência fiscal entre os governos nacionais.

Posteriormente, os países já vinham melhorando os valores médios do OBI, mas em 2015, um ano após a publicação da revisão do Código (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014) (Quadro 1), há uma melhoria nesse valor, que pode estar relacionada à publicação dessas novas práticas.

Por fim, apesar do valor médio ter caído em 2017, em relação a 2015, em 2019 há uma nova melhoria nos valores, sendo a maior média em todo o período analisado, estatisticamente maior, a 5% de significância, se comparado ao primeiro ano de análise.

Apesar de ter sido publicado uma nova revisão do Código nesse mesmo ano (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014) (Quadro 1), não acredita-se que esse aumento seja resultado da aplicação do documento publicado no mesmo ano, uma vez que a adoção de melhorias em políticas públicas geralmente não apresentam resultados efetivos (mudanças institucionais) de maneira imediata, mas algum tempo depois, pois tende a acontecer de maneira incremental, não radical (*path dependent*) (BUENO, 2004).

Nesse sentido, acredita-se que o aumento estatisticamente significativo do índice de transparência fiscal dos países entre 2008 e 2019 só ocorreu devido às mudanças incrementais ocorridas por todo o período analisado, e não devido a um acontecimento em específico.

Já em relação à dependência do FMI, o ano de 2008, que representa o valor médio mais baixo dentre as observações, é estatisticamente menor do que as médias de 2010, 2012 e 2019. Em 2008, 35 países tinham saldo de dívida com o FMI ao final do exercício (Tabela 8), o que representa 30,43% dos 117 da amostra. Nos outros anos em que o valor médio da dívida foi

significativamente maior, mais países tinham saldo de empréstimo junto ao Fundo (Tabela 8): 2010 - 42 países (36,52%); 2012 - 46 países (40%); e 2019 - 49 países (42,61%).

No entanto, como no presente tópico são tratados apenas os países que tiveram o OBI divulgado em todos os seis anos da análise, a amostra cai para 85 observações. Assim, com exceção da Libéria, que foi desconsiderada por se tratar de *outlier*, ressalta-se que no ano de 2008 todos os outros 34 países estão contidos nessa amostra de 85 do presente tópico, representando 40% do total.

Já nos anos seguintes, como houve a inserção de diversos outros países no cálculo do OBI, o número de países com saldo de dívida com o FMI ao final dos exercícios considerados no presente tópico (N=85) difere dos dados da Tabela 8 (N=117): 2010 - 39 países (45,88%); 2012 - 38 países (44,71%); e 2019 - 33 países (38,82%).

Portanto, nota-se que o aumento dos valores médios de dependência do FMI entre 2008 e os demais anos (2010, 2012 e 2019) não necessariamente é resultado do aumento no número de países que contrataram com o Fundo. O aumento significativo de 2008 a 2012 pode ser resultante da crise econômica e financeira mundial de 2007-2009, em que o FMI desempenhou importante papel no processo de reforma dos países (MOSCHELLA, 2012).

Já para o ano de 2019, houve uma diminuição em seis no número de países que encerraram o exercício financeiro com saldo de dívida junto ao FMI, se comparado a 2008, mas o valor médio foi estatisticamente maior. Desempenhou importante papel para o aumento da média a contratação de empréstimos especificamente da Argentina em 2019, que fechou o ano com um endividamento com o FMI que representava 10,09% de seu PIB (se o país fosse desconsiderado, a média de 2019 cairia de 0,8146% para 0,7042%, diferença não significativa).

De acordo com a base do Banco Mundial (JOINT EXTERNAL DEBT HUB, 2020), esses empréstimos multilaterais ocorreram a partir do terceiro quadrimestre de 2018, tendo sido aumentado o saldo da dívida até o fechamento de 2019, último período com dados disponíveis. Essa relação se iniciou em maio de 2018, diante da alta inflação e desvalorização da moeda, o país recorreu ao FMI com um empréstimo inicial de 50 bilhões de dólares, que teve dentre as condicionalidades, amplas reformas institucionais no Banco Central argentino (KERN; REINSBERG; RAU-GÖHRING, 2019).

Em situações de crise, tanto a Argentina como os demais países em situação de vulnerabilidade econômica recorrem ao FMI para fechar acordos multilaterais para auxílio financeiro e melhorias diversas nos sistemas econômicos internos. Como a maioria dos países que recorre ao Fundo faz parte do grupo 'Em Desenvolvimento' (vide Tabelas 8 e 9), foram realizados os mesmos procedimentos especificamente para esses países, sendo levantadas e

comparadas as médias das variáveis contínuas (excluídas as binárias) para cada ano de análise. A Tabela 20 evidencia o resultado para os países ‘Em Desenvolvimento’.

Tabela 20 – Médias e testes de igualdade (valores de ρ) – países Em Desenvolvimento (N=62)

Variáveis	Médias					
	2008	2010	2012 ^a	2015	2017	2019
obi	32,3226	34,8710	37,8033	39,9677	37,2419	40,9355
dep_fmi	0,3973 ^b	0,6306	0,6414	0,5715	0,6665	0,8952
ln_pop	16,8309	16,8706	16,9029	16,9700	17,0067	17,0414
pib_pc	4418,77	4454,92	4762,71	4666,93	4711,89	4760,70
democ	5,1652	5,0242	5,1410	5,1387	5,0094	4,9273
corrup	30,7213	30,1613	34,2623	33,4355	33,8387	34,0323

	Valores de ρ					Valores de ρ				
	2008	2010	2012	2015	2017	2008	2010	2012	2015	2017
2010	0,5382	-	-	-	-	0,1386	-	-	-	-
2012	0,1769	0,4697	-	-	-	0,1236	0,9518	-	-	-
2015	0,0495**	0,1893	0,5660	-	-	0,3319	0,7655	0,7252	-	-
2017	0,2413	0,5722	0,8912	0,4875	-	0,1733	0,8668	0,9070	0,6809	-
2019	0,0332**	0,1327	0,4247	0,7953	0,3645	0,0533***	0,3252	0,3462	0,2522	0,4361
2010	0,8909	-	-	-	-	0,9685	-	-	-	-
2012	0,8048	0,9116	-	-	-	0,7166	0,7420	-	-	-
2015	0,6300	0,7302	0,8171	-	-	0,7905	0,8180	0,9198	-	-
2017	0,5424	0,6366	0,7203	0,8983	-	0,7533	0,7799	0,9573	0,9617	-
2019	0,4656	0,5531	0,6327	0,8035	0,9037	0,7155	0,7410	0,9983	0,9207	0,9586
2010	0,6574	-	-	-	-	0,7622	-	-	-	-
2012	0,9387	0,7224	-	-	-	0,0675***	0,0356***	-	-	-
2015	0,9329	0,7271	0,9944	-	-	0,1870	0,1138	0,6973	-	-
2017	0,6208	0,9639	0,6863	0,6909	-	0,1105	0,0616***	0,8341	0,8507	-
2019	0,4618	0,7737	0,5223	0,5260	0,8063	0,0987***	0,0552***	0,9792	0,7852	0,9262

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: *obi* Open Budget Index; *dep_fmi* Dependência FMI; *ln_pop* População; *d_desenv* Desenvolvimento; *pib_pc* PIB per capita; *d_sistgov* Sistema de Governo; *democ* Grau de Democracia; *corrup* Corrupção Percebida; ^a Sudão desconsiderado, por não ter sido divulgado o OBI em 2012; ^b Libéria desconsiderada nessa variável, por se tratar de um *outlier*. ** significativo a 5%; *** significativo a 10%.

Assim como na análise do total dos países (Tabela 19), as médias das variáveis para os países ‘Em Desenvolvimento’ (Tabela 20) também apresentou tendência de crescimento durante o período analisado, com destaque para as variáveis ‘obi’ e ‘dep_fmi’. Destaca-se ainda que os países desse grupo apresentam baixos valores médios de transparência fiscal, PIB per capita, grau de democracia e percepção da corrupção.

Em relação à evolução das variáveis, considera-se significativa a diferença das médias: de transparência fiscal (2008 e 2015 / 2008 e 2019); de dependência do FMI (2008 e 2019); e de corrupção percebida (2008 e 2012 / 2008 e 2019 / 2010 e 2012 / 2010 e 2017 / 2010 e 2015).

Como o comportamento do OBI foi o mesmo encontrado na análise de todos os países em conjunto (Tabela 19), inclusive com níveis de significância mais baixos, conjugado ao fato de que os países ‘Em Desenvolvimento’ representam a maior parte dos países da amostra, argumenta-se no mesmo sentido da interpretação anterior: o aumento ocorre graças às mudanças incrementais nas políticas públicas dos países, e não devido a um acontecimento em específico.

Esse comportamento era esperado, uma vez que a evolução da matriz institucional de uma sociedade é *path dependent* (BUENO, 2004).

Diferente do teste de igualdade de médias para o conjunto de países, a variável de dependência do FMI não apresenta diferença de médias estatisticamente significativa entre os anos de 2008 e 2010, mas somente entre 2008 e 2019. Dos 62 países do grupo, 29 (46,77%) fecharam o exercício de 2008 com saldo de empréstimos junto ao FMI, enquanto em 2019 eram 27 deles (43,55%).

Se comparados os fechamentos dos dois anos, além do caso da Argentina já exposto (0% em 2008; 10,09% em 2019), destaca-se um aumento no saldo de empréstimos do Egito (0% em 2008; 3,94% em 2019) e do Chade (0,45% em 2008; 3,05% em 2019), dentre outros.

Sem contrair empréstimos junto ao FMI desde 1997, o endividamento do Egito com o Fundo começou a aumentar no último quadrimestre de 2016, tendo o saldo crescido até o fim do período de análise. Já o Chade, que desde 1990 sempre recorreu ao FMI para empréstimos multilaterais, mas níveis de endividamento relativamente baixos, teve um aumento nos valores da dívida a partir do terceiro quadrimestre de 2014, também com aumento vertiginoso até o último dado disponível (2019) (JOINT EXTERNAL DEBT HUB, 2020).

O acordo entre o FMI e o Egito ocorreu em agosto de 2016, com um apoio ao programa de reforma econômica no valor de 12 bilhões de dólares, a fim de colocar a dívida pública em um caminho sustentável, aumentar a receita, racionalizar os gastos e liberar recursos públicos para gastos de alta prioridade, tais como infraestrutura, saúde, educação e proteção social (ALAWATTAGE; ALSAID, 2018).

Já no Chade, que mantém relações com o Fundo frequentemente como estratégia para redução da pobreza, foi implementado em 2013 o terceiro Plano de Desenvolvimento (*Chad's national Development Plan*), que tinha como prioridades melhorias nos níveis de emprego, combate à desigualdade social, proteção ao meio ambiente e fortalecimento da governança (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2015).

Portanto, Argentina, Egito e Chade, além da Libéria (Tabela 10), são alguns exemplos de casos em que países em situações críticas de necessidade recorrem ao FMI para manutenção de suas políticas econômica, fiscal e monetária. Por outro lado, os países citados fazem parte do grupo 'Em Desenvolvimento'. É importante investigar também como se dá o comportamento médio das variáveis do estudo nos países 'Desenvolvidos'. A Tabela 21 evidencia as médias (ou medianas) das variáveis pelos anos de análise, bem como os resultados dos testes de igualdade.

Primeiramente, destaca-se que pelo fato do número de observações desse grupo ser menor do que 30, foram feitos testes *Shapiro-Wilk* para verificação da normalidade de cada uma das variáveis, sendo que ‘dep_fmi’, ‘pib_pc’ e ‘corrup’ não apresentaram distribuição normal. Assim, para essas foi evidenciado na Tabela 21 os valores das medianas e os resultados do teste não paramétrico de soma de postos de *Wilcoxon* (também conhecido como estatística de duas amostras de *Mann-Whitney*).

Tabela 21 – Médias, medianas e testes de igualdade (valores de ρ) – países Desenvolvidos (N=23)

Variáveis	Médias					
	2008	2010	2012	2015	2017	2019
obi	59,6957	60,9130	62,0000	63,5217	63,3478	64,1304
dep_fmi ^a	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
ln_pop	16,3673	16,3730	16,3764	16,3853	16,3914	16,3961
pib_pc ^a	11087,82	10675,00	11553,58	11355,24	11550,53	12131,42
democ	6,8530	6,6874	6,6991	6,7117	6,5987	6,6017
corrup ^a	39,0000	41,0000	46,0000	51,0000	49,0000	47,0000

	Valores de ρ						Valores de ρ				
	2008	2010	2012	2015	2017		2008	2010	2012	2015	2017
2010	0,8331	-	-	-	-	obi	0,2511	-	-	-	-
2012	0,6912	0,8487	-	-	-		0,1344	0,8690	-	-	-
2015	0,4730	0,6169	0,7712	-	-		0,5598	0,5355	0,3590	-	-
2017	0,5008	0,6466	0,8003	0,9711	-		0,9879	0,2746	0,1648	0,5987	-
2019	0,3996	0,5317	0,6797	0,8949	0,8682		0,9879	0,2511	0,1490	0,5598	0,9151
2010	0,9890	-	-	-	-	ln_pop	0,8962	-	-	-	-
2012	0,9826	0,9936	-	-	-		0,9307	0,8618	-	-	-
2015	0,9659	0,9768	0,9832	-	-		0,7607	0,6953	0,7773	-	-
2017	0,9544	0,9653	0,9717	0,9885	-		0,6166	0,5862	0,7114	0,7773	-
2019	0,9456	0,9565	0,9629	0,9797	0,9912		0,4588	0,4995	0,5420	0,6476	0,7114
2010	0,7698	-	-	-	-	democ	0,9212	-	-	-	-
2012	0,7887	0,9836	-	-	-		0,4683	0,5168	-	-	-
2015	0,8067	0,9662	0,9827	-	-		0,3446	0,4224	0,7333	-	-
2017	0,6608	0,8775	0,8634	0,8473	-		0,3618	0,4161	0,7251	0,8604	-
2019	0,6669	0,8826	0,8685	0,8524	0,9959		0,4681	0,5097	0,8777	0,9038	0,7919

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: *obi* Open Budget Index; *dep_fmi* Dependência FMI; *ln_pop* População; *d_desenv* Desenvolvimento; *pib_pc* PIB per capita; *d_sistgov* Sistema de Governo; *democ* Grau de Democracia; *corrup* Corrupção Percebida;

^a foi utilizado a mediana e o Teste de *Wilcoxon*, por não atender ao pressuposto de normalidade.

Não se rejeita a hipótese H_0 de igualdade das médias/medianas em todos os casos, ou seja, apesar da evolução na tendência central das variáveis pelos anos, seus valores são considerados estatisticamente iguais.

Cabe uma análise adicional a esses valores, relativa à dependência do FMI, que teve todos os valores reportados na Tabela 21 como zero. Esse resultado é referente à mediana da variável, que resultou nesse valor por todo o período analisado porque a maior parte dos países ‘Desenvolvidos’ fechou os exercícios sem saldo de empréstimos com o FMI.

Dentre os anos analisados, 2010 se destaca devido a um aumento generalizado no saldo de empréstimos dos países, com destaque para Geórgia (8,58% do PIB), Romênia (9,08% do PIB), Sérvia (4,86% do PIB) e Ucrânia (10,47% do PIB). Apesar de Portugal ter sido destacado

na Tabela 9 como único país do Oeste Europeu com saldo de dívida ao final dos exercícios de 2012, 2015 e 2017, ele não consta na amostra da presente análise, pois não está dentre os 85 países com dados reportados desde 2008.

Conforme destacado anteriormente, esses aumentos significativos nos níveis de empréstimos dos países se deve em boa parte à crise econômica e financeira mundial de 2007-2009, em que, de acordo com Moschella (2012), há um importante papel desempenhado pelo FMI no auxílio dos países afetados pela crise.

A análise dos valores centrais das variáveis e sua real evolução, estatisticamente, é importante para a verificar o comportamento delas ao longo do período de análise, além do tempo necessário para que essa evolução seja realmente significativa.

Complementarmente, para atender ao objetivo de relacionar a dependência do FMI com a transparência de países democráticos, no próximo subtópico é proposta a análise das variações dos índices de transparência e democracia dos países.

4.3.2 Variações da Transparência e da Democracia

Considera-se importante analisar as variações dos índices de transparência e democracia, para verificar a relação de seus comportamentos. Serão relacionados os indicadores para todos os países da amostra e, posteriormente, será feita a análise dessa relação em função da dependência do FMI, atendendo ao objetivo desse trabalho.

Foram considerados apenas os países que tiveram mais de uma publicação em ambos os índices, sendo desconsideradas as primeiras publicações de cada um e comparadas as outras em relação ao índice imediatamente anterior. Além disso, São Tomé e Príncipe, Somália e Sudão do Sul foram desconsiderados, por não terem sido reportados seus índices de grau de democracia. Isso resultou em 548 observações que, após realizado o Teste de *Shapiro-Wilk*, não seguem distribuição normal. Assim, foi calculado o coeficiente de correlação ρ de *Spearman* entre as variáveis, cujo resultado é apresentado na Tabela 22.

Tabela 22 – Correlação entre Δobi x Δdemoc

Correlação ρ de <i>Spearman</i>	N	Coefficiente	Significância
Geral	548	-0,0157	0,7132
Em Desenvolvimento	391	-0,0396	0,4348
Desenvovidos	157	0,0414	0,6065

Fonte: Resultado da Pesquisa

Pelos resultados, observa-se que não há correlação estatisticamente significativa entre as variações de transparência e de democracia, o que permite inferir que, para os países da presente amostra, variações nos níveis de transparência fiscal (*obi*) não são acompanhadas pelo

grau de democracia (democ), o que contraria as expectativas teóricas (HOLLYER; ROSENDORFF; VREELAND, 2011; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2014b).

Explorando de outra maneira esses dados, optou-se por fazer o cruzamento entre eles, para explorar o comportamento conjunto de suas variações. Para isso, os dados foram classificados em três grupos: “<0”, para variações negativas; “=0”, para variações nulas; e “>0” para variações positivas. Assim, a fim de verificar a independência dos grupos e concluir a respeito de sua relação, a tabulação cruzada e os resultados do teste Qui-Quadrado de independência são evidenciados na Tabela 23. Os dados dos grupos formados estão pela variação conjunta de transparência e democracia estão disponíveis no APÊNDICE B.

Tabela 23 – Tabulação Cruzada entre Δ obi e Δ democ e resultado do teste Qui-Quadrado de Independência

			Δ democ			Total
			<0	=0	>0	
Δ obi	<0	Observado	104	29	76	209
		Esperado	(101)	(28)	(79)	
	=0	Observado	18	9	24	52
		Esperado	(25)	(7)	(19)	
	>0	Observado	144	36	108	288
		Esperado	(140)	(39)	(109)	
Total			266	74	208	548
Teste			Valor	Graus de Liberdade		Valor P
Qui-Quadrado de Independência			4,1875	4		0,3812

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Nota: valores esperados são baseados no cálculo [(total da linha x total da coluna)÷total geral]

No teste Qui-Quadrado, para tirar conclusões sobre a relação existente entre as variáveis, os valores esperados de todas as células são comparados com seus respectivos valores observados. Assim, pelos resultados, não se rejeita a Hipótese Nula (H_0) de que as variáveis são independentes entre si, ou seja, não há relação de dependência entre as variações de transparência e de democracia, corroborando o resultado de sua correlação (Tabela 22).

Para entender melhor as características dos países que compõem cada grupo da Tabela 23, na Tabela 24 são apresentados seus valores médios relativos a cada variável desse trabalho.

Tabela 24 – Caracterização das observações da amostra em função do comportamento de Δ obi e Δ democ.

Grupo (Δ obi, Δ democ)	N	Des.	Parl.	Médias					
				obi	dep_fmi	ln_pop	pib_pc	democ	corrup
<0, <0	104	33	38	40,1538	0,8374	16,8464	8912,60	5,5475	37,6505
<0, =0	29	15	18	53,4483	0,6072	16,1715	15321,06	6,3600	46,1429
<0, >0	76	12	20	39,5526	0,7063	17,0603	8727,68	5,7158	40,3158
=0, <0	18	8	7	38,3333	0,2414	16,6526	19723,23	4,9767	40,8889
=0, =0	9	2	3	48,7778	0,2238	16,3699	16227,98	6,5300	41,8889
=0, >0	24	10	14	49,0417	0,5798	16,7679	21769,34	6,5754	49,4583
>0, <0	144	41	42	45,2917	0,9974	16,9331	7266,69	5,1087	35,1049
>0, =0	36	12	14	54,0000	0,1847	16,4614	17340,84	6,3392	45,9722
>0, >0	108	24	28	47,3889	1,0324	16,7495	8121,27	5,6725	38,3333
Total	548	157	184	44,9307	0,8037	16,8011	10199,55	5,6176	39,1771

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: *Des.* países desenvolvidos; *Parl.* sistemas parlamentaristas; *obi* Open Budget Index; *dep_fmi* Dependência FMI; *ln_pop* População; *d_desenv* Desenvolvimento; *pib_pc* PIB per capita; *d_sistgov* Sistema de Governo; *democ* Grau de Democracia; *corrup* Corrupção Percebida.

Chama atenção nas Tabelas 23 e 24 as observações com variações opostas das variáveis, como os 76 casos em que a transparência variou negativamente enquanto a democracia variou positivamente ($<0, >0$), e as 144 observações em que ocorreu o contrário ($>0, <0$). Esse comportamento contraria as expectativas teóricas, dado que, se a transparência é prerrogativa para a democracia (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA, 2017), esperava-se que suas variações ocorressem na mesma direção (HOLLYER; ROSENDORFF; VREELAND, 2011; RÍOS; BASTIDA; BENITO, 2016; WEHNER; DE RENZIO, 2013)

Explorando especificamente esses casos, percebe-se que no primeiro grupo ($<0, >0$) os valores médios de transparência fiscal são baixos (*obi*), eles possuem o maior porte populacional médio (*ln_pop*), em sua maioria 'Em Desenvolvimento' (*Des.*) e com baixa geração de riqueza por habitante (*pib_pc*). Assim, os países em que o nível transparência caiu enquanto aumentou o grau de democracia são, em geral, pouco transparentes, mais populosos e com maior vulnerabilidade econômica.

Por outro lado, o segundo grupo com o comportamento contraditório ($>0, <0$) se destaca por ser o que tem o maior número de países. Esse grupo tem as menores médias de PIB per capita (*pib_pc*) e corrupção percebida (*corrup*), a segunda maior média de dependência do FMI (*dep_fmi*) e a segunda menor média de grau de democracia (*democ*). Ou seja, em geral os países desse grupo são mais vulneráveis econômica e institucionalmente, com altos níveis de corrupção e imaturidade democrática, além de dependerem de ajuda externa em maiores níveis.

Uma congruência de ambos os grupos é justamente essa vulnerabilidade econômica, dados os baixos valores de PIB per capita. Essa constatação indica que os países mais pobres nem sempre têm o entendimento de que a transparência deve ser parte de uma transformação social-democrática, que tem dentre seus resultados uma divulgação ampla e clara dos dados orçamentários dos governos e o amadurecimento de seus mecanismos democráticos.

A melhoria desses indicadores deve ir além do atendimento a seus requisitos, como um *checklist* (ROBERTS, 2006), e passar por essa transformação social, para que ocorram melhorias efetivas, sólidas e permanentes (HEALD, 2003; ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA; RICCIO, 2015).

Ainda em relação aos resultados da Tabela 24, destaca-se que os dois grupos com maior saldo médio de dívida junto ao FMI ao final dos exercícios (*dep_fmi*) tiveram variação positiva

em sua transparência fiscal (Δobi). Esses são os maiores grupos da amostra, representando conjuntamente 45,99% das observações.

Essa constatação sinaliza que a contratação de empréstimos junto ao FMI tende a melhorar a transparência fiscal dos países, considerando-se a relação contratual existente entre eles. Esses contratos, que tem como função mitigar os riscos de condutas oportunistas dos agentes envolvidos (WILLIAMSON, 1973), se materializam na relação entre países e FMI, destacadamente, no *Articles of Agreement* e nos próprios acordos multilaterais de financiamento das políticas públicas internas.

No entanto, apesar dos aumentos da transparência fiscal terem relação com maiores níveis de empréstimos, em 144 observações isso não implicou em melhorias no grau de democracia, pelo menos de forma imediata.

Assim, avançando na análise da dependência do FMI e as variações nos níveis de transparência fiscal e no grau de democracia dos países, optou-se por duas novas análise do cruzamento entre eles, para explorar o comportamento conjunto de suas variações. As observações foram divididas em: (i) países sem saldo de dívida com o FMI durante todo o período de análise; e (ii) países com saldo de dívida com o FMI em pelo menos um dos anos de análise (mesmo que tenha quitado durante o período).

Essa separação foi feita para analisar o comportamento das variações de transparência e democracia de países que não dependeram (financeiramente) do FMI em todo o período daqueles que precisaram recorrer à instituição, mesmo que em apenas um dos anos. As tabulações cruzadas e os resultados do teste Qui-Quadrado de independência são evidenciados na Tabela 25.

Tabela 25 – Tabulação Cruzada entre Δobi e Δdemoc e resultados dos testes Qui-Quadrado de Independência, por grupo de dependência

		Países que NÃO recorreram ao FMI				Países que recorreram ao FMI				
		Δdemoc			Total	Δdemoc			Total	
		<0	=0	>0		<0	=0	>0		
Δobi	<0	Observado (Esperado)	44 (43)	16 (18)	36 (35)	96	60 (59)	13 (10)	40 (44)	113
	=0	Observado (Esperado)	11 (15)	8 (6)	14 (12)	33	7 (9)	1 (2)	10 (7)	18
	>0	Observado (Esperado)	57 (55)	24 (23)	42 (45)	123	87 (86)	12 (14)	66 (65)	165
	Total		112	48	92	252	154	26	116	296
Grupos				Valor	Graus de Liberdade		Valor P			
Países que NÃO recorreram ao FMI				2,3553	4		0,6707			
Países que recorreram ao FMI				3,9047	4		0,4191			

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Nota: valores esperados são baseados no cálculo [(total da linha x total da coluna)÷total geral]

Teoricamente (HOLLYER; ROSENDORFF; VREELAND, 2011), era esperado que o comportamento das variáveis assumisse a mesma direção de variação, o que seria corroborado pela rejeição da hipótese H_0 de independência nos dois grupos. No entanto, pelos resultados da Tabela 24, não se rejeita H_0 , o que implica dizer que em nenhum dos grupos há relação de dependência entre as variações de transparência e de democracia.

Em linha com os resultados da Tabela 23, observa-se pela Tabela 24 que em ambos os grupos a maior parte das observações apresentou variação positiva da transparência fiscal e variação negativa do grau de democracia. Independentemente se os países recorreram ao FMI em algum dos anos analisados, as melhorias da transparência fiscal nem sempre foram acompanhadas por um amadurecimento democrático.

Portanto, considera-se importante a análise das observações em função do desempenho conjunto da variação dessas variáveis, principalmente quando estas apresentaram comportamentos em direções opostas. A Tabela 26 apresenta a caracterização das observações de cada um dos grupos formados pelo cruzamento entre ‘ Δ obi’ e ‘ Δ democ’.

Tabela 26 – Caracterização das observações da amostra em função do comportamento de Δ obi e Δ democ.

	Grupo (Δ obi, Δ democ)	N	Des.	Parl.	Médias					
					obi	dep fmi	ln pop	pib pc	democ	corrup
NÃO recorreram ao FMI	<0, <0	44	20	23	48,2500	-	17,0266	16352,92	6,3709	44,7727
	<0, =0	16	9	14	69,1250	-	16,1269	24408,74	7,7113	55,0625
	<0, >0	36	9	15	46,5000	-	17,4011	15005,87	6,5850	48,9444
	=0, <0	11	5	4	48,4545	-	17,4668	23452,58	5,5373	48,2727
	=0, =0	8	2	3	48,7500	-	16,2152	18131,37	6,7575	43,7500
	=0, >0	14	7	10	55,5714	-	16,9244	32210,50	7,1936	60,7143
	>0, <0	57	20	23	56,4912	-	17,4688	13456,65	6,0909	41,0351
	>0, =0	24	10	12	57,9583	-	16,5258	24075,23	6,8492	54,0833
	>0, >0	42	12	20	52,3810	-	16,8071	15832,35	6,5929	44,1905
	Total	252	94	124	53,2341	-	17,0265	17912,89	6,5274	46,9722
Recorreram ao FMI	<0, <0	60	13	15	34,2167	1,4514	16,7142	3159,28	4,9437	31,8000
	<0, =0	13	6	4	34,1538	1,3544	16,2263	4136,23	4,6969	31,6154
	<0, >0	40	3	5	33,3000	1,3420	16,7535	3077,31	4,9335	32,5500
	=0, <0	7	3	3	22,4286	0,6207	15,3730	8227,62	4,0957	29,2857
	=0, =0	1	0	0	49,0000	2,0142	17,6075	1000,83	4,7100	27,0000
	=0, >0	10	3	4	39,9000	1,3915	16,5489	7151,71	5,7100	33,7000
	>0, <0	87	21	19	37,9540	1,6509	16,5821	3211,19	4,4652	30,8161
	>0, =0	12	2	2	46,0833	0,5540	16,3327	3872,07	5,3192	29,7500
	>0, >0	66	12	8	44,2121	1,6894	16,7129	3214,21	5,0868	32,8636
	Total	296	63	60	37,8615	1,4879	16,6092	3494,96	4,8430	31,7466

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: *Des.* países desenvolvidos; *Parl.* sistemas parlamentaristas; *obi* Open Budget Index; *dep fmi* Dependência FMI; *ln_pop* População; *d_desenv* Desenvolvimento; *pib_pc* PIB per capita; *d_sistgov* Sistema de Governo; *democ* Grau de Democracia; *corrup* Corrupção Percebida.

Pelos resultados da Tabela 26, destaca-se primeiramente as diferenças entre os grupos, principalmente nos valores médios de PIB per capita, grau de democracia e corrupção percebida. Essas diferenças já eram esperadas, uma vez que os países geralmente recorrem ao FMI em situações de crises (econômicas, sociais, institucionais, ambientais, dentre outras) e, por isso,

tendem a apresentar menores índices de riqueza e maturidade democrática, além de alta corrupção.

Destaca-se ainda que, conforme apontado na Tabela 24, dentre os países que negociaram com o FMI, os dois grupos de observações com as maiores médias de ‘Dependência do FMI’ (desconsiderando-se ‘=0, =0’, por ter apenas uma observação) apresentaram variação positiva no índice de transparência, representando conjuntamente 51,69% desse grupo.

Esse resultado corrobora as expectativas teóricas desse trabalho de que, conforme De Renzio e Angemi (2012), com o apoio substancial dos *donors*, os países implementaram reformas destinadas a aumentar sua transparência fiscal. No entanto, ainda em linha com De Renzio e Angemi (2012), essas reformas nem sempre apresentam o sucesso esperado, pois não são adaptadas aos contextos locais e pelo fato dos *donors* darem uma ênfase limitada à melhoria do acesso público às informações orçamentárias, em detrimento de reformas sistêmicas.

Assim, apesar de haver um aumento nos índices de transparência fiscal na maioria dos países, não se pode dizer que houve uma mudança na matriz institucional que promovesse o amadurecimento democrático em todos eles. Os resultados da Tabela 26 indicam que 32,85% dos países melhoraram o índice de transparência ao mesmo tempo em que o grau de democracia caiu ou permaneceu o mesmo, indicando que a adoção das boas práticas ocorreu mais para o teórico cumprimento dos requisitos (*checklist*), do que objetivando sua transformação institucional-democrática, incorrendo em ilusões de transparência (HEALD, 2006).

Esses comportamentos da variação dos índices em direções opostas foi identificado tanto para países que negociaram quanto para os que não negociaram. Se analisadas as observações dos agrupamentos ‘<0, >0’ e ‘>0, <0’ em ambos os casos, constata-se que se trata de baixas médias de PIB per capita, democracia e corrupção, se comparados aos demais países dos grupos.

Em se tratando especificamente dos países com variação positiva da transparência concomitante à variação negativa da democracia (‘>0, <0’), tanto dentre os que recorreram ao FMI, quanto nos que não recorreram, as variáveis indicam que eles são, em média, os mais pobres (*pib_pc*), com baixos graus de democracia (*democ*) e altos níveis de corrupção (*corrup*).

Portanto, considera-se que as reformas para a promoção da transparência fiscal tendem a ser superficiais em países com ambientes institucionais (entendidos aqui como o conjunto de “regras do jogo” políticas, econômicas, sociais, morais e legais) menos desenvolvidos. Nesses países, essas reformas tendem a ser realizadas mais pela racionalidade econômica (atendimento a condicionais contratuais) do que devido ao entendimento que essas políticas públicas são importantes para o fortalecimento democrático interno (mudança institucional).

Corroborando algumas proposições teóricas (ANDREWS, 2013; HOOD, 2006) e empíricas (DE RENZIO; ANGEMI, 2012; ROBERTS, 2006; WEHNER; DE RENZIO, 2013) da literatura, e adicionando percepções sobre o papel especificamente do FMI nesse processo, percebeu-se que, independentemente do país ter recorrido ao Fundo, quando se trata de democracias imaturas de países pobres com altos índices de corrupção, as melhorias no acesso público às informações orçamentárias nem sempre serão acompanhadas de amadurecimento democrático, o que tende a criar uma ilusão de transparência fiscal nesses países.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi analisar a relação entre a dependência de recursos do FMI e a transparência fiscal em países democráticos. Para isso, foi realizada uma análise longitudinal de uma amostra dos países que tiveram divulgada a *proxy* de transparência fiscal entre 2006 e 2019, totalizando 672 observações. Além da exploração dos dados, foram calculados três modelos de regressão linear múltipla com dados em painel e analisada a evolução das variáveis.

Primeiramente, em relação à *proxy* de transparência fiscal, ressalta-se que houve um importante aumento no número de países avaliados pelo *Open Budget Index* (OBI) ao longo dos anos, sendo identificada também uma concentração geográfica de comportamentos homogêneos do índice, com uma constância de altos desempenhos entre os países da Europa e do norte da Ásia e de baixos índices nos países da África, Oriente Médio e sul da Ásia.

Já a dependência de recursos do FMI, mensurada pela divisão do saldo da dívida junto ao FMI no fim do período pelo seu PIB anual, evidenciou que os países que negociam com o Fundo em geral se encontram em situações de vulnerabilidade, por vezes vivenciando crises econômicas, sociais, institucionais, ambientais, dentre outras. Esse resultado era esperado, considerando-se os objetivos declarados do FMI de promoção do desenvolvimento dos países, principalmente no aspecto econômico-financeiro.

Respondendo ao primeiro objetivo específico, a partir da investigação dos determinantes demográficos, socioeconômicos e políticos da transparência fiscal, constatou-se que melhores índices de transparência fiscal geralmente estão presentes em países desenvolvidos, mais ricos e com governos parlamentaristas, sendo relacionada à maior maturidade democrática e menores níveis de corrupção.

Em relação ao segundo objetivo específico, relativo às implicações da dependência do FMI na transparência fiscal, pode-se dizer que o nível de financiamento do FMI é mais alto quanto menor a transparência fiscal dos países ‘Em Desenvolvimento’. Além disso, quanto menor o porte populacional desses países, menor sua transparência fiscal.

Já quando analisado se avanços na transparência fiscal dos países são acompanhados de amadurecimento democrático, terceiro objetivo específico, verificou-se que esse comportamento conjunto varia em função das características dos países, havendo um representativo número de observações com variações desses índices em direções opostas.

Portanto, alcançados os objetivos propostos, é possível confirmar a tese e a hipótese propostas nesse estudo, de que a dependência dos países junto ao FMI melhora seus níveis de transparência fiscal, principalmente nos países ‘Em Desenvolvimento’, mas nem sempre essa

relação implica em melhorias democráticas. Quando a implementação de políticas públicas relacionadas à transparência fiscal ocorre nos países apenas em razão do atendimento às condicionalidades de uma relação contratual, por racionalidade econômica, nem sempre há uma real mudança institucional.

Nas “regras do jogo” de uma sociedade, o conjunto de normas políticas, econômicas, sociais, morais e legais, que regem as relações somente se modificarão se os indivíduos (racionais e oportunistas) considerarem que os custos de transação inerentes à mudança são menores do que os de permanecer como está. Assim, mesmo que haja uma alteração nas regras formais, a mudança institucional efetiva dependerá de alterações nas regras informais, derivada de normas, convenções ou padrões individuais (NORTH, 1990).

Assim, ainda que o FMI atue como importante agente externo que garante a aplicação de boas práticas de transparência nos países, por *enforcement*, as consequências esperadas da adoção dessas políticas só serão alcançadas quando houver o entendimento da sociedade dos benefícios de uma divulgação ampla e clara dos dados orçamentários para o amadurecimento de seus mecanismos democráticos.

Da mesma forma que essa transformação social tem potencial para modificar as estruturas de governança e, conseqüentemente, o ambiente institucional, o comportamento dos indivíduos também é moldado pelo contexto em que ele está inserido (WILLIAMSON, 1993). Logo, tanto as sociedades como o FMI desempenham importante papel nesse contexto: os indivíduos com poder de transformação *bottom up* e o Fundo *top down*.

Portanto, para que as melhorias nos índices de transparência tenham resultados efetivos no amadurecimento das instituições democráticas, é importante que a atuação do FMI nos países aconteça de maneira combinada às transformações sociais internas.

Com a ajuda do Fundo, os governos nacionais podem ter um papel fundamental no engajamento da sociedade nessa direção. Por exemplo, nos documentos de avaliação dos países publicados pelo FMI, os *Fiscal Transparency Evaluations*, o Fundo poderia ir além de avaliar as boas práticas de transparência fiscal e incorporar recomendações de políticas públicas direcionadas ao fortalecimento das instituições democráticas, como melhorias nos controles interno, externo e social, por exemplo. Dessa forma, principalmente nos países menos desenvolvidos institucionalmente, caberia aos governos centrais a adoção das recomendações e ao FMI o acompanhamento e avaliação da adoção efetiva.

Pesquisas anteriores já investigaram os determinantes da transparência fiscal, englobando todo o mundo (HARRISON; SAYOGO, 2014; SCHNELL; JO, 2019; WEHNER; DE RENZIO, 2013), ou apenas países Desenvolvidos, geralmente focados no grupo dos

membros da OCDE (AASKOVEN, 2016; ALT; LASSEN, 2006b, a; RODRÍGUEZ BOLÍVAR; CABA PÉREZ; LÓPEZ HERNÁNDEZ, 2015). No entanto, com exceção de trabalhos como Montes e Lima (2018), é escassa a literatura sobre transparência fiscal de governos nacionais focada em países ‘Em Desenvolvimento’.

Assim, os resultados do presente trabalho avançam a fronteira do conhecimento, acrescentando percepções à literatura sobre os determinantes da transparência fiscal, destacadamente sobre a atuação do FMI na promoção da transparência fiscal dos governos centrais e as implicações no amadurecimento democrático, principalmente dos países ‘Em Desenvolvimento’.

Como limitações, se reconhece que as conclusões desse trabalho são embasadas em *proxies*, que mesmo que tenham o objetivo de captar ao máximo a realidade a que se propõe, sempre terão limitações diversas, principalmente quando se trata de um estudo de países, que apresentam realidades extremamente distintas umas das outras.

Ademais, sabe-se que existem diversas outras variáveis que também podem ter relação com a transparência fiscal dos países, mas não foram utilizadas, como por exemplo a ocorrência de eleições naquele ano (Ano Eleitoral). Apesar de vastamente utilizado pela literatura, esse indicador não foi incluído no modelo devido às diferenças das eleições em sistemas presidencialistas e parlamentaristas, uma vez que, conforme Cheibub (2006, p. 357), “nos sistemas presidenciais, é preciso considerar as eleições presidencial e legislativa, que podem ou não coincidir e podem ter efeitos diferentes no orçamento”, enquanto que “nos sistemas parlamentaristas, as eleições legislativas são as únicas que importam”.

Ainda que reconhecidas as limitações derivadas das escolhas de pesquisa feitas no presente trabalho, considera-se que são válidas as inferências desse trabalho para preencher a lacuna da literatura e se concluir que a dependência do FMI tende a melhorar os níveis de transparência fiscal dos países, o que nem sempre resulta numa mudança institucional efetiva a ponto de promover seu fortalecimento democrático.

Para futuras pesquisas, em linha com Cucciniello, Porumbescu, Grimmelikhuijsen (2017) e Alt (2019), sugere-se pesquisas em profundidade, com utilização também de metodologias qualitativas. Por exemplo, uma avaliação mais detalhada do desempenho da transparência fiscal dos países, investigando qualitativamente os FTEs, a conformidade das práticas com o Código de Transparência Fiscal.

Além disso, no sentido de inserir *insights* para a discussão do papel do FMI na promoção da transparência, poder-se-ia investigar sob o ponto de vista do Fundo quais são suas percepções sobre seu papel na promoção de políticas públicas transparência fiscal dos países, bem como a

existência de perspectivas relativas ao incentivo de mecanismos que promovam o amadurecimento democrático, como, por exemplo, práticas de controles interno, externo e social dentro dos países.

Sugere-se ainda investigações que se proponham a entender o contexto institucional das políticas públicas inerentes à transparência fiscal em países específicos, investigando legislações, documentos, notícias e atores importantes para se compreender a história por trás da adoção de determinadas práticas. Esse tipo de pesquisa ajudaria a entender as características dos ambientes institucionais em que a adoção de boas práticas de transparência fiscal reflete efetivamente (ou não) no fortalecimento da democracia.

Essas investigações contribuiriam para preencher outras lacunas da pesquisa sobre a transparência fiscal de governos nacionais, seus determinantes contextuais e a efetividade desse princípio fundamental para a consolidação de um Estado democrático.

REFERÊNCIAS

- AASKOVEN, L. Fiscal transparency, elections and public employment: evidence from the OECD. *ECONOMICS & POLITICS*, v. 28, n. 3, p. 317–341, nov. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/ecpo.12080>>.
- ABBOTT, P.; ANDERSEN, T. B.; TARP, F. IMF and economic reform in developing countries. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, v. 50, n. 1, p. 17–26, fev. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.qref.2009.10.005>>.
- ALAWATTAGE, C.; ALSAID, L. A. Accounting and structural reforms: A case study of Egyptian electricity. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 50, p. 15–35, jan. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.09.001>>.
- ALCAIDE MUÑOZ, L.; RODRÍGUEZ BOLÍVAR, M. P.; LÓPEZ HERNÁNDEZ, A. M. Transparency in governments: A meta-analytic review of incentives for digital versus hard-copy public financial disclosures. *American Review of Public Administration*, v. 47, n. 5, p. 550–573, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0275074016629008>>.
- ALT, J. E. Twenty years of transparency research. *Public Sector Economics*, v. 43, n. 1, p. 5–13, 11 mar. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.3326/pse.43.1.2>>.
- ALT, J. E.; LASSEN, D. D. Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries. *EUROPEAN ECONOMIC REVIEW*, v. 50, n. 6, p. 1403–1439, 2006a. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.eurocorev.2005.04.001>>.
- ALT, J. E.; LASSEN, D. D. Transparency, political polarization, and political budget cycles in OECD countries. *AMERICAN JOURNAL OF POLITICAL SCIENCE*, v. 50, n. 3, p. 530–550, jul. 2006b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2006.00200.x>>.
- ALT, J. E.; LASSEN, D. D.; ROSE, S. The causes of fiscal transparency: Evidence from the US states. *International Monetary Fund Staff Papers*, v. 53, n. Special Issue, p. 30–57, 2006.
- ALT, J. E.; LASSEN, D. D.; WEHNER, J. It Isn't Just about Greece: Domestic Politics, Transparency and Fiscal Gimmickry in Europe. *British Journal of Political Science*, v. 44, n. 4, p. 707–716, 12 out. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0007123414000064>>.
- ALVES, A. D.; YANASSE, H. H.; SOMA, N. Y. An analysis of bibliometric indicators to JCR according to Benford's law. *Scientometrics*, v. 107, n. 3, p. 1489–1499, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11192-016-1908-3>>.
- ANDREULA, N.; CHONG, A. Do good institutions improve fiscal transparency? *ECONOMICS OF GOVERNANCE*, v. 17, n. 3, p. 241–263, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10101-015-0175-8>>.
- ANDREWS, M. *The Limits of Institutional Reform in Development: Changing Rules for Realistic Solutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/CBO9781139060974>>.
- ARAPIS, T.; REITANO, V. Examining the evolution of cross-national fiscal transparency. *American Review of Public Administration*, v. 48, n. 6, p. 550–564, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0275074017706740>>.
- ARBATLI, E.; ESCOLANO, J. Fiscal transparency, fiscal performance and credit ratings. *Fiscal Studies*, v. 36, n. 2, p. 237–270, jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1475-5890.12051>>.
- BAKAR, N. B. A.; SALEH, Z. Review of literature on factors influencing public sector disclosure: The way forward. *Asian Journal of Business and Accounting*, v. 8, n. 2, p. 155–

- 184, 2015. Disponível em: <<https://ajba.um.edu.my/index.php/AJBA/article/view/2717>>.
- BASTIDA, F.; GUILLAMON, M.-D.; BENITO, B. Fiscal transparency and the cost of sovereign debt. *INTERNATIONAL REVIEW OF ADMINISTRATIVE SCIENCES*, v. 83, n. 1, p. 106–128, mar. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020852315574999>>.
- BAUHR, M.; GRIMES, M. Transparency to curb corruption? Concepts, measures and empirical merit. *Crime, Law and Social Change*, v. 68, n. 4, p. 431–458, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10611-017-9695-1>>.
- BELLVER, A.; KAUFMANN, D. “Transparenting transparency”: Initial empirics and policy applications. *World Bank Policy Research Working Paper*. [S.l.: s.n.], 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.2139/ssrn.808664>>.
- BENITO, B.; BASTIDA, F. Budget transparency, fiscal performance, and political turnout: An international approach. *Public Administration Review*, v. 69, n. 3, p. 403–417, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2009.01988.x>>.
- BERLINER, D.; BAGOZZI, B. E.; PALMER-RUBIN, B. What information do citizens want? Evidence from one million information requests in Mexico. *World Development*, v. 109, p. 222–235, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.04.016>>.
- BERRY, F. S.; BERRY, W. D. Innovation and Diffusion Models in Policy Research. In: SABATIER, P. A. (Org.). *Theories of the policy process*. Theoretical Lenses on Public Policy. Boulder: Westview Press, 2007. p. 223–260. Disponível em: <<https://doi.org/10.4324/9780367274689-8>>.
- BESSETTE, J. M. Accountability: Political. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. (Org.). *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. 1. ed. Palo Alto/Berlin: Elsevier, 2001. p. 38–41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/B0-08-043076-7/01091-3>>.
- BIRD, G.; ROWLANDS, D. Exchange Rate Regimes in Developing and Emerging Economies and the Incidence of IMF Programs. *World Development*, v. 37, n. 12, p. 1839–1848, dez. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2009.06.006>>.
- BROCCO, C. *et al.* Transparência da Gestão Pública Municipal: fatores explicativos do nível de transparência dos municípios de médio e grande porte do Rio Grande do Sul. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL*, v. 10, n. 1, p. 139–159, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.21680/2176-9036.2018v10n1ID12040>>.
- BRUNI, A. L. *Estatística Aplicada à Gestão Empresarial*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- BRUSCA, I.; MANES ROSSI, F.; AVERSANO, N. Accountability and transparency to fight against corruption: An international comparative analysis. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, v. 20, n. 5, p. 486–504, 20 out. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13876988.2017.1393951>>.
- BUENO, N. P. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a Nova Economia Institucional. *Economia*, v. 5, n. 2, p. 361–420, 2004.
- BURNS, J.; SCAPENS, R. W. Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. *Management Accounting Research*, v. 11, n. 1, p. 3–25, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1006/mare.1999.0119>>.
- CAAMANO-ALEGRE, J. *et al.* Budget transparency in local governments: An empirical analysis. *LOCAL GOVERNMENT STUDIES*, v. 39, n. 2, p. 182–207, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/03003930.2012.693075>>.
- CABA PÉREZ, M. DEL C.; RODRÍGUEZ BOLÍVAR, M. P.; LÓPEZ HERNÁNDEZ, A. M.

- The determinants of government financial reports online. *Transylvanian Review of Administrative Sciences*, n. 42, p. 5–31, 2014. Disponível em: <<http://rtsa.ro/tras/index.php/tras/article/view/15/13>>.
- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. *Revista de Administração Pública*, v. 39, n. 4, p. 849–874, 2005.
- CAVALCANTE, C. M. *Análise metodológica da economia institucional*. 2007. 102 f. Universidade Federal Fluminense, 2007.
- CHEIBUB, J. A. Presidentialism, electoral identifiability, and budget balances in democratic systems. *The American Political Science Review*, v. 100, n. 3, p. 353–368, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S000305540606223X>>.
- CHEN, C.; NESHKOVA, M. I. The effect of fiscal transparency on corruption: A panel cross-country analysis. *Public Administration*, v. 98, n. 1, p. 226–243, 1 mar. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/padm.12620>>.
- CHORAFAS, D. N. *Public debt dynamics of Europe and the US*. 1. ed. Oxford: Elsevier, 2014.
- CICATIELLO, L. *et al.* Assessing the impact of fiscal transparency on FDI inflows. *Socio-Economic Planning Sciences*, v. article in, p. 100892, jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.seps.2020.100892>>.
- CICATIELLO, L.; DE SIMONE, E.; GAETA, G. L. Political determinants of fiscal transparency: A panel data empirical investigation. *ECONOMICS OF GOVERNANCE*, v. 18, n. 4, p. 315–336, nov. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10101-017-0192-x>>.
- CITRO, F.; CUADRADO-BALLESTEROS, B.; BISOGNO, M. Explaining budget transparency through political factors. *International Review of Administrative Sciences*, p. 002085231984751, 27 jun. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020852319847511>>.
- COASE, R. H. The nature of the firm. *Economica*, v. 4, n. 16, p. 386–405, nov. 1937. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>>.
- COPELOVITCH, M.; GANDRUD, C.; HALLERBERG, M. Financial Data Transparency, International Institutions, and Sovereign Borrowing Costs. *International Studies Quarterly*, v. 62, n. 1, p. 23–41, 1 mar. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/isq/sqx082>>.
- CRUZ, C. F. *et al.* Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 1, p. 153–176, 2012.
- CUCCINIELLO, M.; PORUMBESCU, G. A.; GRIMMELIKHUIJSEN, S. G. 25 years of transparency research: evidence and future directions. *Public Administration Review*, v. 77, n. 1, p. 32–44, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/puar.12685>>.
- CUNHA FILHO, M. C. *A Construção da Transparência Pública no Brasil: Análise da Elaboração e Implementação da Lei de Acesso à Informação no Executivo Federal (2003-2019)*. 2019. 239 f. Universidade de Brasília, 2019.
- DE RENZIO, P.; ANGEMI, D. Comrades or culprits? Donor engagement and budget transparency in aid-dependent countries. *Public Administration and Development*, v. 32, n. 2, p. 167–180, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/pad.1603>>.
- DE RENZIO, P.; MASUD, H. Measuring and Promoting Budget Transparency: The Open Budget Index as a Research and Advocacy Tool. *Governance*, v. 24, n. 3, p. 607–616, jul.

2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2011.01539.x>>.

DE RENZIO, P.; WEHNER, J. The Impacts of Fiscal Openness. *WORLD BANK RESEARCH OBSERVER*, v. 32, n. 2, p. 185–210, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/wbro/lkx004>>.

DE SIMONE, E.; GAETA, G. L.; MOURÃO, P. R. The impact of fiscal transparency on corruption: An empirical analysis based on longitudinal data. *The B.E. Journal of Economic Analysis & Policy*, v. 17, n. 4, 27 nov. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1515/bejeap-2017-0021>>.

DEMIROGLU, T.; KARAGOZ, M. IMF Stabilization Programs and their Effects on the World Economic Crises. *Procedia Economics and Finance*, v. 38, n. October 2015, p. 396–407, 2016. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(16\)30211-8](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(16)30211-8)>.

DOYLE, D. Pressures to Privatize? The IMF, Globalization, and Partisanship in Latin America. *Political Research Quarterly*, v. 65, n. 3, p. 572–585, 14 set. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1065912911411100>>.

EDWARDS, S. The international monetary fund and the developing countries: A critical evaluation. *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, v. 31, n. C, p. 7–68, set. 1989. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/0167-2231\(89\)90003-1](https://doi.org/10.1016/0167-2231(89)90003-1)>.

ELBERRY, N. A.; GOEMINNE, S. Fiscal transparency, fiscal forecasting and budget credibility in developing countries. *Journal of Forecasting*, v. accepted a, p. for.2695, 8 jul. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/for.2695>>.

EPISTEMOLOGY. In: STEUP, Matthias. (E. N. Zalta, Org.) *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter2018. ed. [S.l: s.n.], 2018. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/epistemology/>>.

FAMA, E. F.; JENSEN, M. C. Separation of ownership and control. *The Journal of Law and Economics*, v. 26, n. 2, p. 301–325, jun. 1983. Disponível em: <<https://doi.org/10.1086/467037>>.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F. DE; SAES, M. S. M. *Competitividade: mercado, estado e organizações*. 1. ed. São Paulo: Editora Singular, 1997.

FÁVERO, L. P. L. Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação. *BBR: Brazilian Business Review*, v. 10, n. 1, p. 131–156, 2013.

FREEMAN, C. Research Comparisons: Some limitations of international comparisons of research and development expenditures are considered. *Science*, v. 158, n. 3800, p. 463–468, 27 out. 1967. Disponível em: <<https://doi.org/10.1126/science.158.3800.463>>.

FURUBOTN, E. G.; RICHTER, R. *Institutions and Economic Theory: the contribution of the New Institutional Economics*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.3998/mpub.6715>>.

GARCÍA-TABUYO, M.; SÁEZ-MARTÍN, A.; CABA-PÉREZ, C. Proactive disclosure of public information: legislative choice worldwide. *Online Information Review*, v. 41, n. 3, p. 354–377, 12 jun. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/OIR-02-2016-0054>>.

GARCIA-TABUYO, M.; SÁEZ-MARTÍN, A.; CABA-PEREZ, M. D. C. Mandatory versus voluntary disclosures: Drivers of proactive information provision by local governments in Central America. *INFORMATION DEVELOPMENT*, v. 32, n. 4, p. 1199–1215, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0266666915595260>>.

GELOS, G.; WEI, S.-J. Transparency and International Portfolio Holdings. *The Journal of*

- Finance*, v. LX, n. 6, p. 2987–3020, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.2005.00823.x>>.
- GRIMMELIKHUIJSEN, S. G.; FEENEY, M. K. Developing and Testing an Integrative Framework for Open Government Adoption in Local Governments. *Public Administration Review*, v. 77, n. 4, p. 579–590, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/puar.12689>>.
- GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*. 1. ed. São Paulo: MAKRON Books, 2000.
- HAMEED, F. *Fiscal Transparency and Economic Outcomes*. *IMF Working Papers*. [S.l.: s.n.], 2005. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2005/wp05225.pdf>>.
- HARRISON, T. M.; SAYOGO, D. S. Transparency, participation, and accountability practices in open government: A comparative study. *Government Information Quarterly*, v. 31, n. 4, p. 513–525, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.giq.2014.08.002>>.
- HEALD, D. Fiscal transparency: Concepts, measurement and UK practice. *Public Administration*, v. 81, n. 4, p. 723–759, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.0033-3298.2003.00369.x>>.
- HEALD, D. Varieties of Transparency. In: HOOD, C.; HEALD, D. (Org.). *Transparency: The Key to Better Governance?* [S.l.]: British Academy, 2006. p. 25–43. Disponível em: <<https://doi.org/10.5871/bacad/9780197263839.003.0002>>.
- HEALD, D.; GEORGIU, G. The Macro-Fiscal Role of the UK Whole of Government Account. *Abacus-A Journal of Accounting Finance and Business Studies*, Conference on Abacus Whole of Government Accounting Forum, Univ Sydney, Sydney, AUSTRALIA, DEC 03, 2009, v. 47, n. 4, SI, p. 446–476, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2011.00348.x>>.
- HODGSON, G. M. Institutional economic theory: the old versus the new. *Review of Political Economy*, v. 1, n. 3, p. 249–269, nov. 1989. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09538258900000021>>.
- HOLLYER, J. R.; ROSENDORFF, B. P.; VREELAND, J. R. Democracy and transparency. *Journal of Politics*, v. 73, n. 4, p. 1191–1205, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0022381611000880>>.
- HOOD, C. Transparency in Historical Perspective. In: HOOD, C.; HEALD, D. (Org.). *Transparency: The Key to Better Governance?* 1. ed. New York: British Academy, 2006. p. 3–23. Disponível em: <<https://doi.org/10.5871/bacad/9780197263839.003.0001>>.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Liberia: events of 2007*. Disponível em: <<https://www.hrw.org/world-report/2008/country-chapters/liberia>>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP. *Open Budget Survey 2019*. . Washington, DC: [s.n.], 2020. Disponível em: <https://www.internationalbudget.org/sites/default/files/2020-04/2019_Report_EN.pdf>.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Articles of Agreement*. . Washington: [s.n.], 2020a. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/aa/index.htm>>.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Chad: poverty reduction strategy paper- joint staff advisory note on the 2013 monitoring report of the National Development Plan 2013-15*. . Washington: [s.n.], 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.5089/9781475588859.002>>.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Code of Good Practices on Fiscal Transparency*. . Washington, DC: [s.n.], 1998. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/history/2012/pdf/4d.pdf>>.

- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Code of Good Practices on Fiscal Transparency*. . Washington, DC: [s.n.], 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.5089/9781498333566.007>>.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Fiscal transparency handbook*. 1. ed. Washington, DC: INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2018. Disponível em: <<https://www.elibrary.imf.org/fth>>.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *How does the IMF encourage greater fiscal transparency?* Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/pdf/fiscal.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2018.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *IMF Members' Quotas and Voting Power, and IMF Board of Governors*. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx>>. Acesso em: 13 ago. 2020b.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *The Fiscal Transparency Code*. . Washington, DC: IMF, 2014. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/fad/trans/por/ft-codep.pdf>>.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *The Fiscal Transparency Code*. . Washington, DC: [s.n.], 2019a. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/fad/trans/Code2019.pdf>>.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *The IMF at a Glance*. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/About/Factsheets/IMF-at-a-Glance>>. Acesso em: 14 ago. 2020b.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook: a survey by the staff of the International Monetary Fund*. Washington: IMF, 1996. v. 26. Disponível em: <<https://doi.org/10.5089/9781557756831.083>>.
- IONESCU, A. The functionality of IMF programs in economics. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 116, p. 4135–4139, fev. 2014.
- JESUS, M. A.; JORGE, S. M. F. Governmental budgetary reporting systems in the European Union: is the accounting basis relevant for the deficit reliability? *International Review of Administrative Sciences*, v. 81, n. 1, p. 110–133, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0020852314541565>>.
- JINADU, L. A. Sub-Saharan Africa: The World Bank and the International Monetary Fund. In: NAGAR, D.; MUTASA, C. (Org.). . *Africa and the World*. Cham: Palgrave Macmillan, 2018. p. 475–498. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-62590-4_21>.
- JOHANSSON, P. Debt Relief, Investment and Growth. *World Development*, v. 38, n. 9, p. 1204–1216, set. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2009.11.021>>.
- JOINT EXTERNAL DEBT HUB. *Metadata: Creditor/Market*. Disponível em: <<http://www.jedh.org/metadata-creditormarket8203.html>>.
- KERN, A.; REINSBERG, B.; RAU-GÖHRING, M. IMF conditionality and central bank independence. *European Journal of Political Economy*, v. 59, n. November 2018, p. 212–229, set. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2019.03.002>>.
- KONO, D. Y. Optimal Obfuscation: Democracy and Trade Policy Transparency. *American Political Science Review*, v. 100, n. 3, p. 369–384, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0003055406062241>>.
- KOPITS, G.; CRAIG, J. *Transparency in government operations*. Washington, DC: International Monetary Fund, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.5089/9781557756978.084>>.

LI, L.; SY, M.; MCMURRAY, A. Insights into the IMF bailout debate: A review and research agenda. *Journal of Policy Modeling*, v. 37, n. 6, p. 891–914, nov. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2015.09.007>>.

LIRA, S. A. *Análise de correlação: abordagem teórica e de construção dos coeficientes com aplicações*. 2004. 209 f. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LOMBARDI, D.; WOODS, N. The politics of influence: An analysis of IMF surveillance. *Review of International Political Economy*, v. 15, n. 5, p. 711–739, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09692290802418724>>.

LOURENÇO, R. P. An analysis of open government portals: A perspective of transparency for accountability. *Government Information Quarterly*, v. 32, n. 3, p. 323–332, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.giq.2015.05.006>>.

LYRIO, M. V. L.; LUNKES, R. J.; TALIANI, E. T. C. Thirty years of studies on transparency, accountability, and corruption in the public sector: The state of the art and opportunities for future research. *Public Integrity*, v. 20, n. 5, p. 512–533, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10999922.2017.1416537>>.

MA, L. Diffusion and Assimilation of Government Microblogging: Evidence from Chinese cities. *Public Management Review*, v. 16, n. 2, p. 274–295, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14719037.2012.725763>>.

MADDEN, C. Cross-country comparisons of cultural statistics: Issues and good practice. *Cultural Trends*, v. 14, n. 4, p. 299–316, dez. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/09548960600573559>>.

MÄKI, U. Economics with institutions: Agenda for methodological inquiry. In: MÄKI, U.; GUSTAFSSON, B.; KNUDSEN, C. (Org.). *Rationality, institutions and economic methodology*. 1. ed. London: Routledge, 1993. p. 3–42.

MARTÍ, C.; KASPERSKAYA, Y. Public Financial Management Systems and Countries' Governance: A Cross-Country Study. *Public Administration and Development*, v. 35, n. 3, p. 165–178, ago. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/pad.1711>>.

MCNAB, R. M.; WILSON, S. D. Culture matters: what cultural values influence budget transparency? *APPLIED ECONOMICS*, v. 50, n. 43, p. 4593–4605, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00036846.2018.1458197>>.

MONTES, G. C.; BASTOS, J. C. A.; OLIVEIRA, A. J. DE. Fiscal transparency, government effectiveness and government spending efficiency: Some international evidence based on panel data approach. *Economic Modelling*, v. 79, n. November 2018, p. 211–225, jun. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.econmod.2018.10.013>>.

MONTES, G. C.; LIMA, L. L. DA C. Effects of fiscal transparency on inflation and inflation expectations: Empirical evidence from developed and developing countries. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.qref.2018.06.002>>.

MONTES, G. C.; LUNA, P. H. Fiscal transparency, legal system and perception of the control on corruption: empirical evidence from panel data. *Empirical Economics*, v. article in, n. article in press, 17 mar. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s00181-020-01849-9>>.

MOSCHELLA, M. IMF surveillance in crisis: The past, present and future of the reform process. *Global Society*, v. 26, n. 1, p. 43–60, jan. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13600826.2011.629987>>.

- MUELLER, C. E. Evaluating Freedom of Information Laws: Objectives, Approaches, and Practical Considerations. *International Journal of Public Administration*, v. 42, n. 12, p. 1020–1030, 10 set. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01900692.2019.1575663>>.
- MUKHERJEE, B.; SINGER, D. A. International Institutions and Domestic Compensation: The IMF and the Politics of Capital Account Liberalization. *American Journal of Political Science*, v. 54, n. 1, p. 45–60, jan. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2009.00417.x>>.
- NORTH, D. C. Economic performance through time. *American Economic Review*, v. 84, n. 3, p. 359–368, 1994. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2118057>>.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/CBO9780511808678>>.
- NORTH, D. C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97–112, 1 fev. 1991. Disponível em: <<https://doi.org/10.1257/jep.5.1.97>>.
- OECD. *OECD Best Practices for Budget Transparency. The Organisation for Economic Co-operation and Development*. Paris: [s.n.], 2002. Disponível em: <<https://www.oecd.org/dataoecd/33/13/1905258.pdf>>.
- OLSON, M. *The logic of collective action: Public goods and the theory of groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *FMI: Fundo Monetário Internacional*.
- PASINI, A. K. *Goodwill representado em aquisições, fusões e incorporações de empresas: um estudo sob a perspectiva da teoria institucional*. 2015. 182 f. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2015.
- PIÑA, G.; AVELLANEDA, C. Central government strategies to promote local governments' transparency: Guidance or enforcement? *Public Performance & Management Review*, v. 42, n. 2, p. 357–382, 4 mar. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/15309576.2018.1462215>>.
- PIOTROWSKI, S. J. The “Open Government Reform” movement: the case of the open government partnership and U.S. transparency policies. *American Review of Public Administration*, v. 47, n. 2, p. 155–171, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0275074016676575>>.
- POLO-OTERO, J. Analysis of fiscal transparency determinants for catalan municipalities. *Revista de Economía del Caribe*, v. 8, p. 133–166, 2011. Disponível em: <<http://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/economia/article/view/3261>>.
- PONDÉ, J. L. Instituições e Mudança Institucional: Uma Abordagem Schumpeteriana. *Revista EconomiA*, v. 6, n. 1, p. 119–160, 2005.
- PURON-CID, G. Factors for a successful adoption of budgetary transparency innovations: A questionnaire report of an open government initiative in Mexico. *Government Information Quarterly*, v. 31, n. SUPPL.1, p. S49–S62, jun. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.giq.2014.01.007>>.
- PURON-CID, G.; RODRÍGUEZ BOLÍVAR, M. P. The effects of contextual factors into different features of financial transparency at the municipal level. *Government Information Quarterly*, v. 35, n. 1, p. 135–150, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.giq.2017.10.005>>.

- REDDICK, C. G.; CHATFIELD, A. T.; PURON-CID, G. Online budget transparency innovation in government. 7 jun. 2017, New York: ACM, 7 jun. 2017. p. 232–241.
- RIBEIRO, C. P. DE P.; ZUCCOLOTTO, R. A face oculta do Leviatã: transparência fiscal nos municípios brasileiros e suas determinantes socioeconômicas e fiscais. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 33, n. 1, p. 37–52, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/enfoque.v33i1.19619>>.
- RÍOS, A.-M.; BASTIDA, F.; BENITO, B. Budget Transparency and Legislative Budgetary Oversight: An International Approach. *American Review of Public Administration*, v. 46, n. 5, p. 546–568, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0275074014565020>>.
- RÍOS, A.-M.; BASTIDA, F.; BENITO, B. Risks and Benefits of Legislative Budgetary Oversight. *ADMINISTRATION & SOCIETY*, v. 50, n. 6, p. 856–883, jul. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0095399715602733>>.
- RÍOS, A.-M.; BENITO, B.; BASTIDA, F. Determinants of Central Government Budget Disclosure: An International Comparative Analysis. *JOURNAL OF COMPARATIVE POLICY ANALYSIS*, v. 15, n. 3, p. 235–254, jun. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13876988.2013.798449>>.
- RÍOS, A.-M.; BENITO, B.; BASTIDA, F. Factors Explaining Public Participation in the Central Government Budget Process. *AUSTRALIAN JOURNAL OF PUBLIC ADMINISTRATION*, v. 76, n. 1, p. 48–64, mar. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/1467-8500.12197>>.
- ROBERTS, A. *Blacked out: government secrecy in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/CBO9781139165518>>.
- RODRÍGUEZ BOLÍVAR, M. P.; ALCAIDE MUÑOZ, L.; LÓPEZ HERNÁNDEZ, A. M. Determinants of financial transparency in government. *International Public Management Journal*, v. 16, n. 4, p. 557–602, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10967494.2013.849169>>.
- RODRÍGUEZ BOLÍVAR, M. P.; CABA PÉREZ, M. DEL C.; LÓPEZ HERNÁNDEZ, A. M. Online budget transparency in OECD member countries and administrative culture. *Administration & Society*, v. 47, n. 8, p. 943–982, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0095399713509238>>.
- RODRÍGUEZ BOLÍVAR, M. P.; NAVARRO GALERA, A.; ALCAIDE MUÑOZ, L. Governance, transparency and accountability: an international comparison. *Journal of Policy Modeling*, v. 37, n. 1, p. 136–174, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2015.01.010>>.
- ROMERO-BARRUTIETA, A. L.; BULÍŘ, A.; RODRÍGUEZ-DELGADO, J. D. The dynamic implications of debt relief for low-income countries. *Review of Development Finance*, v. 5, n. 1, p. 1–12, jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.rdf.2014.07.003>>.
- SÁEZ-MARTÍN, A.; LÓPEZ-HERNANDEZ, A. M.; CABA-PÉREZ, C. Access to public information: a scientometric study of legal versus voluntary transparency in the public sector. *Scientometrics*, v. 113, n. 3, p. 1697–1720, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11192-017-2541-5>>.
- SÁEZ-MARTÍN, A.; ROSARIO, A. H. DE; CABA PÉREZ, M. D. C. An International Analysis of the Quality of Open Government Data Portals. *Social Science Computer Review*,

- v. 34, n. 3, p. 298–311, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0894439315585734>>.
- SCHNELL, S.; JO, S. Which countries have more open governments? Assessing structural determinants of openness. *American Review of Public Administration*, v. 49, n. 8, p. 944–956, 18 nov. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0275074019854445>>.
- SCOTT, W. R. *Institutions and organizations: ideas, interests and identities*. 4. ed. [S.l.]: SAGE PUBLICATIONS INC, 2014.
- SEIFERT, J.; CARLITZ, R.; MONDO, E. The Open Budget Index (OBI) as a comparative statistical tool. *Journal of Comparative Policy Analysis*, v. 15, n. 1, p. 87–101, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13876988.2012.748586>>.
- SHANDRA, J. M.; SHIRCLIFF, E.; LONDON, B. The International Monetary Fund, World Bank, and structural adjustment: A cross-national analysis of forest loss. *Social Science Research*, v. 40, n. 1, p. 210–225, jan. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2010.08.004>>.
- SIAU, K.; LONG, Y. Factors Impacting E-Government Development. *Journal of Computer Information Systems*, v. 50, n. 1, p. 98–107, 2009.
- SILVA, C. L. M. DA; GONÇALVES, S. A. Nota técnica: a teoria institucional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). *Handbook de estudos organizacionais, modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2006. p. 218–225.
- STYLES, A. K.; TENNYSON, M. The Accessibility of Financial Reporting of U.S. Municipalities on the Internet. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, v. 19, n. 1, p. 56–92, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/JPBAFM-19-01-2007-B003>>.
- TAVARES, M. *Estatística Aplicada à Administração*. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.
- THACKER, S. C. The High Politics of IMF Lending. *World Politics*, v. 52, n. 1, p. 38–75, 13 out. 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/S0043887100020025>>.
- THE ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. *Democracy Index 2019*. [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <http://www.eiu.com/public/thankyou_download.aspx?activity=download&campaignid=democracyindex2019>.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *Corruption Perceptions Index*. Disponível em: <<https://www.transparency.org/en/cpi>>.
- TRIOLA, M. F. *Introdução à Estatística*. 10. ed. Rio de Janeiro-RJ: LTC, 2008.
- UNITED NATIONS. *World economic situation and prospects*. New York: United Nations, 2019. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/WESP2019_BOOK-web.pdf>.
- VEBLÉN, T. Why is Economics not an Evolutionary Science? *The Quarterly Journal of Economics*, v. 12, n. 4, p. 373–397, 1898. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/1882952>>.
- VEIGA, F. J.; VEIGA, L. G.; MOROZUMI, A. Political budget cycles and media freedom. *Electoral Studies*, v. 45, p. 88–99, fev. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.electstud.2016.11.008>>.
- VOLPATO, G. L. *Ciência: da filosofia a publicação*. 6. ed. São Paulo-SP: Cultura Acadêmica, 2013.
- WANG, R.; IRWIN, T.; MURARA, L. *Trends in fiscal transparency: evidence from a new*

database of the coverage of fiscal reporting. IMF Working Paper, nº 15/188. Washington, DC: [s.n.], 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.5089/9781513523965.001>>.

WANG, X. Assessing administrative accountability: Results from a national survey. *American Review of Public Administration*, v. 32, n. 3, p. 350–370, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0275074002032003005>>.

WEHNER, J.; DE RENZIO, P. Citizens, legislators, and executive disclosure: The political determinants of fiscal transparency. *World Development*, v. 41, n. 1, p. 96–108, jan. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.06.005>>.

WILLIAMS, A. A global index of information transparency and accountability. *Journal of Comparative Economics*, v. 43, n. 3, p. 804–824, ago. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jce.2014.10.004>>.

WILLIAMSON, O. E. Markets and hierarchies: Some elementary considerations. *American Economic Review*, v. 63, n. 2, p. 316–325, 1973.

WILLIAMSON, O. E. *The economic institutions of capitalism*. New York: Free Press, 1985.

WILLIAMSON, O. E. *The mechanism of governance*. New York: Oxford University Press, 1996. Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/2118057>>.

WILLIAMSON, O. E. Transaction Cost Economics and Organization Theory. *Industrial and Corporate Change*, v. 2, n. 2, p. 107–156, 1993. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/icc/2.2.107>>.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introductory Econometrics: a modern approach*. 5. ed. [S.l.]: Cengage Learning, 2013.

YANG, T. M.; LO, J.; SHIANG, J. To open or not to open? Determinants of open government data. *Journal of Information Science*, v. 41, n. 5, p. 596–612, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0165551515586715>>.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. A Efetividade dos Institutos Supremos de Auditoria e dos Legislativos na Transparência Fiscal. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 8, n. 22, p. 26, 2014a. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/rco.v8i22.55608>>.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. Budget transparency: Reasons of mismatch between the Brazilian states. *Organizações & Sociedade*, v. 24, n. 82, p. 390–411, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1984-9240822>>.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. Budgetary transparency and democracy: The effectiveness of control institutions. *International Business Research*, v. 7, n. 6, p. 83–96, 2014b. Disponível em: <<https://doi.org/10.5539/ibr.v7n6p83>>.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. The causes of fiscal transparency: Evidence in the Brazilian states. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 25, n. 66, p. 242–254, 2014c. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1808-057x201410820>>.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 12, n. 25, p. 137, 28 maio 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p137>>.

APÊNDICE A – BASE DE DADOS

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep fmi	ln pop	d desenv	pib pc	d sistgov	democ	corrup
1	AF	Afghanistan	Sul da Ásia	2008	8	0,7875	17,1377	0	412,01	0	3,02	15
2	AF	Afghanistan	Sul da Ásia	2010	21	0,7318	17,1892	0	543,30	0	2,48	14
3	AF	Afghanistan	Sul da Ásia	2012	59	0,8295	17,2547	0	576,19	0	2,48	8
4	AF	Afghanistan	Sul da Ásia	2015	42	0,4299	17,3540	0	574,18	0	2,77	11
5	AF	Afghanistan	Sul da Ásia	2017	49	0,3069	17,4072	0	571,54	0	2,55	15
6	AF	Afghanistan	Sul da Ásia	2019	50	0,2859	17,4542	0	571,47	0	2,85	16
7	AL	Albania	Leste Europeu	2006	25	0,9478	14,9116	1	3263,90	1	5,91	26
8	AL	Albania	Leste Europeu	2008	37	0,7232	14,8964	1	3775,58	1	5,91	34
9	AL	Albania	Leste Europeu	2010	33	0,4849	14,8847	1	4094,35	1	5,86	33
10	AL	Albania	Leste Europeu	2012	47	0,2874	14,8804	1	4276,61	1	5,67	33
11	AL	Albania	Leste Europeu	2015	38	1,3751	14,8735	1	4524,37	1	5,91	36
12	AL	Albania	Leste Europeu	2017	50	3,0236	14,8710	1	4864,31	1	5,98	38
13	AL	Albania	Leste Europeu	2019	55	2,5791	14,8643	1	5209,36	1	5,89	35
14	DZ	Algeria	Centro-Leste e Norte da África	2006	28	0,0000	17,3313	0	4299,75	0	3,17	31
15	DZ	Algeria	Centro-Leste e Norte da África	2008	2	0,0000	17,3631	0	4409,81	0	3,32	32
16	DZ	Algeria	Centro-Leste e Norte da África	2010	1	0,0000	17,3984	0	4480,80	0	3,44	29
17	DZ	Algeria	Centro-Leste e Norte da África	2012	13	0,0000	17,4368	0	4588,15	0	3,83	34
18	DZ	Algeria	Centro-Leste e Norte da África	2015	19	0,0000	17,4976	0	4777,43	0	3,95	36
19	DZ	Algeria	Centro-Leste e Norte da África	2017	3	0,0000	17,5385	0	4793,95	0	3,56	33
20	DZ	Algeria	Centro-Leste e Norte da África	2019	2	0,0000	17,5779	0	4710,58	0	4,01	35
21	AO	Angola	África Subsaariana	2006	5	0,0000	16,8187	0	3102,65	0	2,41	22
22	AO	Angola	África Subsaariana	2008	4	0,0000	16,8926	0	3652,15	0	3,35	19
23	AO	Angola	África Subsaariana	2010	26	1,0523	16,9664	0	3587,88	0	3,32	19
24	AO	Angola	África Subsaariana	2012	28	1,4026	17,0387	0	3748,45	0	3,35	22
25	AO	Angola	África Subsaariana	2015	26	0,1471	17,1436	0	3748,32	0	3,35	15
26	AO	Angola	África Subsaariana	2017	25	0,0000	17,2106	0	3409,93	0	3,62	19
27	AO	Angola	África Subsaariana	2019	36	1,5023	17,2758	0	3103,50	0	3,72	26
28	AR	Argentina	América Latina e Caribe	2006	40	0,0000	17,4865	0	9174,50	0	6,63	29
29	AR	Argentina	América Latina e Caribe	2008	56	0,0000	17,5064	0	10201,48	0	6,63	29
30	AR	Argentina	América Latina e Caribe	2010	56	0,0000	17,5239	0	10385,96	0	6,84	29
31	AR	Argentina	América Latina e Caribe	2012	50	0,0000	17,5468	0	10649,84	0	6,84	35
32	AR	Argentina	América Latina e Caribe	2015	59	0,0000	17,5798	0	10568,16	0	7,02	32
33	AR	Argentina	América Latina e Caribe	2017	50	0,0000	17,6007	0	10404,26	0	6,96	39
34	AR	Argentina	América Latina e Caribe	2019	58	10,0937	17,6208	0	9729,14	0	7,02	45
35	AU	Australia	Leste da Ásia e Pacífico	2017	74	0,0000	17,0183	1	56095,19	1	9,09	77
36	AU	Australia	Leste da Ásia e Pacífico	2019	79	0,0000	17,0489	1	57071,17	1	9,09	77
37	AZ	Azerbaijan	Ásia Central	2006	30	0,4035	15,9538	1	3921,03	0	3,31	24
38	AZ	Azerbaijan	Ásia Central	2008	37	0,1717	15,9861	1	5267,37	0	3,19	19
39	AZ	Azerbaijan	Ásia Central	2010	43	0,0866	16,0188	1	5842,81	0	3,15	24

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
40	AZ	Azerbaijan	Ásia Central	2012	42	0,0297	16,0451	1	5724,92	0	3,15	27
41	AZ	Azerbaijan	Ásia Central	2015	51	0,0000	16,0824	1	6063,72	0	2,71	29
42	AZ	Azerbaijan	Ásia Central	2017	34	0,0000	16,1034	1	5764,69	0	2,65	31
43	AZ	Azerbaijan	Ásia Central	2019	35	0,0000	16,1204	1	5879,99	0	2,75	30
44	BD	Bangladesh	Sul da Ásia	2006	39	0,5202	18,7637	0	649,93	1	6,11	20
45	BD	Bangladesh	Sul da Ásia	2008	42	0,6595	18,7874	0	720,36	1	5,52	21
46	BD	Bangladesh	Sul da Ásia	2010	48	0,5351	18,8098	0	781,15	1	5,87	24
47	BD	Bangladesh	Sul da Ásia	2012	58	0,3277	18,8328	0	865,75	1	5,86	26
48	BD	Bangladesh	Sul da Ásia	2015	56	0,5781	18,8670	0	1002,39	1	5,73	25
49	BD	Bangladesh	Sul da Ásia	2017	41	0,4991	18,8886	0	1127,27	1	5,43	28
50	BD	Bangladesh	Sul da Ásia	2019	36	0,3372	18,9095	0	1287,82	1	5,88	26
51	BJ	Benin	África Subsaariana	2012	1	1,1532	16,0906	0	1057,67	0	6	36
52	BJ	Benin	África Subsaariana	2015	45	1,0080	16,1741	0	1129,00	0	5,72	37
53	BJ	Benin	África Subsaariana	2017	39	1,0900	16,2292	0	1166,76	0	5,61	39
54	BJ	Benin	África Subsaariana	2019	49	1,2436	16,2837	0	1259,81	0	5,09	41
55	BO	Bolivia	América Latina e Caribe	2006	21	0,0883	16,0557	0	1750,80	0	5,98	27
56	BO	Bolivia	América Latina e Caribe	2008	7	0,0000	16,0898	0	1878,11	0	6,15	30
57	BO	Bolivia	América Latina e Caribe	2010	13	0,0000	16,1229	0	1955,46	0	5,92	28
58	BO	Bolivia	América Latina e Caribe	2012	12	0,0000	16,1552	0	2094,02	0	5,84	34
59	BO	Bolivia	América Latina e Caribe	2015	17	0,0000	16,2015	0	2361,06	0	5,75	34
60	BO	Bolivia	América Latina e Caribe	2017	10	0,0000	16,2308	0	2490,96	0	5,49	33
61	BO	Bolivia	América Latina e Caribe	2019	12	0,0000	16,2590	0	2579,90	0	4,84	31
62	BA	Bosnia and Herzegovina	Leste Europeu	2008	44	0,0000	15,1384	1	4680,99	1	5,7	32
63	BA	Bosnia and Herzegovina	Leste Europeu	2010	44	3,0322	15,1253	1	4635,52	1	5,32	32
64	BA	Bosnia and Herzegovina	Leste Europeu	2012	50	3,7221	15,0978	1	4774,39	1	5,11	42
65	BA	Bosnia and Herzegovina	Leste Europeu	2015	43	3,1414	15,0479	1	5356,30	1	4,83	38
66	BA	Bosnia and Herzegovina	Leste Europeu	2017	35	1,8748	15,0249	1	5772,85	1	4,87	38
67	BA	Bosnia and Herzegovina	Leste Europeu	2019	33	0,8520	15,0097	1	6236,03	1	4,86	36
68	BW	Botswana	África Subsaariana	2006	65	0,0000	14,4230	0	6038,79	1	7,6	56
69	BW	Botswana	África Subsaariana	2008	62	0,0000	14,4656	0	6657,83	1	7,47	58
70	BW	Botswana	África Subsaariana	2010	51	0,0000	14,5022	0	6434,82	1	7,63	58
71	BW	Botswana	África Subsaariana	2012	50	0,0000	14,5282	0	6944,81	1	7,85	65
72	BW	Botswana	África Subsaariana	2015	47	0,0000	14,5673	0	7613,70	1	7,87	63
73	BW	Botswana	África Subsaariana	2017	8	0,0000	14,6063	0	7859,17	1	7,81	61
74	BW	Botswana	África Subsaariana	2019	38	0,0000	14,6500	0	8092,97	1	7,81	61
75	BR	Brazil	América Latina e Caribe	2006	74	0,0000	19,0528	0	9805,72	0	7,38	33
76	BR	Brazil	América Latina e Caribe	2008	74	0,0000	19,0732	0	10710,87	0	7,38	35

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
77	BR	Brazil	América Latina e Caribe	2010	71	0,0000	19,0922	0	11286,24	0	7,12	37
78	BR	Brazil	América Latina e Caribe	2012	73	0,0000	19,1103	0	11745,78	0	7,12	43
79	BR	Brazil	América Latina e Caribe	2015	77	0,0000	19,1359	0	11431,15	0	6,96	38
80	BR	Brazil	América Latina e Caribe	2017	77	0,0000	19,1522	0	11021,72	0	6,86	37
81	BR	Brazil	América Latina e Caribe	2019	81	0,0000	19,1676	0	11121,74	0	6,86	35
82	BG	Bulgaria	Leste Europeu	2006	47	0,7433	15,8438	1	6034,82	1	7,1	40
83	BG	Bulgaria	Leste Europeu	2008	57	0,0000	15,8294	1	6920,62	1	7,02	36
84	BG	Bulgaria	Leste Europeu	2010	56	0,0000	15,8164	1	6809,90	1	6,84	36
85	BG	Bulgaria	Leste Europeu	2012	65	0,0000	15,8042	1	7081,03	1	6,72	41
86	BG	Bulgaria	Leste Europeu	2015	65	0,0000	15,7865	1	7661,06	1	7,14	41
87	BG	Bulgaria	Leste Europeu	2017	66	0,0000	15,7722	1	8350,66	1	7,03	43
88	BG	Bulgaria	Leste Europeu	2019	71	0,0000	15,7580	1	9026,25	1	7,03	43
89	BF	Burkina Faso	África Subsaariana	2006	11	0,4250	16,4423	0	594,38	0	3,72	32
90	BF	Burkina Faso	África Subsaariana	2008	14	0,5998	16,5027	0	616,35	0	3,6	35
91	BF	Burkina Faso	África Subsaariana	2010	5	1,2734	16,5631	0	647,84	0	3,59	31
92	BF	Burkina Faso	África Subsaariana	2012	23	1,8539	16,6232	0	692,45	0	3,52	38
93	BF	Burkina Faso	África Subsaariana	2015	43	1,5438	16,7120	0	726,65	0	4,7	38
94	BF	Burkina Faso	África Subsaariana	2017	24	1,3650	16,7701	0	771,25	0	4,75	42
95	BF	Burkina Faso	África Subsaariana	2019	31	1,3764	16,8272	0	822,38	0	4,04	40
96	BI	Burundi	África Subsaariana	2017	7	3,5759	16,1976	0	214,14	0	2,33	22
97	BI	Burundi	África Subsaariana	2019	6	1,9596	16,2605	0	208,07	0	2,15	19
98	KH	Cambodia	Leste da Ásia e Pacífico	2008	11	0,0000	16,4462	0	763,51	1	4,87	18
99	KH	Cambodia	Leste da Ásia e Pacífico	2010	15	0,0000	16,4766	0	785,50	1	4,87	21
100	KH	Cambodia	Leste da Ásia e Pacífico	2012	15	0,0000	16,5088	0	873,95	1	4,96	22
101	KH	Cambodia	Leste da Ásia e Pacífico	2015	8	0,0000	16,5577	0	1024,62	1	4,27	21
102	KH	Cambodia	Leste da Ásia e Pacífico	2017	20	0,0000	16,5887	0	1135,84	1	3,63	21
103	KH	Cambodia	Leste da Ásia e Pacífico	2019	32	0,0000	16,6181	0	1268,97	1	3,53	20
104	CM	Cameroon	África Subsaariana	2006	29	0,0350	16,7182	0	1251,46	0	3,27	23
105	CM	Cameroon	África Subsaariana	2008	5	0,0989	16,7732	0	1286,00	0	3,46	23
106	CM	Cameroon	África Subsaariana	2010	2	0,6557	16,8282	0	1286,52	0	3,41	22
107	CM	Cameroon	África Subsaariana	2012	10	0,5882	16,8829	0	1325,93	0	3,44	26
108	CM	Cameroon	África Subsaariana	2015	44	0,3338	16,9639	0	1441,78	0	3,66	27
109	CM	Cameroon	África Subsaariana	2017	7	0,9614	17,0169	0	1481,73	0	3,61	25
110	CM	Cameroon	África Subsaariana	2019	28	1,3077	17,0688	0	1522,65	0	2,85	25
111	CA	Canada	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2017	71	0,0000	17,4140	1	51170,48	1	9,15	82

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
112	CA	Canada	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2019	71	0,0000	17,4422	1	51588,76	1	9,22	77
113	TD	Chad	África Subsaariana	2006	5	0,7984	16,1628	0	810,04	0	1,65	20
114	TD	Chad	África Subsaariana	2008	8	0,4515	16,2300	0	806,08	0	1,52	16
115	TD	Chad	África Subsaariana	2010	0	0,1574	16,2964	0	892,57	0	1,52	17
116	TD	Chad	África Subsaariana	2012	3	0,0415	16,3638	0	909,31	0	1,62	19
117	TD	Chad	África Subsaariana	2015	4	0,4664	16,4625	0	956,66	0	1,5	22
118	TD	Chad	África Subsaariana	2017	2	1,4488	16,5247	0	817,53	0	1,5	20
119	TD	Chad	África Subsaariana	2019	14	3,0491	16,5848	0	813,72	0	1,61	20
120	CL	Chile	América Latina e Caribe	2010	72	0,0000	16,6524	0	12808,03	0	7,67	72
121	CL	Chile	América Latina e Caribe	2012	66	0,0000	16,6720	0	14035,68	0	7,54	72
122	CL	Chile	América Latina e Caribe	2015	58	0,0000	16,7042	0	14722,37	0	7,84	70
123	CL	Chile	América Latina e Caribe	2017	57	0,0000	16,7317	0	14741,19	0	7,84	67
124	CL	Chile	América Latina e Caribe	2019	55	0,0000	16,7574	0	15091,45	0	8,08	67
125	CN	China	Leste da Ásia e Pacífico	2008	14	0,0000	21,0044	0	3796,63	1	3,04	36
126	CN	China	Leste da Ásia e Pacífico	2010	13	0,0000	21,0142	0	4550,45	1	3,14	35
127	CN	China	Leste da Ásia e Pacífico	2012	11	0,0000	21,0239	0	5325,16	1	3	39
128	CN	China	Leste da Ásia e Pacífico	2015	14	0,0000	21,0390	0	6500,28	1	3,14	37
129	CN	China	Leste da Ásia e Pacífico	2017	13	0,0000	21,0500	0	7346,61	1	3,1	41
130	CN	China	Leste da Ásia e Pacífico	2019	19	0,0000	21,0581	0	8254,30	1	2,26	41
131	CO	Colombia	América Latina e Caribe	2006	57	0,0000	17,5814	0	5693,26	0	6,4	39
132	CO	Colombia	América Latina e Caribe	2008	61	0,0000	17,6055	0	6126,93	0	6,54	38
133	CO	Colombia	América Latina e Caribe	2010	61	0,0000	17,6271	0	6336,71	0	6,55	35
134	CO	Colombia	América Latina e Caribe	2012	58	0,0000	17,6458	0	6911,59	0	6,63	36
135	CO	Colombia	América Latina e Caribe	2015	57	0,0000	17,6767	0	7580,28	0	6,62	37
136	CO	Colombia	América Latina e Caribe	2017	50	0,0000	17,7053	0	7622,28	0	6,67	37
137	CO	Colombia	América Latina e Caribe	2019	47	0,0000	17,7343	0	7842,92	0	7,13	37
138	KM	Comoros	África Subsaariana	2017	8	1,2351	13,6096	0	1386,92	0	3,71	27
139	KM	Comoros	África Subsaariana	2019	0	1,5830	13,6540	0	1409,39	0	3,15	25
140	CD	Congo, The Democratic Republic of the	África Subsaariana	2008	1	3,3424	17,9167	0	324,04	0	2,28	17
141	CD	Congo, The Democratic Republic of the	África Subsaariana	2010	6	1,4983	17,9832	0	334,02	0	2,15	20

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
142	CD	Congo, The Democratic Republic of the	África Subsaariana	2012	18	1,9229	18,0499	0	357,60	0	1,92	21
143	CD	Congo, The Democratic Republic of the	África Subsaariana	2015	39	1,2441	18,1495	0	411,02	0	2,11	22
144	CD	Congo, The Democratic Republic of the	África Subsaariana	2017	29	0,6792	18,2149	0	408,92	0	1,61	21
145	CD	Congo, The Democratic Republic of the	África Subsaariana	2019	33	1,1512	18,2790	0	423,64	0	1,13	18
146	CR	Costa Rica	América Latina e Caribe	2006	45	0,0000	15,2846	0	7289,90	0	8,04	41
147	CR	Costa Rica	América Latina e Caribe	2008	45	0,0000	15,3114	0	8034,33	0	8,04	51
148	CR	Costa Rica	América Latina e Caribe	2010	47	0,0000	15,3366	0	8141,91	0	8,04	53
149	CR	Costa Rica	América Latina e Caribe	2012	50	0,0000	15,3605	0	8689,97	0	8,1	54
150	CR	Costa Rica	América Latina e Caribe	2015	54	0,0000	15,3940	0	9219,39	0	7,96	55
151	CR	Costa Rica	América Latina e Caribe	2017	56	0,0000	15,4149	0	9775,85	0	7,88	59
152	CR	Costa Rica	América Latina e Caribe	2019	57	0,0000	15,4344	0	10046,95	0	8,13	56
153	CI	Côte d'Ivoire	África Subsaariana	2017	24	3,3108	17,0116	0	1600,77	0	3,93	36
154	CI	Côte d'Ivoire	África Subsaariana	2019	34	3,3265	17,0626	0	1735,80	0	4,05	35
155	HR	Croatia	Leste Europeu	2006	42	0,0000	15,2767	1	14192,08	1	7,04	34
156	HR	Croatia	Leste Europeu	2008	59	0,0000	15,2764	1	15207,51	1	7,04	44
157	HR	Croatia	Leste Europeu	2010	57	0,0000	15,2731	1	13923,63	1	6,81	41
158	HR	Croatia	Leste Europeu	2012	61	0,0000	15,2666	1	13658,52	1	6,93	46
159	HR	Croatia	Leste Europeu	2015	53	0,0000	15,2515	1	14111,66	1	6,93	51
160	HR	Croatia	Leste Europeu	2017	57	0,0000	15,2325	1	15350,44	1	6,63	49
161	HR	Croatia	Leste Europeu	2019	68	0,0000	15,2185	1	16454,45	1	6,57	47
162	CZ	Czech Republic	Leste Europeu	2006	61	0,0000	16,1417	1	19193,75	1	8,17	48
163	CZ	Czech Republic	Leste Europeu	2008	62	0,0000	16,1558	1	20520,78	1	8,19	52
164	CZ	Czech Republic	Leste Europeu	2010	62	0,0000	16,1644	1	19808,07	1	8,19	46
165	CZ	Czech Republic	Leste Europeu	2012	75	0,0000	16,1679	1	19929,76	1	8,19	49
166	CZ	Czech Republic	Leste Europeu	2015	69	0,0000	16,1713	1	21381,70	1	7,94	56
167	CZ	Czech Republic	Leste Europeu	2017	61	0,0000	16,1758	1	22754,75	1	7,62	57
168	CZ	Czech Republic	Leste Europeu	2019	59	0,0000	16,1829	1	23833,52	1	7,69	56
169	DO	Dominican Republic	América Latina e Caribe	2008	12	0,9995	16,0624	0	5207,00	0	6,2	30
170	DO	Dominican Republic	América Latina e Caribe	2010	14	2,1155	16,0871	0	5555,39	0	6,2	30
171	DO	Dominican Republic	América Latina e Caribe	2012	29	2,0897	16,1112	0	5745,42	0	6,49	32
172	DO	Dominican Republic	América Latina e Caribe	2015	51	0,1661	16,1459	0	6661,87	0	6,67	33

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
173	DO	Dominican Republic	América Latina e Caribe	2017	66	0,0000	16,1681	0	7273,35	0	6,66	29
174	DO	Dominican Republic	América Latina e Caribe	2019	75	0,0000	16,1894	0	8005,11	0	6,54	28
175	EC	Ecuador	América Latina e Caribe	2006	32	0,0370	16,4588	0	4372,09	0	5,64	23
176	EC	Ecuador	América Latina e Caribe	2008	39	0,0000	16,4921	0	4596,15	0	5,64	20
177	EC	Ecuador	América Latina e Caribe	2010	31	0,0000	16,5243	0	4633,59	0	5,77	25
178	EC	Ecuador	América Latina e Caribe	2012	31	0,0000	16,5547	0	5122,18	0	5,78	32
179	EC	Ecuador	América Latina e Caribe	2015	50	0,0000	16,6013	0	5330,54	0	5,87	32
180	EC	Ecuador	América Latina e Caribe	2017	49	0,4264	16,6360	0	5205,76	0	6,02	32
181	EC	Ecuador	América Latina e Caribe	2019	38	1,9372	16,6705	0	5097,07	0	6,33	38
182	EG	Egypt	Centro-Leste e Norte da África	2006	19	0,0000	18,1577	0	2254,51	0	3,9	33
183	EG	Egypt	Centro-Leste e Norte da África	2008	43	0,0000	18,1930	0	2497,34	0	3,89	28
184	EG	Egypt	Centro-Leste e Norte da África	2010	49	0,0000	18,2315	0	2644,82	0	3,07	31
185	EG	Egypt	Centro-Leste e Norte da África	2012	13	0,0000	18,2748	0	2634,85	0	4,56	32
186	EG	Egypt	Centro-Leste e Norte da África	2015	16	0,0000	18,3421	0	2703,74	0	3,18	36
187	EG	Egypt	Centro-Leste e Norte da África	2017	41	2,2529	18,3845	0	2817,32	0	3,36	32
188	EG	Egypt	Centro-Leste e Norte da África	2019	43	3,9356	18,4246	0	3008,84	0	3,06	35
189	SV	El Salvador	América Latina e Caribe	2006	28	0,0000	15,6204	0	2905,16	0	6,22	40
190	SV	El Salvador	América Latina e Caribe	2008	37	0,0000	15,6290	0	3009,37	0	6,4	39
191	SV	El Salvador	América Latina e Caribe	2010	37	0,0000	15,6375	0	2983,24	0	6,47	36
192	SV	El Salvador	América Latina e Caribe	2012	43	0,0000	15,6462	0	3156,72	0	6,47	38
193	SV	El Salvador	América Latina e Caribe	2015	53	0,0000	15,6600	0	3314,74	0	6,64	39
194	SV	El Salvador	América Latina e Caribe	2017	45	0,0000	15,6700	0	3441,36	0	6,43	33
195	SV	El Salvador	América Latina e Caribe	2019	46	0,0000	15,6801	0	3572,40	0	6,15	34
196	GQ	Equatorial Guinea	África Subsaariana	2008	0	0,0000	13,6657	0	20532,95	0	2,19	17
197	GQ	Equatorial Guinea	África Subsaariana	2010	0	0,0000	13,7575	0	17288,86	0	1,84	19
198	GQ	Equatorial Guinea	África Subsaariana	2012	0	0,0000	13,8462	0	18254,10	0	1,83	20
199	GQ	Equatorial Guinea	África Subsaariana	2015	4	0,0000	13,9713	0	14093,81	0	1,77	
200	GQ	Equatorial Guinea	África Subsaariana	2017	0	0,0000	14,0482	0	11225,37	0	1,81	17
201	GQ	Equatorial Guinea	África Subsaariana	2019	5	0,3233	14,1200	0	9237,72	0	1,92	16
202	SZ	Eswatini	África Subsaariana	2017	3	0,0000	13,9331	0	4711,69	0	3,03	
203	SZ	Eswatini	África Subsaariana	2019	31	0,0000	13,9536	0	4819,42	0	3,14	34
204	FJ	Fiji	Leste da Ásia e Pacífico	2008	13	0,0000	13,6475	0	3659,09	1	5,11	

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
205	FJ	Fiji	Leste da Ásia e Pacífico	2010	0	0,0000	13,6645	0	3652,53	1	3,62	
206	FJ	Fiji	Leste da Ásia e Pacífico	2012	6	0,0000	13,6706	0	3781,18	1	3,67	
207	FJ	Fiji	Leste da Ásia e Pacífico	2015	15	0,0000	13,6747	0	4359,22	1	5,69	
208	FJ	Fiji	Leste da Ásia e Pacífico	2017	41	0,0000	13,6848	0	4663,66	1	5,85	
209	FJ	Fiji	Leste da Ásia e Pacífico	2019	39	0,0000	13,6989	0	4810,95	1	5,85	
210	FR	France	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2006	89	0,0000	17,9685	1	40850,36	1	8,07	74
211	FR	France	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2008	87	0,0000	17,9802	1	41456,48	1	8,07	69
212	FR	France	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2010	87	0,0000	17,9903	1	40638,33	1	7,77	68
213	FR	France	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2012	83	0,0000	18,0000	1	41258,27	1	7,88	71
214	FR	France	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2015	76	0,0000	18,0134	1	41793,54	1	7,92	70
215	FR	France	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2017	74	0,0000	18,0182	1	43015,21	1	7,8	70
216	FR	France	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2019	74	0,0000	18,0211	1	44317,39	1	8,12	69
217	GM	Gambia	África Subsaariana	2019	4	1,8987	14,6689	0	809,36	0	4,33	37
218	GE	Georgia	Ásia Central	2006	34	2,2786	15,1714	1	2673,15	0	4,9	28
219	GE	Georgia	Ásia Central	2008	53	3,8476	15,1632	1	3107,73	0	4,62	39
220	GE	Georgia	Ásia Central	2010	55	8,5797	15,1470	1	3233,30	0	4,59	38
221	GE	Georgia	Ásia Central	2012	55	5,3192	15,1316	1	3751,00	0	5,53	52
222	GE	Georgia	Ásia Central	2015	66	0,8353	15,1307	1	4185,81	0	5,88	52
223	GE	Georgia	Ásia Central	2017	82	1,1428	15,1314	1	4512,76	0	5,93	56
224	GE	Georgia	Ásia Central	2019	81	1,3419	15,1293	1	4985,82	0	5,42	56
225	DE	Germany	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2008	64	0,0000	18,2236	1	42102,85	1	8,82	79
226	DE	Germany	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2010	68	0,0000	18,2195	1	41531,93	1	8,38	79
227	DE	Germany	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2012	71	0,0000	18,2028	1	44070,92	1	8,34	79
228	DE	Germany	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2015	71	0,0000	18,2184	1	45321,40	1	8,64	81
229	DE	Germany	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2017	69	0,0000	18,2302	1	46916,82	1	8,61	81
230	DE	Germany	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2019	69	0,0000	18,2359	1	47628,03	1	8,68	80
231	GH	Ghana	África Subsaariana	2006	42	0,6348	16,9236	0	1116,63	0	5,35	33
232	GH	Ghana	África Subsaariana	2008	50	0,5707	16,9752	0	1207,83	0	5,35	39
233	GH	Ghana	África Subsaariana	2010	54	1,2178	17,0255	0	1299,34	0	6,02	41
234	GH	Ghana	África Subsaariana	2012	50	1,7665	17,0735	0	1543,76	0	6,02	45
235	GH	Ghana	África Subsaariana	2015	51	1,6598	17,1423	0	1625,91	0	6,86	47
236	GH	Ghana	África Subsaariana	2017	50	1,8972	17,1870	0	1739,47	0	6,69	40
237	GH	Ghana	África Subsaariana	2019	54	1,8952	17,2305	0	1884,28	0	6,63	41
238	GT	Guatemala	América Latina e Caribe	2006	46	0,0000	16,3967	0	2755,51	0	6,07	26
239	GT	Guatemala	América Latina e Caribe	2008	46	0,0000	16,4358	0	2909,51	0	6,07	31

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
240	GT	Guatemala	América Latina e Caribe	2010	50	0,0000	16,4729	0	2898,94	0	6,05	32
241	GT	Guatemala	América Latina e Caribe	2012	51	0,0000	16,5089	0	2999,42	0	5,88	33
242	GT	Guatemala	América Latina e Caribe	2015	46	0,0000	16,5607	0	3210,87	0	5,92	28
243	GT	Guatemala	América Latina e Caribe	2017	61	0,0000	16,5935	0	3286,74	0	5,86	28
244	GT	Guatemala	América Latina e Caribe	2019	65	0,0000	16,6252	0	3413,27	0	5,26	26
245	HN	Honduras	América Latina e Caribe	2006	38	0,2164	15,8482	0	1852,14	0	6,25	25
246	HN	Honduras	América Latina e Caribe	2008	12	0,2002	15,8926	0	1960,94	0	6,18	26
247	HN	Honduras	América Latina e Caribe	2010	11	0,1879	15,9339	0	1904,35	0	5,76	24
248	HN	Honduras	América Latina e Caribe	2012	53	0,1095	15,9720	0	1982,01	0	5,84	28
249	HN	Honduras	América Latina e Caribe	2015	43	0,0075	16,0252	0	2067,29	0	5,84	31
250	HN	Honduras	América Latina e Caribe	2017	54	0,0000	16,0593	0	2176,30	0	5,72	29
251	HN	Honduras	América Latina e Caribe	2019	59	0,0000	16,0924	0	2241,24	0	5,42	26
252	HU	Hungary	Leste Europeu	2015	49	0,0000	16,1023	1	14745,49	1	6,84	51
253	HU	Hungary	Leste Europeu	2017	46	0,0000	16,0967	1	15809,77	1	6,64	45
254	HU	Hungary	Leste Europeu	2019	45	0,0000	16,0948	1	17466,03	1	6,63	44
255	IN	India	Sul da Ásia	2006	53	0,0000	20,8764	0	1106,93	1	7,68	33
256	IN	India	Sul da Ásia	2008	60	0,0000	20,9061	0	1192,51	1	7,8	34
257	IN	India	Sul da Ásia	2010	67	0,0000	20,9338	0	1357,56	1	7,28	33
258	IN	India	Sul da Ásia	2012	68	0,0000	20,9590	0	1469,18	1	7,52	36
259	IN	India	Sul da Ásia	2015	46	0,0000	20,9934	0	1751,66	1	7,74	38
260	IN	India	Sul da Ásia	2017	48	0,0000	21,0149	0	1986,63	1	7,23	40
261	IN	India	Sul da Ásia	2019	49	0,0000	21,0355	0	2169,14	1	6,9	41
262	ID	Indonesia	Leste da Ásia e Pacífico	2006	42	0,0000	19,2506	0	2627,91	0	6,41	24
263	ID	Indonesia	Leste da Ásia e Pacífico	2008	54	0,0000	19,2771	0	2885,31	0	6,34	26
264	ID	Indonesia	Leste da Ásia e Pacífico	2010	51	0,0000	19,3038	0	3122,36	0	6,53	28
265	ID	Indonesia	Leste da Ásia e Pacífico	2012	62	0,0000	19,3308	0	3421,27	0	6,76	32
266	ID	Indonesia	Leste da Ásia e Pacífico	2015	59	0,0000	19,3700	0	3824,27	0	7,03	36
267	ID	Indonesia	Leste da Ásia e Pacífico	2017	64	0,0000	19,3939	0	4120,52	0	6,39	37
268	ID	Indonesia	Leste da Ásia e Pacífico	2019	70	0,0000	19,4162	0	4450,72	0	6,48	40
269	IQ	Iraq	Centro-Leste e Norte da África	2010	0	0,8588	17,2081	0	4657,28	1	4	15
270	IQ	Iraq	Centro-Leste e Norte da África	2012	4	0,9685	17,2778	0	5322,39	1	4,1	18
271	IQ	Iraq	Centro-Leste e Norte da África	2015	3	0,6827	17,3871	0	5298,10	1	4,08	16
272	IQ	Iraq	Centro-Leste e Norte da África	2017	3	1,6046	17,4413	0	5637,91	1	4,09	18
273	IQ	Iraq	Centro-Leste e Norte da África	2019	9	1,1146	17,4870	0	5591,25	1	3,74	20
274	IT	Italy	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2010	58	0,0000	17,8977	1	36000,52	1	7,83	39
275	IT	Italy	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2012	60	0,0000	17,9022	1	35019,47	1	7,74	42
276	IT	Italy	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2015	73	0,0000	17,9220	1	33961,44	1	7,98	44

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
277	IT	Italy	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2017	73	0,0000	17,9188	1	35086,48	1	7,98	50
278	IT	Italy	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2019	71	0,0000	17,9148	1	35613,84	1	7,52	53
279	JM	Jamaica	América Latina e Caribe	2019	42	4,2925	14,8967	0	4866,99	1	6,96	43
280	JP	Japan	Leste da Ásia e Pacífico	2017	60	0,0000	18,6580	1	48510,61	1	7,88	73
281	JP	Japan	Leste da Ásia e Pacífico	2019	62	0,0000	18,6539	1	49187,83	1	7,99	73
282	JO	Jordan	Centro-Leste e Norte da África	2006	50	0,7394	15,6059	0	3572,68	0	3,92	53
283	JO	Jordan	Centro-Leste e Norte da África	2008	53	0,1110	15,6960	0	3787,20	0	3,93	51
284	JO	Jordan	Centro-Leste e Norte da África	2010	50	0,0292	15,7981	0	3690,11	0	3,74	47
285	JO	Jordan	Centro-Leste e Norte da África	2012	57	1,3930	15,9062	0	3487,61	0	3,76	48
286	JO	Jordan	Centro-Leste e Norte da África	2015	55	6,0262	16,0419	0	3305,42	0	3,86	53
287	JO	Jordan	Centro-Leste e Norte da África	2017	63	3,9794	16,0958	0	3262,52	0	3,87	48
288	JO	Jordan	Centro-Leste e Norte da África	2019	61	1,5219	16,1282	0	3284,03	0	3,93	48
289	KZ	Kazakhstan	Ásia Central	2006	43	0,0000	16,5439	1	7917,20	0	3,62	26
290	KZ	Kazakhstan	Ásia Central	2008	35	0,0000	16,5675	1	8698,42	0	3,45	22
291	KZ	Kazakhstan	Ásia Central	2010	38	0,0000	16,6080	1	9070,49	0	3,3	29
292	KZ	Kazakhstan	Ásia Central	2012	48	0,0000	16,6364	1	9923,42	0	2,95	28
293	KZ	Kazakhstan	Ásia Central	2015	51	0,0000	16,6802	1	10617,47	0	3,06	28
294	KZ	Kazakhstan	Ásia Central	2017	53	0,0000	16,7080	1	10867,74	0	3,06	31
295	KZ	Kazakhstan	Ásia Central	2019	58	0,0000	16,7340	1	11518,36	0	2,94	34
296	KE	Kenya	África Subsaariana	2006	48	0,4596	17,4438	0	885,81	0	5,08	22
297	KE	Kenya	África Subsaariana	2008	58	0,7048	17,4992	0	897,60	0	4,79	21
298	KE	Kenya	África Subsaariana	2010	49	1,0422	17,5539	0	951,69	0	4,71	21
299	KE	Kenya	África Subsaariana	2012	49	2,0142	17,6075	0	1000,83	0	4,71	27
300	KE	Kenya	África Subsaariana	2015	48	1,6145	17,6842	0	1093,13	0	5,33	25
301	KE	Kenya	África Subsaariana	2017	46	1,1656	17,7320	0	1156,43	0	5,11	28
302	KE	Kenya	África Subsaariana	2019	50	0,5544	17,7777	0	1237,50	0	5,18	28
303	KR	Korea, Republic of	Leste da Ásia e Pacífico	2006	73	0,0000	17,6958	0	20131,07	0	7,88	51
304	KR	Korea, Republic of	Leste da Ásia e Pacífico	2008	66	0,0000	17,7084	0	21664,61	0	8,01	56
305	KR	Korea, Republic of	Leste da Ásia e Pacífico	2010	71	0,0000	17,7186	0	23087,23	0	8,11	54
306	KR	Korea, Republic of	Leste da Ásia e Pacífico	2012	75	0,0000	17,7315	0	24197,94	0	8,13	56
307	KR	Korea, Republic of	Leste da Ásia e Pacífico	2015	65	0,0000	17,7476	0	26063,71	0	7,97	54
308	KR	Korea, Republic of	Leste da Ásia e Pacífico	2017	60	0,0000	17,7544	0	27492,58	0	8	54
309	KR	Korea, Republic of	Leste da Ásia e Pacífico	2019	62	0,0000	17,7611	0	28605,73	0	8	59
310	KG	Kyrgyz Republic	Ásia Central	2008	8	3,5140	15,4867	1	880,28	0	4,05	18
311	KG	Kyrgyz Republic	Ásia Central	2010	15	3,6846	15,5107	1	880,04	0	4,31	20

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
312	KG	Kyrgyz Republic	Ásia Central	2012	20	3,7541	15,5396	1	905,17	0	4,69	24
313	KG	Kyrgyz Republic	Ásia Central	2015	54	3,0940	15,6001	1	1021,16	0	5,33	28
314	KG	Kyrgyz Republic	Ásia Central	2017	55	3,0129	15,6398	1	1072,49	0	5,11	29
315	KG	Kyrgyz Republic	Ásia Central	2019	63	1,9469	15,6807	1	1116,36	0	4,89	30
316	LB	Lebanon	Centro-Leste e Norte da África	2008	32	0,3630	15,3768	0	6778,85	1	5,62	30
317	LB	Lebanon	Centro-Leste e Norte da África	2010	32	0,2541	15,4155	0	7761,65	1	5,82	25
318	LB	Lebanon	Centro-Leste e Norte da África	2012	33	0,0490	15,5273	0	7179,12	1	5,05	30
319	LB	Lebanon	Centro-Leste e Norte da África	2015	2	0,0000	15,6923	0	6487,90	1	4,86	28
320	LB	Lebanon	Centro-Leste e Norte da África	2017	3	0,0000	15,7342	0	6370,89	1	4,72	28
321	LB	Lebanon	Centro-Leste e Norte da África	2019	6	0,0000	15,7406	0	5858,24	1	4,36	28
322	LS	Lesotho	África Subsaariana	2017	0	2,1032	14,5533	0	1391,94	1	6,64	42
323	LS	Lesotho	África Subsaariana	2019	31	1,1495	14,5694	0	1384,23	1	6,54	40
324	LR	Liberia	África Subsaariana	2008	3	47,9760	15,0986	0	495,68	0	5,25	24
325	LR	Liberia	África Subsaariana	2010	40	2,2212	15,1743	0	513,45	0	5,07	33
326	LR	Liberia	África Subsaariana	2012	43	3,2599	15,2352	0	564,52	0	4,95	41
327	LR	Liberia	África Subsaariana	2015	38	6,2739	15,3134	0	571,45	0	4,95	37
328	LR	Liberia	África Subsaariana	2017	36	8,7410	15,3635	0	548,01	0	5,23	31
329	LR	Liberia	África Subsaariana	2019	38	8,8215	15,4123	0	516,26	0	5,45	28
330	MK	Macedonia	Leste Europeu	2008	54	0,0000	14,5418	1	4418,41	1	6,21	36
331	MK	Macedonia	Leste Europeu	2010	49	0,0000	14,5434	1	4542,90	1	6,16	41
332	MK	Macedonia	Leste Europeu	2012	35	3,1594	14,5451	1	4620,10	1	6,16	43
333	MK	Macedonia	Leste Europeu	2015	35	0,0000	14,5476	1	5105,40	1	6,02	42
334	MK	Macedonia	Leste Europeu	2017	37	0,0000	14,5488	1	5300,81	1	5,57	35
335	MK	Macedonia	Leste Europeu	2019	41	0,0000	14,5495	1	5634,38	1	5,97	35
336	MG	Madagascar	África Subsaariana	2017	34	2,2194	17,0570	0	481,38	0	5,11	24
337	MG	Madagascar	África Subsaariana	2019	40	2,8414	17,1102	0	500,16	0	5,64	24
338	MW	Malawi	África Subsaariana	2006	42	0,3819	16,3784	0	392,76	0	4,97	27
339	MW	Malawi	África Subsaariana	2008	28	2,0741	16,4349	0	437,90	0	5,13	28
340	MW	Malawi	África Subsaariana	2010	47	2,0984	16,4924	0	478,67	0	5,84	34
341	MW	Malawi	África Subsaariana	2012	52	2,4338	16,5496	0	482,92	0	6,08	37
342	MW	Malawi	África Subsaariana	2015	65	1,9142	16,6336	0	507,55	0	5,55	31
343	MW	Malawi	África Subsaariana	2017	26	2,4770	16,6874	0	512,65	0	5,49	31
344	MW	Malawi	África Subsaariana	2019	27	2,5393	16,7402	0	523,60	0	5,5	31
345	MY	Malaysia	Leste da Ásia e Pacífico	2008	35	0,0000	17,1201	0	8850,01	1	6,36	51
346	MY	Malaysia	Leste da Ásia e Pacífico	2010	39	0,0000	17,1551	0	9040,57	1	6,19	44

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
347	MY	Malaysia	Leste da Ásia e Pacífico	2012	39	0,0000	17,1852	0	9743,10	1	6,41	49
348	MY	Malaysia	Leste da Ásia e Pacífico	2015	46	0,0000	17,2257	0	10912,15	1	6,43	50
349	MY	Malaysia	Leste da Ásia e Pacífico	2017	46	0,0000	17,2529	0	11728,98	1	6,54	47
350	MY	Malaysia	Leste da Ásia e Pacífico	2019	47	0,0000	17,2797	0	12478,21	1	7,16	53
351	ML	Mali	África Subsaariana	2010	35	0,4590	16,5268	0	710,27	0	6,01	27
352	ML	Mali	África Subsaariana	2012	43	0,9149	16,5868	0	684,65	0	5,12	34
353	ML	Mali	África Subsaariana	2015	46	1,0384	16,6742	0	729,78	0	5,7	35
354	ML	Mali	África Subsaariana	2017	39	1,4578	16,7340	0	766,48	0	5,64	31
355	ML	Mali	África Subsaariana	2019	38	2,0719	16,7940	0	793,45	0	4,92	29
356	MX	Mexico	América Latina e Caribe	2006	50	0,0000	18,4936	0	9547,33	0	6,67	33
357	MX	Mexico	América Latina e Caribe	2008	55	0,0000	18,5234	0	9587,64	0	6,78	36
358	MX	Mexico	América Latina e Caribe	2010	52	0,0000	18,5525	0	9271,40	0	6,93	31
359	MX	Mexico	América Latina e Caribe	2012	61	0,0000	18,5800	0	9690,87	0	6,9	34
360	MX	Mexico	América Latina e Caribe	2015	66	0,0000	18,6184	0	10037,20	0	6,55	31
361	MX	Mexico	América Latina e Caribe	2017	79	0,0000	18,6420	0	10301,36	0	6,41	29
362	MX	Mexico	América Latina e Caribe	2019	82	0,0000	18,6642	0	10275,63	0	6,09	29
363	MD	Moldova	Leste Europeu	2017	58	4,3110	14,8290	1	3321,62	1	5,94	31
364	MD	Moldova	Leste Europeu	2019	57	2,9846	14,7929	1	3715,77	1	5,75	32
365	MN	Mongolia	Leste da Ásia e Pacífico	2006	18	0,5394	14,7551	0	2228,42	0	6,6	28
366	MN	Mongolia	Leste da Ásia e Pacífico	2008	36	0,2915	14,7832	0	2601,20	0	6,6	30
367	MN	Mongolia	Leste da Ásia e Pacífico	2010	60	2,7491	14,8161	0	2643,29	0	6,36	27
368	MN	Mongolia	Leste da Ásia e Pacífico	2012	51	1,6744	14,8539	0	3353,09	0	6,35	36
369	MN	Mongolia	Leste da Ásia e Pacífico	2015	51	0,0000	14,9136	0	3895,41	0	6,62	39
370	MN	Mongolia	Leste da Ásia e Pacífico	2017	46	0,9596	14,9513	0	3997,49	0	6,5	36
371	MN	Mongolia	Leste da Ásia e Pacífico	2019	56	1,5498	14,9865	0	4350,16	0	6,5	35
372	MA	Morocco	Centro-Leste e Norte da África	2006	19	0,0000	17,2432	0	2512,86	0	3,9	32
373	MA	Morocco	Centro-Leste e Norte da África	2008	28	0,0000	17,2667	0	2691,27	0	3,88	35
374	MA	Morocco	Centro-Leste e Norte da África	2010	28	0,0000	17,2919	0	2839,93	0	3,79	34
375	MA	Morocco	Centro-Leste e Norte da África	2012	38	0,0000	17,3193	0	2995,45	0	4,07	37
376	MA	Morocco	Centro-Leste e Norte da África	2015	38	0,0000	17,3612	0	3222,05	0	4,66	36
377	MA	Morocco	Centro-Leste e Norte da África	2017	45	0,0000	17,3873	0	3305,42	0	4,87	40
378	MA	Morocco	Centro-Leste e Norte da África	2019	43	0,0000	17,4120	0	3396,06	0	5,1	41
379	MZ	Mozambique	África Subsaariana	2010	28	1,7109	16,9739	0	471,18	0	4,9	27

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
380	MZ	Mozambique	África Subsaariana	2012	47	1,4529	17,0289	0	513,74	0	4,88	31
381	MZ	Mozambique	África Subsaariana	2015	38	1,5822	17,1129	0	579,09	0	4,6	31
382	MZ	Mozambique	África Subsaariana	2017	41	1,1150	17,1706	0	588,74	0	4,02	25
383	MZ	Mozambique	África Subsaariana	2019	42	1,2589	17,2288	0	587,27	0	3,65	26
384	MM	Myanmar	Leste da Ásia e Pacífico	2012	0	0,0000	17,7554	0	1092,06	0	2,35	15
385	MM	Myanmar	Leste da Ásia e Pacífico	2015	2	0,0000	17,7798	0	1335,20	0	4,14	22
386	MM	Myanmar	Leste da Ásia e Pacífico	2017	7	0,0000	17,7930	0	1482,66	0	3,83	30
387	MM	Myanmar	Leste da Ásia e Pacífico	2019	28	0,0000	17,8053	0	1608,49	0	3,55	29
388	NA	Namibia	África Subsaariana	2006	50	0,0000	14,4942	0	4968,85	0	6,54	41
389	NA	Namibia	África Subsaariana	2008	46	0,0000	14,5301	0	5185,04	0	6,48	45
390	NA	Namibia	África Subsaariana	2010	53	0,0000	14,5664	0	5318,01	0	6,23	44
391	NA	Namibia	África Subsaariana	2012	55	0,0000	14,6016	0	5668,57	0	6,24	48
392	NA	Namibia	África Subsaariana	2015	46	0,0000	14,6549	0	6274,75	0	6,31	53
393	NA	Namibia	África Subsaariana	2017	50	0,0000	14,6921	0	6013,29	0	6,31	51
394	NA	Namibia	África Subsaariana	2019	51	0,0000	14,7296	0	5766,00	0	6,43	52
395	NP	Nepal	Sul da Ásia	2006	36	0,3223	17,0762	0	510,65	0	3,42	25
396	NP	Nepal	Sul da Ásia	2008	43	0,5262	17,0989	0	547,70	0	4,05	27
397	NP	Nepal	Sul da Ásia	2010	45	0,7135	17,1118	0	592,40	0	4,24	22
398	NP	Nepal	Sul da Ásia	2012	44	0,5718	17,1110	0	642,52	0	4,16	27
399	NP	Nepal	Sul da Ásia	2015	24	0,5021	17,1119	0	732,00	0	4,77	27
400	NP	Nepal	Sul da Ásia	2017	52	0,3302	17,1343	0	779,20	0	5,18	31
401	NP	Nepal	Sul da Ásia	2019	41	0,2166	17,1692	0	859,02	0	5,28	34
402	NZ	New Zealand	Leste da Ásia e Pacífico	2006	86	0,0000	15,2469	1	33871,08	1	9,01	96
403	NZ	New Zealand	Leste da Ásia e Pacífico	2008	86	0,0000	15,2647	1	33941,44	1	9,19	93
404	NZ	New Zealand	Leste da Ásia e Pacífico	2010	90	0,0000	15,2858	1	33700,13	1	9,26	93
405	NZ	New Zealand	Leste da Ásia e Pacífico	2012	93	0,0000	15,2990	1	34808,34	1	9,26	90
406	NZ	New Zealand	Leste da Ásia e Pacífico	2015	88	0,0000	15,3406	1	36792,45	1	9,26	91
407	NZ	New Zealand	Leste da Ásia e Pacífico	2017	89	0,0000	15,3829	1	37725,12	1	9,26	89
408	NZ	New Zealand	Leste da Ásia e Pacífico	2019	87	0,0000	15,4082	1	38992,97	1	9,26	87
409	NI	Nicaragua	América Latina e Caribe	2006	21	0,7875	15,5228	0	1447,49	0	5,68	26
410	NI	Nicaragua	América Latina e Caribe	2008	19	1,2799	15,5502	0	1530,57	0	6,07	25
411	NI	Nicaragua	América Latina e Caribe	2010	37	1,9109	15,5775	0	1503,87	0	5,73	25
412	NI	Nicaragua	América Latina e Caribe	2012	42	1,7053	15,6044	0	1657,65	0	5,56	29
413	NI	Nicaragua	América Latina e Caribe	2015	46	0,7968	15,6438	0	1836,01	0	5,26	27
414	NI	Nicaragua	América Latina e Caribe	2017	43	0,3327	15,6694	0	1957,87	0	4,66	26

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
415	NI	Nicaragua	América Latina e Caribe	2019	41	0,0772	15,6943	0	1763,22	0	3,55	22
416	NE	Niger	África Subsaariana	2008	26	0,7182	16,5401	0	462,64	0	3,41	28
417	NE	Niger	África Subsaariana	2010	3	0,7784	16,6167	0	473,30	0	3,38	26
418	NE	Niger	África Subsaariana	2012	4	0,7582	16,6944	0	495,76	0	4,16	33
419	NE	Niger	África Subsaariana	2015	17	1,4417	16,8113	0	517,86	0	3,85	34
420	NE	Niger	África Subsaariana	2017	0	1,7164	16,8883	0	532,09	0	3,76	33
421	NE	Niger	África Subsaariana	2019	17	1,9870	16,9644	0	558,39	0	3,29	32
422	NG	Nigeria	África Subsaariana	2006	20	0,0000	18,7751	0	1919,72	0	3,52	22
423	NG	Nigeria	África Subsaariana	2008	19	0,0000	18,8279	0	2072,27	0	3,53	27
424	NG	Nigeria	África Subsaariana	2010	18	0,0000	18,8813	0	2292,45	0	3,47	24
425	NG	Nigeria	África Subsaariana	2012	16	0,0000	18,9349	0	2384,95	0	3,77	27
426	NG	Nigeria	África Subsaariana	2015	24	0,0000	19,0148	0	2563,15	0	4,62	26
427	NG	Nigeria	África Subsaariana	2017	17	0,0000	19,0671	0	2412,37	0	4,44	27
428	NG	Nigeria	África Subsaariana	2019	21	0,0000	19,1186	0	2386,87	0	4,12	26
429	NO	Norway	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2006	72	0,0000	15,3547	1	89828,43	1	9,55	88
430	NO	Norway	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2008	80	0,0000	15,3775	1	90862,40	1	9,68	79
431	NO	Norway	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2010	83	0,0000	15,4025	1	87693,79	1	9,8	86
432	NO	Norway	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2012	83	0,0000	15,4287	1	88604,57	1	9,93	85
433	NO	Norway	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2015	84	0,0000	15,4620	1	90029,36	1	9,93	88
434	NO	Norway	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2017	85	0,0000	15,4789	1	91549,04	1	9,87	85
435	NO	Norway	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2019	80	0,0000	15,4922	1	92556,32	1	9,87	84
436	PK	Pakistan	Sul da Ásia	2006	51	0,9194	18,9155	0	969,62	0	3,92	22
437	PK	Pakistan	Sul da Ásia	2008	38	2,5665	18,9610	0	987,85	0	4,46	25
438	PK	Pakistan	Sul da Ásia	2010	38	4,9307	19,0053	0	987,41	0	4,55	23
439	PK	Pakistan	Sul da Ásia	2012	58	3,2716	19,0481	0	1006,07	0	4,57	27
440	PK	Pakistan	Sul da Ásia	2015	43	2,3134	19,1110	0	1081,29	0	4,4	30
441	PK	Pakistan	Sul da Ásia	2017	44	2,6046	19,1526	0	1155,36	0	4,26	32
442	PK	Pakistan	Sul da Ásia	2019	28	2,6215	19,1934	0	1185,46	0	4,25	32
443	PG	Papua New Guinea	Leste da Ásia e Pacífico	2006	52	0,0000	15,7097	0	1695,73	1	6,54	24
444	PG	Papua New Guinea	Leste da Ásia e Pacífico	2008	61	0,0000	15,7580	0	1736,79	1	6,54	20
445	PG	Papua New Guinea	Leste da Ásia e Pacífico	2010	57	0,0000	15,8048	0	1949,35	1	6,54	21
446	PG	Papua New Guinea	Leste da Ásia e Pacífico	2012	56	0,0000	15,8477	0	1976,10	1	6,32	25
447	PG	Papua New Guinea	Leste da Ásia e Pacífico	2015	55	0,0000	15,9083	0	2400,50	1	6,03	25
448	PG	Papua New Guinea	Leste da Ásia e Pacífico	2017	50	0,0000	15,9483	0	2485,53	1	6,03	29
449	PG	Papua New Guinea	Leste da Ásia e Pacífico	2019	50	0,0000	15,9875	0	2505,13	1	6,03	28

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
450	PY	Paraguay	América Latina e Caribe	2017	43	0,0000	15,7422	0	5272,58	0	6,31	29
451	PY	Paraguay	América Latina e Caribe	2019	46	0,0000	15,7678	0	5310,36	0	6,24	28
452	PE	Peru	América Latina e Caribe	2006	77	0,0177	17,1514	0	4047,75	0	6,11	33
453	PE	Peru	América Latina e Caribe	2008	67	0,0000	17,1676	0	4716,20	0	6,31	36
454	PE	Peru	América Latina e Caribe	2010	65	0,0000	17,1838	0	5082,35	0	6,4	35
455	PE	Peru	América Latina e Caribe	2012	57	0,0000	17,2001	0	5642,58	0	6,47	38
456	PE	Peru	América Latina e Caribe	2015	75	0,0000	17,2323	0	6114,23	0	6,58	36
457	PE	Peru	América Latina e Caribe	2017	73	0,0000	17,2637	0	6314,29	0	6,49	37
458	PE	Peru	América Latina e Caribe	2019	76	0,0000	17,2971	0	6486,63	0	6,6	36
459	PH	Philippines	Leste da Ásia e Pacífico	2006	51	0,0000	18,2916	0	1958,93	0	6,48	25
460	PH	Philippines	Leste da Ásia e Pacífico	2008	48	0,0000	18,3253	0	2105,11	0	6,12	23
461	PH	Philippines	Leste da Ásia e Pacífico	2010	55	0,0000	18,3585	0	2217,47	0	6,12	24
462	PH	Philippines	Leste da Ásia e Pacífico	2012	48	0,0000	18,3924	0	2379,67	0	6,3	34
463	PH	Philippines	Leste da Ásia e Pacífico	2015	64	0,0000	18,4416	0	2735,19	0	6,84	35
464	PH	Philippines	Leste da Ásia e Pacífico	2017	67	0,0000	18,4711	0	3042,69	0	6,71	34
465	PH	Philippines	Leste da Ásia e Pacífico	2019	76	0,0000	18,4987	0	3337,68	0	6,64	34
466	PL	Poland	Leste Europeu	2006	74	0,0000	17,4568	1	10572,08	0	7,3	37
467	PL	Poland	Leste Europeu	2008	67	0,0000	17,4564	1	11801,55	0	7,3	46
468	PL	Poland	Leste Europeu	2010	64	0,0000	17,4542	1	12599,53	0	7,05	53
469	PL	Poland	Leste Europeu	2012	59	0,0000	17,4548	1	13437,24	0	7,12	58
470	PL	Poland	Leste Europeu	2015	64	0,0000	17,4527	1	14646,32	0	7,09	63
471	PL	Poland	Leste Europeu	2017	59	0,0000	17,4524	1	15845,25	0	6,67	60
472	PL	Poland	Leste Europeu	2019	60	0,0000	17,4523	1	17386,88	0	6,62	58
473	PT	Portugal	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2010	58	0,0000	16,1738	1	22498,69	1	8,02	60
474	PT	Portugal	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2012	62	12,6059	16,1683	1	21337,29	1	7,92	63
475	PT	Portugal	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2015	64	9,9421	16,1533	1	22018,01	1	7,79	64
476	PT	Portugal	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2017	66	2,7028	16,1477	1	23380,69	1	7,84	63
477	PT	Portugal	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2019	66	0,0000	16,1447	1	24590,43	1	8,03	62
478	QA	Qatar	Centro-Leste e Norte da África	2012	0	0,0000	14,6022	0	67623,80	0	3,18	68
479	QA	Qatar	Centro-Leste e Norte da África	2015	0	0,0000	14,7577	0	65137,06	0	3,18	71
480	QA	Qatar	Centro-Leste e Norte da África	2017	0	0,0000	14,8179	0	63632,60	0	3,19	63
481	QA	Qatar	Centro-Leste e Norte da África	2019	1	0,0000	14,8565	0	62021,07	0	3,19	62
482	RO	Romania	Leste Europeu	2006	66	0,0664	16,8692	1	7369,49	1	7,06	31
483	RO	Romania	Leste Europeu	2008	62	0,0000	16,8378	1	8913,98	1	7,06	38
484	RO	Romania	Leste Europeu	2010	59	9,0794	16,8235	1	8209,92	1	6,6	37
485	RO	Romania	Leste Europeu	2012	47	8,2241	16,8141	1	8629,14	1	6,54	44
486	RO	Romania	Leste Europeu	2015	75	0,0692	16,8020	1	9712,08	1	6,68	46
487	RO	Romania	Leste Europeu	2017	75	0,0000	16,7904	1	11029,25	1	6,44	48
488	RO	Romania	Leste Europeu	2019	64	0,0000	16,7785	1	12131,42	1	6,49	44

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
489	RU	Russia	Ásia Central	2006	47	0,0000	18,7787	1	9693,20	0	5,02	25
490	RU	Russia	Ásia Central	2008	58	0,0000	18,7766	1	11087,82	0	4,48	21
491	RU	Russia	Ásia Central	2010	60	0,0000	18,7773	1	10675,00	0	4,26	21
492	RU	Russia	Ásia Central	2012	74	0,0000	18,7798	1	11553,58	0	3,74	28
493	RU	Russia	Ásia Central	2015	74	0,0000	18,7860	1	11355,24	0	3,31	29
494	RU	Russia	Ásia Central	2017	72	0,0000	18,7888	1	11550,53	0	3,17	29
495	RU	Russia	Ásia Central	2019	74	0,0000	18,7879	1	12011,53	0	3,11	28
496	RW	Rwanda	África Subsaariana	2008	1	0,2118	16,0694	0	565,97	0	3,71	30
497	RW	Rwanda	África Subsaariana	2010	11	0,2421	16,1220	0	612,34	0	3,25	40
498	RW	Rwanda	África Subsaariana	2012	8	0,1829	16,1716	0	683,46	0	3,36	53
499	RW	Rwanda	África Subsaariana	2015	36	0,0592	16,2464	0	767,60	0	3,07	54
500	RW	Rwanda	África Subsaariana	2017	22	1,8851	16,2988	0	802,75	0	3,19	55
501	RW	Rwanda	África Subsaariana	2019	39	1,7452	16,3513	0	904,74	0	3,16	53
502	ST	São Tomé e Príncipe	África Subsaariana	2008	1	2,1044	12,0501	0	1056,10	0		27
503	ST	São Tomé e Príncipe	África Subsaariana	2010	0	2,5029	12,1028	0	1094,71	0		30
504	ST	São Tomé e Príncipe	África Subsaariana	2012	29	2,5872	12,1463	0	1128,51	0		42
505	ST	São Tomé e Príncipe	África Subsaariana	2015	29	1,7651	12,2032	0	1235,85	0		42
506	ST	São Tomé e Príncipe	África Subsaariana	2017	31	2,5121	12,2409	0	1287,81	0		46
507	ST	São Tomé e Príncipe	África Subsaariana	2019	24	3,2173	12,2787	0	1303,61	0		46
508	SA	Saudi Arabia	Centro-Leste e Norte da África	2008	1	0,0000	17,0693	0	19832,65	0	1,9	35
509	SA	Saudi Arabia	Centro-Leste e Norte da África	2010	1	0,0000	17,1268	0	19262,55	0	1,84	47
510	SA	Saudi Arabia	Centro-Leste e Norte da África	2012	1	0,0000	17,1881	0	21006,64	0	1,71	44
511	SA	Saudi Arabia	Centro-Leste e Norte da África	2015	0	0,0000	17,2724	0	21399,10	0	1,93	52
512	SA	Saudi Arabia	Centro-Leste e Norte da África	2017	1	0,0000	17,3150	0	20693,94	0	1,93	49
513	SA	Saudi Arabia	Centro-Leste e Norte da África	2019	18	0,0000	17,3497	0	20542,16	0	1,93	53
514	SN	Senegal	África Subsaariana	2008	3	0,4174	16,3008	0	1278,77	0	5,37	34
515	SN	Senegal	África Subsaariana	2010	3	1,3125	16,3554	0	1280,23	0	5,27	29
516	SN	Senegal	África Subsaariana	2012	10	1,1790	16,4109	0	1291,62	0	6,09	36
517	SN	Senegal	África Subsaariana	2015	43	0,6427	16,4951	0	1384,52	0	6,08	44
518	SN	Senegal	África Subsaariana	2017	51	0,2698	16,5511	0	1495,34	0	6,15	45
519	SN	Senegal	África Subsaariana	2019	46	0,0173	16,6065	0	1584,47	0	5,81	45
520	RS	Serbia	Leste Europeu	2008	46	0,0000	15,8102	1	5806,89	1	6,49	34
521	RS	Serbia	Leste Europeu	2010	54	4,8648	15,8022	1	5735,42	1	6,33	35
522	RS	Serbia	Leste Europeu	2012	39	4,3241	15,7895	1	5886,89	1	6,33	39
523	RS	Serbia	Leste Europeu	2015	47	0,0370	15,7750	1	6155,45	1	6,71	40
524	RS	Serbia	Leste Europeu	2017	43	0,0000	15,7644	1	6560,32	1	6,41	41
525	RS	Serbia	Leste Europeu	2019	40	0,0000	15,7535	1	7213,18	1	6,41	39
526	SL	Sierra Leone	África Subsaariana	2012	39	3,8357	15,7195	0	470,30	0	4,71	31

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
527	SL	Sierra Leone	África Subsaariana	2015	52	7,9998	15,7857	0	441,14	0	4,55	29
528	SL	Sierra Leone	África Subsaariana	2017	38	10,5171	15,8289	0	466,95	0	4,66	30
529	SL	Sierra Leone	África Subsaariana	2019	39	9,5717	15,8713	0	488,48	0	4,86	33
530	SK	Slovakia	Leste Europeu	2010	57	0,0000	15,5003	1	16727,29	1	7,35	43
531	SK	Slovakia	Leste Europeu	2012	67	0,0000	15,5033	1	17480,27	1	7,35	46
532	SK	Slovakia	Leste Europeu	2015	57	0,0000	15,5063	1	18897,10	1	7,29	51
533	SK	Slovakia	Leste Europeu	2017	59	0,0000	15,5091	1	19829,82	1	7,16	50
534	SK	Slovakia	Leste Europeu	2019	60	0,0000	15,5119	1	21039,30	1	7,17	50
535	SI	Slovenia	Leste Europeu	2006	82	0,0000	14,5121	1	23130,38	1	7,96	64
536	SI	Slovenia	Leste Europeu	2008	74	0,0000	14,5193	1	25430,35	1	7,96	67
537	SI	Slovenia	Leste Europeu	2010	70	0,0000	14,5327	1	23509,54	1	7,69	64
538	SI	Slovenia	Leste Europeu	2012	74	0,0000	14,5368	1	22989,93	1	7,88	61
539	SI	Slovenia	Leste Europeu	2015	68	0,0000	14,5399	1	23826,13	1	7,57	60
540	SI	Slovenia	Leste Europeu	2017	69	0,0000	14,5413	1	25721,86	1	7,5	61
541	SI	Slovenia	Leste Europeu	2019	68	0,0000	14,5517	1	27152,13	1	7,5	60
542	SO	Somalia	África Subsaariana	2017	8	0,0000	16,4958	0		0		9
543	SO	Somalia	África Subsaariana	2019	3	0,0000	16,5527	0		0		9
544	ZA	South Africa	África Subsaariana	2006	86	0,0000	17,6969	0	7017,71	1	7,91	46
545	ZA	South Africa	África Subsaariana	2008	87	0,0000	17,7231	0	7432,12	1	7,91	49
546	ZA	South Africa	África Subsaariana	2010	92	0,0000	17,7516	0	7328,62	1	7,79	45
547	ZA	South Africa	África Subsaariana	2012	90	0,0000	17,7827	0	7500,04	1	7,79	43
548	ZA	South Africa	África Subsaariana	2015	86	0,0000	17,8298	0	7556,79	1	7,56	44
549	ZA	South Africa	África Subsaariana	2017	89	0,0000	17,8586	0	7476,39	1	7,24	43
550	ZA	South Africa	África Subsaariana	2019	87	0,0000	17,8855	0	7345,96	1	7,24	44
551	SS	South Sudan	África Subsaariana	2017	5	0,0000	16,2053	0		0		12
552	SS	South Sudan	África Subsaariana	2019	7	0,0000	16,2190	0		0		12
553	ES	Spain	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2010	63	0,0000	17,6566	1	30502,72	1	8,16	61
554	ES	Spain	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2012	63	0,0000	17,6608	1	29235,83	1	8,02	65
555	ES	Spain	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2015	58	0,0000	17,6538	1	30549,79	1	8,3	58
556	ES	Spain	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2017	54	0,0000	17,6570	1	32282,90	1	8,08	57
557	ES	Spain	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2019	53	0,0000	17,6673	1	33349,71	1	8,18	62
558	LK	Sri Lanka	Sul da Ásia	2006	47	0,5451	16,7959	0	2275,89	0	6,58	31
559	LK	Sri Lanka	Sul da Ásia	2008	64	0,3325	16,8104	0	2538,09	0	6,61	32
560	LK	Sri Lanka	Sul da Ásia	2010	67	2,3108	16,8242	0	2799,65	0	6,64	32
561	LK	Sri Lanka	Sul da Ásia	2012	46	3,7402	16,8323	0	3286,01	0	5,75	40
562	LK	Sri Lanka	Sul da Ásia	2015	39	0,9050	16,8586	0	3647,39	0	6,42	37
563	LK	Sri Lanka	Sul da Ásia	2017	44	0,9247	16,8810	0	3860,15	0	6,48	38
564	LK	Sri Lanka	Sul da Ásia	2019	47	1,5055	16,8976	0	4011,68	0	6,27	38
565	SD	Sudan	África Subsaariana	2008	0	2,5529	17,3139	0	1435,51	0	2,81	16
566	SD	Sudan	África Subsaariana	2010	8	2,4697	17,3578	0	1401,48	0	2,42	16
567	SD	Sudan	África Subsaariana	2015	10	1,8989	17,4766	0	1825,72	0	2,37	12

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
568	SD	Sudan	África Subsaariana	2017	2	1,7727	17,5245	0	1900,09	0	2,15	16
569	SD	Sudan	África Subsaariana	2019	2	1,8062	17,5724	0	1724,09	0	2,7	16
570	SE	Sweden	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2006	76	0,0000	16,0216	1	52316,96	1	9,88	92
571	SE	Sweden	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2008	78	0,0000	16,0368	1	53059,45	1	9,88	93
572	SE	Sweden	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2010	83	0,0000	16,0539	1	52869,04	1	9,5	92
573	SE	Sweden	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2012	84	0,0000	16,0688	1	53432,64	1	9,73	88
574	SE	Sweden	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2015	87	0,0000	16,0978	1	56339,99	1	9,45	89
575	SE	Sweden	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2017	87	0,0000	16,1238	1	57467,25	1	9,39	84
576	SE	Sweden	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2019	86	0,0000	16,1462	1	57975,08	1	9,39	85
577	TJ	Tajikistan	Ásia Central	2012	17	2,4635	15,8792	1	827,11	0	2,51	22
578	TJ	Tajikistan	Ásia Central	2015	25	1,6454	15,9502	1	936,00	0	1,95	26
579	TJ	Tajikistan	Ásia Central	2017	30	0,9597	15,9993	1	1024,86	0	1,93	21
580	TJ	Tajikistan	Ásia Central	2019	17	0,2935	16,0478	1	1121,13	0	1,93	25
581	TZ	Tanzania, United Republic of	África Subsaariana	2006	48	0,0499	17,4930	0	659,80	0	5,18	29
582	TZ	Tanzania, United Republic of	África Subsaariana	2008	36	0,0603	17,5497	0	703,59	0	5,28	30
583	TZ	Tanzania, United Republic of	África Subsaariana	2010	45	1,1050	17,6075	0	743,40	0	5,64	27
584	TZ	Tanzania, United Republic of	África Subsaariana	2012	47	0,9658	17,6668	0	788,44	0	5,88	35
585	TZ	Tanzania, United Republic of	África Subsaariana	2015	46	0,7530	17,7568	0	872,00	0	5,58	30
586	TZ	Tanzania, United Republic of	África Subsaariana	2017	10	0,3769	17,8167	0	937,30	0	5,47	36
587	TZ	Tanzania, United Republic of	África Subsaariana	2019	17	0,0669	17,8760	0	985,45	0	5,16	37
588	TH	Thailand	Leste da Ásia e Pacífico	2008	40	0,0000	18,0132	0	4801,88	1	6,81	35
589	TH	Thailand	Leste da Ásia e Pacífico	2010	42	0,0000	18,0231	0	5076,34	1	6,55	35
590	TH	Thailand	Leste da Ásia e Pacífico	2012	36	0,0000	18,0326	0	5437,88	1	6,55	37
591	TH	Thailand	Leste da Ásia e Pacífico	2015	42	0,0000	18,0455	0	5741,35	1	5,09	38
592	TH	Thailand	Leste da Ásia e Pacífico	2017	56	0,0000	18,0527	0	6135,47	1	4,63	37
593	TH	Thailand	Leste da Ásia e Pacífico	2019	61	0,0000	18,0586	0	6502,65	1	6,32	36
594	TL	Timor-Leste	Leste da Ásia e Pacífico	2010	34	0,0000	13,9049	0	806,41	0	7,22	25
595	TL	Timor-Leste	Leste da Ásia e Pacífico	2012	36	0,0000	13,9404	0	873,06	0	7,16	33
596	TL	Timor-Leste	Leste da Ásia e Pacífico	2015	41	0,0000	13,9947	0	908,96	0	7,24	28
597	TL	Timor-Leste	Leste da Ásia e Pacífico	2017	40	0,0000	14,0332	0	871,28	0	7,19	38

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
598	TL	Timor-Leste	Leste da Ásia e Pacífico	2019	40	0,0000	14,0726	0	859,53	0	7,19	38
599	TT	Trinidad and Tobago	América Latina e Caribe	2008	33	0,0000	14,0889	0	17064,53	1	7,21	36
600	TT	Trinidad and Tobago	América Latina e Caribe	2010	33	0,0000	14,0993	0	16683,36	1	7,16	36
601	TT	Trinidad and Tobago	América Latina e Caribe	2012	38	0,0000	14,1118	0	16636,68	1	6,99	39
602	TT	Trinidad and Tobago	América Latina e Caribe	2015	34	0,0000	14,1306	0	16840,12	1	7,1	39
603	TT	Trinidad and Tobago	América Latina e Caribe	2017	33	0,0000	14,1405	0	15261,87	1	7,04	41
604	TT	Trinidad and Tobago	América Latina e Caribe	2019	30	0,0000	14,1484	0	15105,12	1	7,16	40
605	TN	Tunisia	Centro-Leste e Norte da África	2012	11	0,0000	16,1994	0	4142,49	0	5,67	41
606	TN	Tunisia	Centro-Leste e Norte da África	2015	42	2,8848	16,2296	0	4308,42	0	6,72	38
607	TN	Tunisia	Centro-Leste e Norte da África	2017	39	3,4575	16,2521	0	4343,44	0	6,32	42
608	TN	Tunisia	Centro-Leste e Norte da África	2019	35	3,4068	16,2746	0	4405,01	0	6,72	43
609	TR	Turkey	Leste Europeu	2006	42	1,5267	18,0461	0	10252,36	1	5,7	38
610	TR	Turkey	Leste Europeu	2008	43	1,1417	18,0700	0	10602,86	1	5,69	46
611	TR	Turkey	Leste Europeu	2010	57	0,7290	18,0967	0	10672,39	1	5,73	44
612	TR	Turkey	Leste Europeu	2012	50	0,0961	18,1284	0	12039,30	1	5,76	49
613	TR	Turkey	Leste Europeu	2015	44	0,0000	18,1790	0	13853,10	1	5,12	42
614	TR	Turkey	Leste Europeu	2017	58	0,0000	18,2112	0	14874,78	1	4,88	40
615	TR	Turkey	Leste Europeu	2019	51	0,0000	18,2395	0	14998,98	1	4,09	39
616	UG	Uganda	África Subsaariana	2006	32	0,0454	17,1679	0	696,42	0	5,14	27
617	UG	Uganda	África Subsaariana	2008	51	0,0394	17,2310	0	770,59	0	5,03	26
618	UG	Uganda	África Subsaariana	2010	55	0,0338	17,2945	0	815,87	0	5,05	25
619	UG	Uganda	África Subsaariana	2012	65	0,0184	17,3582	0	869,60	0	5,16	29
620	UG	Uganda	África Subsaariana	2015	62	0,0008	17,4590	0	900,39	0	5,22	25
621	UG	Uganda	África Subsaariana	2017	60	0,0000	17,5330	0	910,27	0	5,09	26
622	UG	Uganda	África Subsaariana	2019	58	0,0000	17,6058	0	956,94	0	5,02	28
623	UA	Ukraine	Leste Europeu	2008	55	3,0644	17,6497	1	3322,01	0	6,94	25
624	UA	Ukraine	Leste Europeu	2010	62	10,4735	17,6413	1	2965,14	0	6,3	24
625	UA	Ukraine	Leste Europeu	2012	54	7,4988	17,6353	1	3153,74	0	5,91	26
626	UA	Ukraine	Leste Europeu	2015	46	8,8044	17,6256	1	2828,89	0	5,7	27
627	UA	Ukraine	Leste Europeu	2017	54	9,5588	17,6184	1	2988,50	0	5,69	30
628	UA	Ukraine	Leste Europeu	2019	63	7,0222	17,6084	1	3224,94	0	5,9	30
629	GB	United Kingdom	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2006	88	0,0000	17,9239	1	40798,07	1	8,08	86
630	GB	United Kingdom	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2008	88	0,0000	17,9395	1	41024,81	1	8,15	77
631	GB	United Kingdom	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2010	87	0,0000	17,9549	1	39435,84	1	8,16	76
632	GB	United Kingdom	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2012	88	0,0000	17,9697	1	40039,70	1	8,21	74
633	GB	United Kingdom	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2015	75	0,0000	17,9917	1	42017,14	1	8,31	81
634	GB	United Kingdom	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2017	74	0,0000	18,0061	1	43010,71	1	8,53	82
635	GB	United Kingdom	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2019	70	0,0000	18,0177	1	43688,44	1	8,52	77

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
636	US	United States	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2006	81	0,0000	19,5139	1	49405,77	0	8,22	73
637	US	United States	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2008	82	0,0000	19,5328	1	49319,48	0	8,22	73
638	US	United States	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2010	82	0,0000	19,5499	1	48467,52	0	8,18	71
639	US	United States	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2012	79	0,0000	19,5644	1	49603,25	0	8,11	73
640	US	United States	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2015	81	0,0000	19,5858	1	52116,74	0	8,05	76
641	US	United States	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2017	77	0,0000	19,5993	1	53382,76	0	7,98	75
642	US	United States	Oeste Europeu, EUA e Canadá	2019	76	0,0000	19,6093	1	55809,01	0	7,96	69
643	VE	Venezuela	América Latina e Caribe	2008	35	0,0000	17,1346	0	14920,45	0	5,34	19
644	VE	Venezuela	América Latina e Caribe	2010	34	0,0000	17,1633	0	13825,36	0	5,18	20
645	VE	Venezuela	América Latina e Caribe	2012	37	0,0000	17,1952	0	14735,09	0	5,15	19
646	VE	Venezuela	América Latina e Caribe	2015	8	0,0000	17,2194	0		0	5	17
647	VE	Venezuela	América Latina e Caribe	2017	0	0,0000	17,1962	0		0	3,87	18
648	VE	Venezuela	América Latina e Caribe	2019	0	0,0000	17,1660	0		0	2,88	16
649	VN	Vietnam	Leste da Ásia e Pacífico	2006	3	0,1978	18,2537	0	1079,06	0	2,75	26
650	VN	Vietnam	Leste da Ásia e Pacífico	2008	10	0,1172	18,2727	0	1198,42	0	2,53	27
651	VN	Vietnam	Leste da Ásia e Pacífico	2010	14	0,0385	18,2925	0	1317,89	0	2,94	27
652	VN	Vietnam	Leste da Ásia e Pacífico	2012	19	0,0000	18,3131	0	1443,49	0	2,89	31
653	VN	Vietnam	Leste da Ásia e Pacífico	2015	18	0,0000	18,3446	0	1667,17	0	3,53	31
654	VN	Vietnam	Leste da Ásia e Pacífico	2017	15	0,0000	18,3651	0	1852,96	0	3,08	35
655	VN	Vietnam	Leste da Ásia e Pacífico	2019	38	0,0000	18,3847	0	2082,24	0	3,08	37
656	YE	Yemen, Rep,	Centro-Leste e Norte da África	2008	10	0,3450	16,9016	0	1262,02	0	2,95	23
657	YE	Yemen, Rep,	Centro-Leste e Norte da África	2010	25	0,2518	16,9577	0	1334,78	0	2,64	22
658	YE	Yemen, Rep,	Centro-Leste e Norte da África	2012	11	0,5323	17,0131	0	1128,69	0	3,12	23
659	YE	Yemen, Rep,	Centro-Leste e Norte da África	2015	34	0,9617	17,0926	0	785,34	0	2,24	18
660	YE	Yemen, Rep,	Centro-Leste e Norte da África	2017	0	0,9897	17,1418	0	643,16	0	2,07	16
661	YE	Yemen, Rep,	Centro-Leste e Norte da África	2019	0	0,0000	17,1884	0		0	1,95	15
662	ZM	Zambia	África Subsaariana	2006	37	0,2873	16,3148	0	1183,36	0	5,25	26
663	ZM	Zambia	África Subsaariana	2008	48	0,5678	16,3687	0	1309,28	0	5,25	28
664	ZM	Zambia	África Subsaariana	2010	36	1,9467	16,4260	0	1489,46	0	5,68	30
665	ZM	Zambia	África Subsaariana	2012	4	1,7598	16,4873	0	1591,32	0	6,26	37
666	ZM	Zambia	África Subsaariana	2015	39	0,9856	16,5805	0	1641,01	0	6,28	38
667	ZM	Zambia	África Subsaariana	2017	8	0,4484	16,6401	0	1660,76	0	5,68	37

n	cod.	país	região (obi)	ano	obi	dep_fmi	ln_pop	d_desenv	pib_pc	d_sistgov	democ	corrup
668	ZM	Zambia	África Subsaariana	2019	30	0,0601	16,6981	0	1658,14	0	5,09	34
669	ZW	Zimbabwe	África Subsaariana	2012	20	0,7921	16,3893	0	1223,20	0	2,67	20
670	ZW	Zimbabwe	África Subsaariana	2015	35	0,6427	16,4412	0	1234,10	0	3,05	21
671	ZW	Zimbabwe	África Subsaariana	2017	23	0,0000	16,4713	0	1263,32	0	3,16	22
672	ZW	Zimbabwe	África Subsaariana	2019	49	0,0000	16,4996	0	1183,10	0	3,16	24

**APÊNDICE B – GRUPOS DE OBSERVAÇÕES POR VARIAÇÃO CONJUNTA DE
TRANSPARÊNCIA E DEMOCRACIA**

Grupo <0, <0 (Δ obi, Δ democ)

País	Ano	dep fmi	Δ obi	Δ democ
Albania	2010	0.4849	-4	-0.05
Algeria	2017	0.0000	-16	-0.39
Argentina	2017	0.0000	-9	-0.06
Azerbaijan	2017	0.0000	-17	-0.06
Bangladesh	2015	0.5781	-2	-0.13
Bangladesh	2017	0.4991	-15	-0.3
Benin	2017	1.0900	-6	-0.11
Bolivia	2012	0.0000	-1	-0.08
Bolivia	2017	0.0000	-7	-0.26
Bosnia and Herzegovina	2015	3.1414	-7	-0.28
Bosnia and Herzegovina	2019	0.8520	-2	-0.01
Botswana	2008	0.0000	-3	-0.13
Botswana	2017	0.0000	-39	-0.06
Brazil	2010	0.0000	-3	-0.26
Bulgaria	2010	0.0000	-1	-0.18
Burkina Faso	2010	1.2734	-9	-0.01
Burundi	2019	1.9596	-1	-0.18
Cambodia	2015	0.0000	-7	-0.69
Cameroon	2010	0.6557	-3	-0.05
Cameroon	2017	0.9614	-37	-0.05
Chile	2012	0.0000	-6	-0.13
China	2012	0.0000	-2	-0.14
China	2017	0.0000	-1	-0.04
Colombia	2015	0.0000	-1	-0.01
Comoros	2019	1.5830	-8	-0.56
Congo, The Democratic Republic of the	2017	0.6792	-10	-0.5
Croatia	2010	0.0000	-2	-0.23
Czech Republic	2015	0.0000	-6	-0.25
Czech Republic	2017	0.0000	-8	-0.32
El Salvador	2017	0.0000	-8	-0.21
Fiji	2010	0.0000	-13	-1.49
France	2017	0.0000	-2	-0.12
Georgia	2019	1.3419	-1	-0.51
Germany	2017	0.0000	-2	-0.03
Ghana	2017	1.8972	-1	-0.17
Honduras	2008	0.2002	-26	-0.07
Honduras	2010	0.1879	-1	-0.42
Hungary	2017	0.0000	-3	-0.2
Hungary	2019	0.0000	-1	-0.01
Iraq	2015	0.6827	-1	-0.02
Italy	2019	0.0000	-2	-0.46
Jordan	2010	0.0292	-3	-0.19
Kazakhstan	2008	0.0000	-8	-0.17
Kenya	2010	1.0422	-9	-0.08
Kenya	2017	1.1656	-2	-0.22
Korea, Republic of	2015	0.0000	-10	-0.16
Lebanon	2015	0.0000	-31	-0.19
Macedonia	2010	0.0000	-5	-0.05
Malawi	2017	2.4770	-39	-0.06
Mali	2017	1.4578	-7	-0.06
Mali	2019	2.0719	-1	-0.72

País	Ano	dep fmi	Δ obi	Δ democ
Moldova	2019	2.9846	-1	-0.19
Mongolia	2012	1.6744	-9	-0.01
Mongolia	2017	0.9596	-5	-0.12
Mozambique	2015	1.5822	-9	-0.28
Namibia	2008	0.0000	-4	-0.06
Nepal	2012	0.5718	-1	-0.08
Nicaragua	2017	0.3327	-3	-0.6
Nicaragua	2019	0.0772	-2	-1.11
Niger	2010	0.7784	-23	-0.03
Niger	2017	1.7164	-17	-0.09
Nigeria	2010	0.0000	-1	-0.06
Nigeria	2017	0.0000	-7	-0.18
Pakistan	2015	2.3134	-15	-0.17
Pakistan	2019	2.6215	-16	-0.01
Papua New Guinea	2012	0.0000	-1	-0.22
Papua New Guinea	2015	0.0000	-1	-0.29
Peru	2017	0.0000	-2	-0.09
Philippines	2008	0.0000	-3	-0.36
Poland	2010	0.0000	-3	-0.25
Poland	2017	0.0000	-5	-0.42
Romania	2010	9.0794	-3	-0.46
Romania	2012	8.2241	-12	-0.06
Russia	2017	0.0000	-2	-0.14
Senegal	2019	0.0173	-5	-0.34
Serbia	2017	0.0000	-4	-0.3
Slovakia	2015	0.0000	-10	-0.06
Slovenia	2010	0.0000	-4	-0.27
Slovenia	2015	0.0000	-6	-0.31
South Africa	2015	0.0000	-4	-0.23
Spain	2017	0.0000	-4	-0.22
Sri Lanka	2012	3.7402	-21	-0.89
Sudan	2017	1.7727	-8	-0.22
Tanzania, United Republic of	2015	0.7530	-1	-0.3
Tanzania, United Republic of	2017	0.3769	-36	-0.11
Timor-Leste	2017	0.0000	-1	-0.05
Trinidad and Tobago	2017	0.0000	-1	-0.06
Tunisia	2017	3.4575	-3	-0.4
Turkey	2015	0.0000	-6	-0.64
Turkey	2019	0.0000	-7	-0.79
Uganda	2017	0.0000	-2	-0.13
Uganda	2019	0.0000	-2	-0.07
Ukraine	2012	7.4988	-8	-0.39
Ukraine	2015	8.8044	-8	-0.21
United Kingdom	2019	0.0000	-4	-0.01
United States	2012	0.0000	-3	-0.07
United States	2017	0.0000	-4	-0.07
United States	2019	0.0000	-1	-0.02
Venezuela	2010	0.0000	-1	-0.16
Venezuela	2015	0.0000	-29	-0.15
Venezuela	2017	0.0000	-8	-1.13
Vietnam	2017	0.0000	-3	-0.45
Yemen, Rep.	2017	0.9897	-34	-0.17
Zambia	2017	0.4484	-31	-0.6

Grupo <0, =0 (Δ obi, Δ democ)

País	Ano	dep fmi	Δ obi	Δ democ
Angola	2015	0.1471	-2	0
Argentina	2012	0.0000	-6	0
Azerbaijan	2012	0.0297	-1	0
Chad	2010	0.1574	-8	0
Chad	2017	1.4488	-2	0
Chile	2017	0.0000	-1	0
Croatia	2015	0.0000	-8	0
Fiji	2019	0.0000	-2	0
France	2008	0.0000	-2	0
Ghana	2012	1.7665	-4	0
Honduras	2015	0.0075	-10	0
Liberia	2015	6.2739	-5	0
Macedonia	2012	3.1594	-14	0
New Zealand	2015	0.0000	-5	0
New Zealand	2019	0.0000	-2	0

País	Ano	dep fmi	Δ obi	Δ democ
Norway	2019	0.0000	-5	0
Papua New Guinea	2010	0.0000	-4	0
Papua New Guinea	2017	0.0000	-5	0
Poland	2008	0.0000	-7	0
Romania	2008	0.0000	-4	0
Serbia	2012	4.3241	-15	0
Serbia	2019	0.0000	-3	0
Slovenia	2008	0.0000	-8	0
Slovenia	2019	0.0000	-1	0
South Africa	2012	0.0000	-2	0
South Africa	2019	0.0000	-2	0
Sweden	2019	0.0000	-1	0
Tajikistan	2019	0.2935	-13	0
Thailand	2012	0.0000	-6	0

Grupo <0, >0 (Δ obi, Δ democ)

País	Ano	dep fmi	Δ obi	Δ democ
Afghanistan	2015	0.4299	-17	0.29
Albania	2015	1.3751	-9	0.24
Algeria	2008	0.0000	-26	0.15
Algeria	2010	0.0000	-1	0.12
Algeria	2019	0.0000	-1	0.45
Angola	2008	0.0000	-1	0.94
Angola	2017	0.0000	-1	0.27
Bangladesh	2019	0.3372	-5	0.45
Bolivia	2008	0.0000	-14	0.17
Bosnia and Herzegovina	2017	1.8748	-8	0.04
Botswana	2010	0.0000	-11	0.16
Botswana	2012	0.0000	-1	0.22
Botswana	2015	0.0000	-3	0.02
Burkina Faso	2017	1.3650	-19	0.05
Cameroon	2008	0.0989	-24	0.19
Chile	2015	0.0000	-8	0.3
Chile	2019	0.0000	-2	0.24
China	2010	0.0000	-1	0.1
Colombia	2012	0.0000	-3	0.08
Colombia	2017	0.0000	-7	0.05
Colombia	2019	0.0000	-3	0.46
Czech Republic	2019	0.0000	-2	0.07
Ecuador	2010	0.0000	-8	0.13
Ecuador	2017	0.4264	-1	0.15
Ecuador	2019	1.9372	-11	0.31
Egypt	2012	0.0000	-36	1.49
Equatorial Guinea	2017	0.0000	-4	0.04
France	2012	0.0000	-4	0.11
France	2015	0.0000	-7	0.04
Guatemala	2015	0.0000	-5	0.04
India	2015	0.0000	-22	0.22
Indonesia	2010	0.0000	-3	0.19
Indonesia	2015	0.0000	-3	0.27
Jordan	2015	6.0262	-2	0.1
Jordan	2019	1.5219	-2	0.06
Kenya	2015	1.6145	-1	0.62
Korea, Republic of	2008	0.0000	-7	0.13
Korea, Republic of	2017	0.0000	-5	0.03

País	Ano	dep fmi	Δ obi	Δ democ
Liberia	2017	8.7410	-2	0.28
Malawi	2008	2.0741	-14	0.16
Mexico	2010	0.0000	-3	0.15
Morocco	2019	0.0000	-2	0.23
Namibia	2015	0.0000	-9	0.07
Nepal	2015	0.5021	-20	0.61
Nepal	2019	0.2166	-11	0.1
Nicaragua	2008	1.2799	-2	0.39
Nigeria	2008	0.0000	-1	0.01
Nigeria	2012	0.0000	-2	0.3
Pakistan	2008	2.5665	-13	0.54
Peru	2008	0.0000	-10	0.2
Peru	2010	0.0000	-2	0.09
Peru	2012	0.0000	-8	0.07
Philippines	2012	0.0000	-7	0.18
Poland	2012	0.0000	-5	0.07
Romania	2019	0.0000	-11	0.05
Rwanda	2012	0.1829	-3	0.11
Rwanda	2017	1.8851	-14	0.12
Saudi Arabia	2015	0.0000	-1	0.22
Sierra Leone	2017	10.5171	-14	0.11
Spain	2015	0.0000	-5	0.28
Spain	2019	0.0000	-1	0.1
Sri Lanka	2015	0.9050	-7	0.67
Tanzania, United Republic of	2008	0.0603	-12	0.1
Trinidad and Tobago	2015	0.0000	-4	0.11
Trinidad and Tobago	2019	0.0000	-3	0.12
Tunisia	2019	3.4068	-4	0.4
Turkey	2012	0.0961	-7	0.03
Uganda	2015	0.0008	-3	0.06
United Kingdom	2010	0.0000	-1	0.01
United Kingdom	2015	0.0000	-13	0.1
United Kingdom	2017	0.0000	-1	0.22
Vietnam	2015	0.0000	-1	0.64
Yemen, Rep.	2012	0.5323	-14	0.48
Zambia	2010	1.9467	-12	0.43
Zambia	2012	1.7598	-32	0.58
Zimbabwe	2017	0.0000	-12	0.11

Grupo =0, <0 (Δ obi, Δ democ)

País	Ano	dep_fmi	Δobi	Δdemoc
Bosnia and Herzegovina	2010	3.0322	0	-0.38
Brazil	2017	0.0000	0	-0.1
Equatorial Guinea	2010	0.0000	0	-0.35
Equatorial Guinea	2012	0.0000	0	-0.01
France	2010	0.0000	0	-0.3
Macedonia	2015	0.0000	0	-0.14
Morocco	2010	0.0000	0	-0.09
Romania	2017	0.0000	0	-0.24
Russia	2015	0.0000	0	-0.43

País	Ano	dep_fmi	Δobi	Δdemoc
Saudi Arabia	2010	0.0000	0	-0.06
Saudi Arabia	2012	0.0000	0	-0.13
Senegal	2010	1.3125	0	-0.1
Spain	2012	0.0000	0	-0.14
Sweden	2017	0.0000	0	-0.06
Trinidad and Tobago	2010	0.0000	0	-0.05
United States	2010	0.0000	0	-0.04
Venezuela	2019	0.0000	0	-0.99
Yemen, Rep.	2019	0.0000	0	-0.12

Grupo =0, =0 (Δ obi, Δ democ)

País	Ano	dep_fmi	Δobi	Δdemoc
Brazil	2008	0.0000	0	0
Costa Rica	2008	0.0000	0	0
Czech Republic	2010	0.0000	0	0
Guatemala	2008	0.0000	0	0
Italy	2017	0.0000	0	0

País	Ano	dep_fmi	Δobi	Δdemoc
Kenya	2012	2.0142	0	0
Papua New Guinea	2019	0.0000	0	0
Qatar	2015	0.0000	0	0
Timor-Leste	2019	0.0000	0	0

Grupo =0, >0 (Δ obi, Δ democ)

País	Ano	dep_fmi	Δobi	Δdemoc
Argentina	2010	0.0000	0	0.21
Bulgaria	2015	0.0000	0	0.42
Cambodia	2012	0.0000	0	0.09
Canada	2019	0.0000	0	0.07
Colombia	2010	0.0000	0	0.01
Ecuador	2012	0.0000	0	0.01
El Salvador	2010	0.0000	0	0.07
France	2019	0.0000	0	0.32
Georgia	2012	5.3192	0	0.94
Germany	2015	0.0000	0	0.3
Germany	2019	0.0000	0	0.07
Iraq	2017	1.6046	0	0.01

País	Ano	dep_fmi	Δobi	Δdemoc
Lebanon	2010	0.2541	0	0.2
Malaysia	2012	0.0000	0	0.22
Malaysia	2017	0.0000	0	0.11
Mongolia	2015	0.0000	0	0.27
Morocco	2015	0.0000	0	0.59
New Zealand	2008	0.0000	0	0.18
Norway	2012	0.0000	0	0.13
Pakistan	2010	4.9307	0	0.09
Portugal	2019	0.0000	0	0.19
Qatar	2017	0.0000	0	0.01
Sudan	2019	1.8062	0	0.55
United Kingdom	2008	0.0000	0	0.07

Grupo >0, <0 (Δ obi, Δ democ)

País	Ano	dep fmi	Δ obi	Δ democ
Afghanistan	2010	0.7318	13	-0.54
Afghanistan	2017	0.3069	7	-0.22
Albania	2012	0.2874	14	-0.19
Albania	2019	2.5791	5	-0.09
Angola	2010	1.0523	22	-0.03
Azerbaijan	2008	0.1717	7	-0.12
Azerbaijan	2010	0.0866	6	-0.04
Azerbaijan	2015	0.0000	9	-0.44
Bangladesh	2008	0.6595	3	-0.59
Bangladesh	2012	0.3277	10	-0.01
Benin	2015	1.0080	44	-0.28
Benin	2019	1.2436	10	-0.52
Bolivia	2010	0.0000	6	-0.23
Bolivia	2015	0.0000	5	-0.09
Bolivia	2019	0.0000	2	-0.65
Bosnia and Herzegovina	2012	3.7221	6	-0.21
Brazil	2015	0.0000	4	-0.16
Bulgaria	2008	0.0000	10	-0.08
Bulgaria	2012	0.0000	9	-0.12
Bulgaria	2017	0.0000	1	-0.11
Burkina Faso	2008	0.5998	3	-0.12
Burkina Faso	2012	1.8539	18	-0.07
Burkina Faso	2019	1.3764	7	-0.71
Cambodia	2017	0.0000	12	-0.64
Cambodia	2019	0.0000	12	-0.1
Cameroon	2019	1.3077	21	-0.76
Chad	2008	0.4515	3	-0.13
Chad	2015	0.4664	1	-0.12
China	2019	0.0000	6	-0.84
Congo, The Democratic Republic of the	2010	1.4983	5	-0.13
Congo, The Democratic Republic of the	2012	1.9229	12	-0.23
Congo, The Democratic Republic of the	2019	1.1512	4	-0.48
Costa Rica	2015	0.0000	4	-0.14
Costa Rica	2017	0.0000	2	-0.08
Croatia	2017	0.0000	4	-0.3
Croatia	2019	0.0000	11	-0.06
Dominican Republic	2017	0.0000	15	-0.01
Dominican Republic	2019	0.0000	9	-0.12
Egypt	2008	0.0000	24	-0.01
Egypt	2010	0.0000	6	-0.82
Egypt	2015	0.0000	3	-1.38
Egypt	2019	3.9356	2	-0.3
El Salvador	2019	0.0000	1	-0.28
Equatorial Guinea	2015	0.0000	4	-0.06
Georgia	2008	3.8476	19	-0.28
Georgia	2010	8.5797	2	-0.03
Germany	2010	0.0000	4	-0.44
Germany	2012	0.0000	3	-0.04
Ghana	2019	1.8952	4	-0.06
Guatemala	2010	0.0000	4	-0.02
Guatemala	2012	0.0000	1	-0.17
Guatemala	2017	0.0000	15	-0.06
Guatemala	2019	0.0000	4	-0.6

País	Ano	dep fmi	Δ obi	Δ democ
Honduras	2017	0.0000	11	-0.12
Honduras	2019	0.0000	5	-0.3
India	2010	0.0000	7	-0.52
India	2017	0.0000	2	-0.51
India	2019	0.0000	1	-0.33
Indonesia	2008	0.0000	12	-0.07
Indonesia	2017	0.0000	5	-0.64
Iraq	2019	1.1146	6	-0.35
Italy	2012	0.0000	2	-0.09
Kazakhstan	2010	0.0000	3	-0.15
Kazakhstan	2012	0.0000	10	-0.35
Kazakhstan	2019	0.0000	5	-0.12
Kenya	2008	0.7048	10	-0.29
Kyrgyz Republic	2017	3.0129	1	-0.22
Kyrgyz Republic	2019	1.9469	8	-0.22
Lebanon	2012	0.0490	1	-0.77
Lebanon	2017	0.0000	1	-0.14
Lebanon	2019	0.0000	3	-0.36
Lesotho	2019	1.1495	31	-0.1
Liberia	2010	2.2212	37	-0.18
Liberia	2012	3.2599	3	-0.12
Macedonia	2017	0.0000	2	-0.45
Malawi	2015	1.9142	13	-0.53
Malaysia	2010	0.0000	4	-0.17
Mali	2012	0.9149	8	-0.89
Mexico	2012	0.0000	9	-0.03
Mexico	2015	0.0000	5	-0.35
Mexico	2017	0.0000	13	-0.14
Mexico	2019	0.0000	3	-0.32
Mongolia	2010	2.7491	24	-0.24
Morocco	2008	0.0000	9	-0.02
Mozambique	2012	1.4529	19	-0.02
Mozambique	2017	1.1150	3	-0.58
Mozambique	2019	1.2589	1	-0.37
Myanmar	2017	0.0000	5	-0.31
Myanmar	2019	0.0000	21	-0.28
Namibia	2010	0.0000	7	-0.25
Nicaragua	2010	1.9109	18	-0.34
Nicaragua	2012	1.7053	5	-0.17
Nicaragua	2015	0.7968	4	-0.3
Niger	2015	1.4417	13	-0.31
Niger	2019	1.9870	17	-0.47
Nigeria	2019	0.0000	4	-0.32
Norway	2017	0.0000	1	-0.06
Pakistan	2017	2.6046	1	-0.14
Paraguay	2019	0.0000	3	-0.07
Philippines	2017	0.0000	3	-0.13
Philippines	2019	0.0000	9	-0.07
Poland	2015	0.0000	5	-0.03
Poland	2019	0.0000	1	-0.05
Portugal	2012	12.6059	4	-0.1
Portugal	2015	9.9421	2	-0.13
Russia	2008	0.0000	11	-0.54
Russia	2010	0.0000	2	-0.22
Russia	2012	0.0000	14	-0.52
Russia	2019	0.0000	2	-0.06
Rwanda	2010	0.2421	10	-0.46
Rwanda	2015	0.0592	28	-0.29
Rwanda	2019	1.7452	17	-0.03
Senegal	2015	0.6427	33	-0.01

País	Ano	dep_fmi	Δobi	Δdemoc
Serbia	2010	4.8648	8	-0.16
Sierra Leone	2015	7.9998	13	-0.16
Slovakia	2017	0.0000	2	-0.13
Slovenia	2017	0.0000	1	-0.07
South Africa	2010	0.0000	5	-0.12
South Africa	2017	0.0000	3	-0.32
Sri Lanka	2019	1.5055	3	-0.21
Sudan	2010	2.4697	8	-0.39
Sudan	2015	1.8989	2	-0.05
Sweden	2010	0.0000	5	-0.38
Sweden	2015	0.0000	3	-0.28
Tajikistan	2015	1.6454	8	-0.56
Tajikistan	2017	0.9597	5	-0.02
Tanzania, United Republic of	2019	0.0669	7	-0.31
Thailand	2010	0.0000	2	-0.26

País	Ano	dep_fmi	Δobi	Δdemoc
Thailand	2015	0.0000	6	-1.46
Thailand	2017	0.0000	14	-0.46
Timor-Leste	2012	0.0000	2	-0.06
Trinidad and Tobago	2012	0.0000	5	-0.17
Turkey	2008	1.1417	1	-0.01
Turkey	2017	0.0000	14	-0.24
Uganda	2008	0.0394	19	-0.11
Ukraine	2010	10.4735	7	-0.64
Ukraine	2017	9.5588	8	-0.01
United States	2015	0.0000	2	-0.06
Venezuela	2012	0.0000	3	-0.03
Vietnam	2008	0.1172	7	-0.22
Vietnam	2012	0.0000	5	-0.05
Yemen, Rep.	2010	0.2518	15	-0.31
Yemen, Rep.	2015	0.9617	23	-0.88
Zambia	2019	0.0601	22	-0.59

Grupo <0, =0 (Δobi, Δdemoc)

País	Ano	dep_fmi	Δobi	Δdemoc
Afghanistan	2012	0.8295	38	0
Albania	2008	0.7232	12	0
Argentina	2008	0.0000	16	0
Australia	2019	0.0000	5	0
Botswana	2019	0.0000	30	0
Brazil	2012	0.0000	2	0
Brazil	2019	0.0000	4	0
Bulgaria	2019	0.0000	5	0
Cambodia	2010	0.0000	4	0
Costa Rica	2010	0.0000	2	0
Croatia	2008	0.0000	17	0
Czech Republic	2012	0.0000	13	0
Dominican Republic	2010	2.1155	2	0
Ecuador	2008	0.0000	7	0
El Salvador	2012	0.0000	6	0
Ghana	2008	0.5707	8	0
Kazakhstan	2017	0.0000	2	0
Korea, Republic of	2019	0.0000	2	0

Mongolia	2008	0.2915	18	0
Mongolia	2019	1.5498	10	0
Namibia	2017	0.0000	4	0
New Zealand	2012	0.0000	3	0
New Zealand	2017	0.0000	1	0
Norway	2015	0.0000	1	0
Papua New Guinea	2008	0.0000	9	0
Philippines	2010	0.0000	7	0
Qatar	2019	0.0000	1	0
Saudi Arabia	2017	0.0000	1	0
Saudi Arabia	2019	0.0000	17	0
Slovakia	2012	0.0000	10	0
South Africa	2008	0.0000	1	0
Sweden	2008	0.0000	2	0
United States	2008	0.0000	1	0
Vietnam	2019	0.0000	23	0
Zambia	2008	0.5678	11	0
Zimbabwe	2019	0.0000	26	0

Grupo <0, <0 (Δ obi, Δ democ)

País	Ano	dep fmi	Δ obi	Δ democ
Afghanistan	2019	0.2859	1	0.3
Albania	2017	3.0236	12	0.07
Algeria	2012	0.0000	12	0.39
Algeria	2015	0.0000	6	0.12
Angola	2012	1.4026	2	0.03
Angola	2019	1.5023	11	0.1
Argentina	2015	0.0000	9	0.18
Argentina	2019	10.0937	8	0.06
Azerbaijan	2019	0.0000	1	0.1
Bangladesh	2010	0.5351	6	0.35
Burkina Faso	2015	1.5438	20	1.18
Cameroon	2012	0.5882	8	0.03
Cameroon	2015	0.3338	34	0.22
Chad	2012	0.0415	3	0.1
Chad	2019	3.0491	12	0.11
China	2015	0.0000	3	0.14
Colombia	2008	0.0000	4	0.14
Congo, The Democratic Republic of the	2015	1.2441	21	0.19
Costa Rica	2012	0.0000	3	0.06
Costa Rica	2019	0.0000	1	0.25
Côte d'Ivoire	2019	3.3265	10	0.12
Croatia	2012	0.0000	4	0.12
Czech Republic	2008	0.0000	1	0.02
Dominican Republic	2012	2.0897	15	0.29
Dominican Republic	2015	0.1661	22	0.18
Ecuador	2015	0.0000	19	0.09
Egypt	2017	2.2529	25	0.18
El Salvador	2008	0.0000	9	0.18
El Salvador	2015	0.0000	10	0.17
Equatorial Guinea	2019	0.3233	5	0.11
Eswatini	2019	0.0000	28	0.11
Fiji	2012	0.0000	6	0.05
Fiji	2015	0.0000	9	2.02
Fiji	2017	0.0000	26	0.16
Georgia	2015	0.8353	11	0.35
Georgia	2017	1.1428	16	0.05
Ghana	2010	1.2178	4	0.67
Ghana	2015	1.6598	1	0.84
Honduras	2012	0.1095	42	0.08
India	2008	0.0000	7	0.12
India	2012	0.0000	1	0.24
Indonesia	2012	0.0000	11	0.23
Indonesia	2019	0.0000	6	0.09
Iraq	2012	0.9685	4	0.1
Italy	2015	0.0000	13	0.24
Japan	2019	0.0000	2	0.11
Jordan	2008	0.1110	3	0.01
Jordan	2012	1.3930	7	0.02
Jordan	2017	3.9794	8	0.01
Kazakhstan	2015	0.0000	3	0.11
Kenya	2019	0.5544	4	0.07
Korea, Republic of	2010	0.0000	5	0.1
Korea, Republic of	2012	0.0000	4	0.02
Kyrgyz Republic	2010	3.6846	7	0.26

País	Ano	dep fmi	Δ obi	Δ democ
Kyrgyz Republic	2012	3.7541	5	0.38
Kyrgyz Republic	2015	3.0940	34	0.64
Liberia	2019	8.8215	2	0.22
Macedonia	2019	0.0000	4	0.4
Madagascar	2019	2.8414	6	0.53
Malawi	2010	2.0984	19	0.71
Malawi	2012	2.4338	5	0.24
Malawi	2019	2.5393	1	0.01
Malaysia	2015	0.0000	7	0.02
Malaysia	2019	0.0000	1	0.62
Mali	2015	1.0384	3	0.58
Mexico	2008	0.0000	5	0.11
Morocco	2012	0.0000	10	0.28
Morocco	2017	0.0000	7	0.21
Myanmar	2015	0.0000	2	1.79
Namibia	2012	0.0000	2	0.01
Namibia	2019	0.0000	1	0.12
Nepal	2008	0.5262	7	0.63
Nepal	2010	0.7135	2	0.19
Nepal	2017	0.3302	28	0.41
New Zealand	2010	0.0000	4	0.07
Niger	2012	0.7582	1	0.78
Nigeria	2015	0.0000	8	0.85
Norway	2008	0.0000	8	0.13
Norway	2010	0.0000	3	0.12
Pakistan	2012	3.2716	20	0.02
Peru	2015	0.0000	18	0.11
Peru	2019	0.0000	3	0.11
Philippines	2015	0.0000	16	0.54
Portugal	2017	2.7028	2	0.05
Romania	2015	0.0692	28	0.14
Senegal	2012	1.1790	7	0.82
Senegal	2017	0.2698	8	0.07
Serbia	2015	0.0370	8	0.38
Sierra Leone	2019	9.5717	1	0.2
Slovakia	2019	0.0000	1	0.01
Slovenia	2012	0.0000	4	0.19
Sri Lanka	2008	0.3325	17	0.03
Sri Lanka	2010	2.3108	3	0.03
Sri Lanka	2017	0.9247	5	0.06
Sweden	2012	0.0000	1	0.23
Tanzania, United Republic of	2010	1.1050	9	0.36
Tanzania, United Republic of	2012	0.9658	2	0.24
Thailand	2019	0.0000	5	1.69
Timor-Leste	2015	0.0000	5	0.08
Tunisia	2015	2.8848	31	1.05
Turkey	2010	0.7290	14	0.04
Uganda	2010	0.0338	4	0.02
Uganda	2012	0.0184	10	0.11
Ukraine	2019	7.0222	9	0.21
United Kingdom	2012	0.0000	1	0.05
Vietnam	2010	0.0385	4	0.41
Zambia	2015	0.9856	35	0.02
Zimbabwe	2015	0.6427	15	0.38